



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

RODOLFO CÉSAR DE SOUSA

**DA FICÇÃO PARA A REALIDADE: RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

**CORUMBÁ - MS
2024**

RODOLFO CÉSAR DE SOUSA

**DA FICÇÃO PARA A REALIDADE: RESISTÊNCIA À DITADURA
MILITAR NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde, educação e trabalho

Orientadora: Dra. Lucilene Machado Garcia Arf

RODOLFO CÉSAR DE SOUSA

**DA FICÇÃO PARA A REALIDADE: RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR NA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovado em ____/____/_____, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dra. Lucilene Machado Garcia Arf
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

1º avaliador: Dr. Anderson Luis do Espírito Santo
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

2º avaliador: Dr. Volmir Cardoso Pereira
(Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Dedico esta dissertação à memória, que
além de recordações, ajuda a manter
viva a esperança e alimenta o
conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Para alcançar um momento marcante na vida, como a realização de um Mestrado, é fundamental buscar na memória os caminhos que foram percorridos. Em um primeiro momento, tenho que agradecer a meus pais, Ada Luzia Jurioli de Sousa e Francisco Ermenegildo de Sousa. Os dois representaram sinônimo de esforço diário para querer construir uma realidade melhor e o compromisso de respeitar o outro. Em especial, para minha mãe tenho o agradecimento pelas noites e madrugadas que passamos juntos discutindo a vida. E, ela, sem ter uma graduação, buscava estudar em momentos diversos para agregar conteúdo e poder debater, apresentar ideias e fomentar uma incrível vontade de sempre aprender.

Na minha família, minha irmã (Sandra), meus sobrinhos (Luis e Ana) e meu cunhado (Antônio) estiveram na torcida e atuaram com compreensão por algumas ausências que tive, em diferentes momentos ao longo desse estudo.

Minha esposa, Viviane, abriu mão de atividades e momentos em diferentes oportunidades para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a esse trabalho. Ela e minha filha, Catarina, ainda estiveram comigo em algumas viagens a Puerto Quijarro e Puerto Suarez para auxiliar na busca de informações. Para Catarina, ainda devo mencionar que mesmo sendo uma criança, em vários momentos me deu coragem e ficou do meu lado para fazer entrevistas informais e bater de porta em porta para conseguir buscar dados.

À professora, doutora Lucilene Machado Garcia Arf, que me aceitou como aluno especial e abriu caminhos para que houvesse a construção dessa pesquisa. Foi uma tutora fundamental para conseguir desenvolver essa investigação. A todos os professores do Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS, que me ajudaram a estar preparado para elaborar essas páginas e essa pesquisa ao longo de várias aulas e conversas pessoais, e aos tutores da minha banca.

Agradeço aos colegas da turma do MEF 2022/2024. Compartilhamos dúvidas, medos, inseguranças e esperanças.

Cito aqui, ainda, representantes da Alcaldia de Puerto Suárez, integrantes da Central Obrera Boliviana (COB) de Puerto Suárez e Puerto Quijarro. Eles buscaram me indicar materiais para leitura, percorreram ruas da cidade comigo.

Por fim, um agradecimento à doutora Ana Arruda Callado, esposa de Antonio Callado, que gentilmente me atendeu à distância, falou comigo por horas e, com palavras de muita energia, mostrou a importância de se valorizar a memória.

”Fico pensando o que vai ser desse país”.

Antonio Callado (1996)

RESUMO

Este trabalho analisou como uma obra literária escrita por Antonio Callado retratou a ditadura militar brasileira a partir de um mergulho no microcosmo da fronteira do Brasil com a Bolívia, entre Corumbá e Puerto Suárez. Buscou-se discutir, a partir da leitura crítica e uma contextualização política-social de *Sempreviva*, as medidas tomadas por um regime de excessão que durou 20 anos e deixou cicatrizes para todo um país, mesmo quando esse governo decidiu seguir na direção do processo democrático, que foi construído em doses homeopáticas e controladas pelos próprios militares. Uma revisão bibliográfica alicerçada com visão crítica ainda constatou que essa abertura democrática ponderada gerou raízes mais duradouras, que ficaram fincadas diante de uma ação de apagamento de memórias por meio da anistia. O estudo de *Sempreviva* envolveu a correlação de fatos fictícios que encontraram intersecção em dados históricos e documentos oficiais que chegaram a ser confidenciais e secretos durante a ditadura, mas hoje estão acessíveis para auxiliar na leitura sobre como a fronteira e a população era monitorada durante o regime militar. A partir de um trabalho qualitativo, com fio condutor na interdisciplinaridade, o produto dessa investigação resultou em uma discussão em torno do cenário político-social da fronteira durante a ditadura militar brasileira. Ainda abordou o contexto que transforma a literatura em uma ferramenta de reconstrução da memória, que garante voz e espaço para experiências traumáticas e, assim, desafia a narrativa dominante para pavimentar caminho a um contraponto, “uma outra história” para se compreender o passado e entender melhor o presente e o que se não quer para o futuro. Por isso, encontra respaldo para ser conceituada como uma obra de denúncia.

Palavras-chave: Obra de denúncia. Fronteira. Ditadura militar brasileira

ABSTRAC

This paper analyzed how Antonio Callado's literary work portrayed the Brazilian military dictatorship by delving into the microcosm of Brazil's border with Bolivia, between Corumbá and Puerto Suárez. The aim was to discuss the measures taken by a regime of excess that lasted 20 years and left scars on an entire country, even when that government decided to move in the direction of the democratic process, which was built in homeopathic doses and controlled by the military itself. Callado's book *Sempreviva* was the guide for this critical reading and political and social contextualization. A bibliographical review based on a critical vision also found that this weighted democratic opening generated more lasting roots, which were anchored in the face of an action to erase memories through amnesty. *Sempreviva's* study involved correlating fictional facts that intersected with historical data and official documents that were confidential and secret during the dictatorship, but are now accessible to help us understand how the border and its population were monitored during the military regime. Based on qualitative work, with an interdisciplinary thread, the product of this investigation resulted in a discussion about the political and social scenario of the border during the Brazilian military dictatorship. It also addressed the context that transforms literature into a tool for reconstructing memory, which guarantees a voice and space for traumatic experiences and thus challenges the dominant narrative to pave the way for a counterpoint, "another story" to understand the past and better understand the present and what is not wanted for the future. This is why it can be conceptualized as contemporary romance containing denunciation of historical facts.

Keywords: Contemporary romance. Frontier. Brazilian military dictatorship

RESUMEN

Este trabajo analizó cómo una obra literaria de Antonio Callado retrató la dictadura militar brasileña, profundizando en el microcosmos de la frontera de Brasil con Bolivia, entre Corumbá y Puerto Suárez. El objetivo fue discutir, a partir de una lectura crítica y una contextualización política y social de lo libro *Sempreviva*, las medidas tomadas por un régimen de exceso que duró 20 años y dejó cicatrices en todo un país, incluso cuando ese gobierno decidió avanzar en la dirección del proceso democrático, que fue construido en dosis homeopáticas y controlado por los propios militares. Una revisión bibliográfica basada en una visión crítica también encontró que esta apertura democrática ponderada generó raíces más duraderas, que se anclaron frente a una acción de borrar la memoria a través de la amnistía. El estudio de *Sempreviva* consistió en correlacionar hechos ficticios que se cruzaron con datos históricos y documentos oficiales que fueron confidenciales y secretos durante la dictadura, pero que ahora son accesibles para ayudarnos a entender cómo se vigilaba la frontera y a la población durante el régimen militar. A partir de un trabajo cualitativo, con un enfoque interdisciplinario, el producto de esta investigación resultó en una discusión sobre el escenario político y social de la frontera durante la dictadura militar brasileña. También abordó el contexto que transforma la literatura en una herramienta de reconstrucción de la memoria, que garantiza voz y espacio a las experiencias traumáticas y desafía así la narrativa dominante para allanar el camino a un contrapunto, "otra historia" para entender el pasado y comprender mejor el presente y lo que no se quiere para el futuro. Por eso puede conceptualizarse como una obra de denuncia.

Palabras clave: Obra de denuncia. Frontera. Dictadura militar brasileña

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - FRONTEIRA E LITERATURA EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA ESTATAL	16
1.1 LIMITES IMPOSTOS POR UM REGIME DITATORIAL	17
1.2 LITERATURA DE DENÚNCIA: NARRAR PARA NÃO ESQUECER.....	19
1.3 A LITERATURA E SEU ARCABOUÇO HISTÓRICO.....	22
1.4 A LITERATURA DE CALLADO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA.....	24
1.5 UMA REFLEXÃO SOBRE A MEMÓRIA, LITERATURA DE TESTEMUNHO E REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA.....	29
1.6 OS PERSONAGENS E RECORTE SOBRE A FRONTEIRA.....	34
1.7 COMPLEXIDADE HISTÓRICA E NARRATIVA EM CAMADAS	39
1.7.1 O SIMBÓLICO E O REAL NA OBRA DE DENÚNCIA	43
CAPÍTULO 2 – A FRONTEIRA E SEUS PERSONAGENS REAIS NO PROCESSO HISTÓRICO DE PRÉ- GOLPE E NA DITADURA MILITAR	47
2.1 FRONTEIRAS ENTRELAÇADAS PARA CONSTRUIR UMA DITADURA	49
2.2 O PERÍODO PRÉ-GOLPE	50
2.3 O AUTOGOLPE DE JÂNIO QUADROS	53
2.4 REFORMAS QUE DEPUERAM UM PRESIDENTE.....	56
2.5 UM BREVE HISTÓRICO POLÍTICO REGIONAL NO PERÍODO DE JANGO	60
2.6 O PROCESSO DE ANISTIA E O PACTO DE ESQUECIMENTO.....	62
CAPÍTULO 3 – OS RELATOS DOS PERSONAGENS REAIS DA FRONTEIRA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR	65
3.1 OS PLANOS OFICIAIS DE REPRESSÃO, A ‘LOQUACIDADE’ E O PACIFISMO	67
3.2 A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA NO PRÉ-GOLPE DE 64, SEGUNDO MILITARES	69
3.3 FISCALIZAÇÃO MILITAR CONTRA OPOSIÇÃO E APARATO DE REPRESSÃO	71
3.4 REPRESSÃO E VIGILÂNCIA NOS COSTUMES, TRADIÇÕES E COTIDIANO	73
CONCLUSÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS.....	84

INTRODUÇÃO

A presente dissertação procurou investigar como a literatura representou um período da ditadura militar no Brasil, com recorte específico feito para a fronteira do Brasil com a Bolívia, mais especificamente no território das cidades de Puerto Suárez e Corumbá. Para a condução desse estudo, houve como base a análise e interpretação do romance *Sempreviva*, de Antonio Callado. Além dessa representação literária que se utilizou do referido livro, esta pesquisa investigou fatos apresentados na ficção que tiveram intersecção com cenários reais de uma Corumbá e Puerto Suárez das décadas de 1960-1980. Por ser fronteiriça, esta região já tem uma característica de atração da presença militar por conta da defesa de limites territoriais. Com a adição do fator político do regime ditatorial militar, esse local encontrou elementos a mais para ser representativo nesse contexto territorial-político-literário que foi abordado em *Sempreviva*.

A região tem uma territorialidade militar latente que remonta ao século XIX e com atuação do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil. Em 14 de maio de 1842, houve a criação do Corpo Provisório de Caçadores de Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto (MG). Durante a guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai, 1864-1870), essa unidade passou a se chamar 21º Batalhão de Caçadores e teve atuação na fronteira, vindo a ser denominada 17º Batalhão de Caçadores em 1920 e em 1994 passou a ser denominada 17º Batalhão de Fronteira¹. Já a Marinha veio a se instalar na região a partir do atual município de Ladário, com a criação do Arsenal de Marinha de Ladário, que teve sua pedra fundamental lançada em 14 de março de 1873. Já em 1945, houve a nomeação para Comando do 6º Distrito Naval.²

Cabe situar que por si só, o fator fronteira adiciona a uma região questões ligadas à interação de línguas distintas, de relações comerciais, bem como educacionais, trabalhistas, culturais. Ao mesmo tempo, coexistem as tensões advindas dessas relações. E, acrescenta-se, a fronteira é um “local-paradigma do exercício do poder soberano” (COSTA, 2019), onde o Estado realiza, com técnicas particulares, ações ligadas ao controle social, patrulhamento, combate e ocupação territorial. A “gramática militar” (COSTA, 2019) representa o poder exercido pelo Estado nessas regiões. Em um período de supressão de direitos civis, como ocorreu na ditadura militar brasileira, esse poder ganha contornos mais agudos.

Exposto até aqui as condições fronteiriças e militares que este trabalho abordou, é possível

¹ Disponível em: <https://cmo.eb.mil.br/index.php/publicacoes/1298-177-aniversario-de-criacao-do-17-b-fron>. Acesso em: 18 jan. 2024.

² Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/comando-do-6o-distrito-naval-ha-150-anos-protetendo-os-rios-da-fronteira-oeste-do-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2024.

detalhar melhor o autor e a obra que balizou esta investigação. O escritor Antonio Callado, com uma quadrilogia dos livros *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1972), *Reflexos do baile* (1997) e *Sempreviva* (1981), tornou-se pioneiro na representação de uma temática nova na literatura brasileira, como apontou Arturo Gouveia de Araújo (1998), apresentando o romance com um recurso de denúncia.

O livro *Sempreviva*, lançado em 1981, apresentou relatos de um período que pode ser compreendido como “transição democrática” (1979-1988) (Reis, 2014), e que traz para o centro dessa discussão a fronteira do Brasil com a Bolívia, a partir de Corumbá e Puerto Suárez, no próprio momento histórico que vivia a região.

Ao longo da produção dessa pesquisa, houve a análise para situar *Sempreviva* como uma obra com características de literatura de testemunho ou o enquadramento como um romance que contém denúncia de caráter político-social, com destaque para situar essas condições no território de fronteira do Brasil com a Bolívia. Inicialmente, buscando embasamento científico, identificou-se que o livro produziu material que conseguiu extrapolar a proposta da arte pela arte e ocupou um outro território, o da denúncia de um contexto de extrema violência e rompimento de limites de direitos humanos durante um período temporal que corresponde ao da ditadura militar brasileira. Esse padrão identificado fez com que a obra estivesse conectada com o “mundo extraliterário” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.379).

Para permitir uma melhor compreensão do caminho que esta pesquisa seguiu, depois dessa caracterização da obra que apresentou acontecimentos catastróficos de supressão de direitos civis e violência estatal, houve uma contextualização para conceituar, no âmbito dessa investigação, como *Sempreviva* poderia ser classificada em um subgênero da literatura. A partir desse ponto, houve a identificação que o conceito de “testemunho” (CORNELSON, 2011, p.10) poderia ser o caminho a ser seguido. Contudo, os relatos contidos no livro não foram feitos em primeira pessoa, uma situação presente em diferentes obras de testemunho.

Também não se confirmou uma condição inquestionável da presença do “sobrevivente de uma provação”, o mártir, conforme condiciona Jaime Ginzburg (2008), ao citar também Seligmann-Silva (2003, 378), para conceituar a obra de testemunho. O autor de *Sempreviva*, Antonio Callado, chegou a ser contemporâneo da ditadura brasileira, mas não foi possível nessa investigação confirmar com documentos que o escritor esteve presencialmente em Corumbá, Puerto Quijarro ou na região. Nem mesmo identificar precisamente que algum personagem da obra seria, na verdade, uma transmutação de Callado. O que existiu, de fato, foram diferentes personagens que construíram a narrativa, que buscou apresentar uma memória traumática com relação do governo ditatorial brasileiro.

Na condução desse trabalho, o que foi possível identificar, a partir de embasamento de pesquisas, que *Sempreviva* concentrou esforço de rememoração (GAGNEBIN, 2006, p. 55). Conforme Gagnebin, essa rememoração “significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também agir sobre o presente” (2006, p.55). Também, a obra foi um espaço para que os “esquecidos” e “recalcados” pudessem contar sua lembrança. Diante do exposto, Callado, nesse livro objeto de estudo, decidiu retratar, a partir de um rincão brasileiro, as cicatrizes que a violência estatal da ditadura militar deixou em um período de anistia parcial – o livro foi lançado em 1981, enquanto a anistia foi determinada por legislação em 1979. Essa questão histórica da anistia foi também abordada nessa investigação para permitir uma melhor contextualização.

Em tempo, Regina Dalcastagnè foi outra estudiosa a contribuir para a condução dessa investigação e complementar a ideia da rememoração. Em *Espaço da dor* (1996), ela destacou como os escritores encontraram caminhos para retratar os fatos de supressão de direitos no regime ditatorial militar brasileiro. Ela citou o “bom exercício para a memória” (1996, p. 15) que romances desempenharam. Em especial a partir de 1979, período que *Sempreviva* foi lançado, “quando se iniciou o processo de abertura e os exilados voltaram para casa, uma farta literatura de denúncia invadiu as prateleiras das livrarias” (p. 15-16).

Em complemento ao apresentado, o que se depreendeu é que o livro permitiu relatos reais dentro das narrativas ficcionais. Uma maneira de atravessar as barreiras políticas construídas como tentativa de silenciamentos, já que as arbitrariedades e violências foram, historicamente, escamoteadas.

Nesse caminho para buscar elucidação de fatos com a pesquisa e a análise da ficção apresentada por Antonio Callado, identificou-se que para formar o *corpus* dessa dissertação ainda houve uma escassez de material de pesquisa que retratou cenários da ditadura militar nesse território fronteiriço entre Corumbá (Brasil) e Puerto Suárez (Bolívia). Además, na busca por entrevistas informais e formais foi identificado que personagens que viveram o período da ditadura militar ainda encontravam barreiras culturais, sociais e históricas para relatar atos que ocorreram em Corumbá, Ladário e Puerto Quijarro com ligação ao regime mesmo tendo passado 35 anos da total abertura para a democracia no Brasil, com a realização de eleições diretas, em 1989. Isso reforçou como o tema proposto, que resgata fatos de décadas de 1960 a 1980, ainda se faz presente na mente e na lembrança de quem viveu esse período, bem como deixou marcas para os contemporâneos da produção dessa dissertação.

O tema aqui tratado lançou-se a partir da literatura para retratar um Brasil que o governo militar assumiu o comando e promoveu desdobramentos com o uso da violência do Estado, com graves infrações aos direitos humanos e produção de feridas para a sociedade. Feridas estas não totalmente cicatrizadas. A construção das memórias a partir do período pós-ditadura sofreu deturpações no país. Conforme análise de Reis, as premissas construídas inocentaram na história setores da sociedade civil que participaram da ditadura. Setores esses que seguem ativos na política, na cultura e na economia do país.

A delimitação deste trabalho a partir de *Sempreviva* foi feita para trazer para o cenário fronteiriço um período expressivo de profundas mudanças políticas, culturais e sociais e com uma carga extremamente alta de fatos históricos ligados à supressão de direitos humanos, bem como atividades que estavam atreladas a ações econômicas para esta região de fronteira Corumbá-Puerto Suárez. Todo o enredo da história se passou nos limites pendulares de Puerto Suarez e Corumbá, sem nomeação direta a Puerto Quijarro e Ladário, em um recorte de tempo não especificado, mas que se depreende pelos fatos narrados corresponder ao período pós-1979, quando a subtração de direitos civis ditada pelo governo militar deu lugar a uma etapa de restauração de ordem democrática.

O personagem principal da história viveu uma época de pavimentação para a restauração da ordem democrática. Outrora exilado na Europa, ele conseguiu retornar ao Brasil, porém com uma falsa identidade e se utilizou da Bolívia para conseguir acessar o território brasileiro. Ao mesmo tempo, também no livro, personagens circulares ligados à prática da violência estatal em anos de supressão de direitos civis encontraram-se em situação de refúgio nesta fronteira, e também com identificação real suprimida.

Ainda existiu um pano de fundo dentro desse contexto histórico que Callado acrescentou à obra. No livro, o autor colocou os personagens que praticaram a violência estatal, nos anos de chumbo, agora ligados a outro tipo de crime: o tráfico de couro de animais silvestres, em especial da onça. Este foi um fato que também ocorreu nessa região entre os anos de 1970 a 1991, com intensificação da caça predatória a partir do início de 1980. A caça estava proibida no país desde 1967, mas uma demanda do mercado europeu fez com que o contrabando de peles, couros e animais silvestres se tornasse em um problema de ordem nacional. Estimativas de um dos fundadores da Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul e combatente direto nesse período, Angelo Rabelo, apontaram para quase 5 milhões de jacarés, 2 mil onças-pintadas e 3 mil araras azuis e vermelhas saírem do Brasil para abastecer o mercado europeu da moda na década de 1980 e início dos anos 1990. Este trabalho também buscou situar esse contexto narrado dentro de *Sempreviva*.

Os dados analisados foram obtidos a partir da leitura de material literário, textos históricos sobre territórios fronteiriços, pesquisa bibliográfica de documentos disponíveis para acesso na biblioteca pública do governo federal, bem como entrevistas informais com pessoas que viveram o referido período do estudo. A pesquisa seguiu o método dedutivo e teve como o uso de recursos exploratórios, de forma qualitativa (RICHARDSON, 2012, p.37, p.79 a 80) (DOXSEY & DE RIZ, 2002-2003, p.25 a 27).

Para percorrer o trabalho desenvolvido aqui, no primeiro capítulo foi tratado dados históricos e a contextualização da literatura de denúncia. Essa abordagem envolveu o arcabouço histórico e uma discussão utilizando-se embasamento de autores clássicos e a visão do tema sobre a perspectiva de estudos contemporâneos sobre o alcance desse recurso literário para dar voz a fatos, narrar acontecimentos e recorrer a figuras de linguagem que permitiram abordar temas complexos, mesmo diante de mordanças presentes na época de lançamento do livro *Sempre viva*, ocorrido em 1981, ainda quando o regime da ditadura militar estava vigente.

No segundo capítulo, o contexto histórico e as marcas que a ditadura militar produziu no contexto de fronteira foram focalizados, além de uma discussão em torno de aspectos que o regime militar construiu, tanto trazendo subsídios de autores que procuraram avaliar como foi o terreno preparado para haver a ascensão do poder de militares, bem como as bases que foram formadas para que esse processo político pudesse perpetuar por mais de 20 anos no Brasil. A base jurídica para a condução do poder no período, a partir de diferentes atos institucionais, também fez parte de apresentação do que foi trazido nesta etapa do trabalho.

No último capítulo estão as bases teóricas abordadas para discorrer sobre o alcance e o que caracteriza a literatura de denúncia. Acrescenta-se a isso, a realidade do autor, testemunha de fatos e a percepção de personagens reais, que tal qual o autor, viveram a ditadura militar. São questões que dialogaram com os fatos para apresentar ao leitor desta dissertação mais um viés de olhar, sensação e percepção do que a ditadura militar deixou de marcas para esse território fronteiriço, que se apresenta em constante dinamismo e mutação.

CAPÍTULO 1 - FRONTEIRA E LITERATURA EM TEMPOS DE VIOLÊNCIA ESTATAL

Um território fronteiriço tem a construção própria da sua condição sociopolítica (COSTA, 2013, p.67) pelo fato de ser uma área onde se encontram diferentes ordens como a econômica, social, cultural muito próximas entre os dois lados que se apresentam separados por limites em contiguidade territorial (BENEDETTI, 2011). É com esse contexto que a fronteira se movimenta, seus personagens vivem o cotidiano para escrever suas próprias histórias, em um fluxo constante de trocas. São interações intensas que extrapolam a dinâmica nacional e que Foucher (2009, p.13) posicionou a proporção em escala planetária, pelo fato de fatores econômicos, geopolíticos, políticos e culturais apresentarem nesse território uma grande eferescência.

Para uma área de fronteira, automaticamente impõe-se um limite (COSTA, 2013, p.67). Dentro desse capítulo 1, o limite e o processo de ultrapassá-lo, carregando dessa forma suas consequências, foram tratados ao se apresentar o cenário que a ditadura militar impôs na região de Brasil e Bolívia, entre os municípios de Corumbá e Puerto Suarez, descritos a partir da literatura de denúncia com o livro *Sempre viva*, de Antonio Callado. Tal realidade, que a literatura se fez necessária como ferramenta de relato para romper o limite da censura presente no referido período político brasileiro, apresentou uma série de situações que em bibliografia disponível ainda encontra-se em um limbo de descrição e memória. A partir deste estudo, identificou-se presente ainda uma condição de apagamento e negação de fatos por mais presentes que eles possam ter ocorrido. Afinal, como um período de presença tão grande de militares no poder não deixaria marcas em um território fronteiriço, que apresenta condição sociopolítica em constante volatilidade e acúmulo de tensões devido aos níveis diferentes de compreensão de vida (FOUCHER, 2009, p.20), bem como a presença física de diferentes equipamentos avançados das Forças Armadas influenciando situações socioespaciais?

O governo militar, em seu processo de democratização, trabalhou com uma anestesia de consciência (SILVA, in. VIEIRA, 2014, p.84) após a chancela do próprio Estado para o cometimento de arbitrariedades com cicatrizes que remontam à insegurança, medo e terror. Não houve uma superação porque as marcas do regime ditatorial foram cauterizadas, mas não apagadas. E viver no período pós-regime ditatorial não significou superação. Seligmann-Silva (2002, p.136) especificou que estar no “pós” é um conceito menos ligado ao passado que passou e muito mais conectado com o ainda habitar a catástrofe que foi vivida e se apresenta viva em certo grau. O mesmo autor conceituou que o “elemento traumático do movimento histórico penetra no nosso presente tanto quanto serve de

cimento para nosso passado” (2002, p.137). A literatura, indo além do estético, não tem limites, pode burlar mordanças e silêncios e permite a criação do real para abordar o que vemos e o que está nas entrelinhas para dar conta de relatar e denunciar as angústias que vivemos (SELIGMANN-SILVA, 2002, pags. 144-146).

1.1 LIMITES IMPOSTOS POR UM REGIME DITATORIAL

Reflexos sociais e rompimento de direitos civis ocorridos na fronteira do Brasil com a Bolívia no período da ditadura militar ainda são temas que enfrentam diferentes níveis de barreira para serem esmiuçados, mesmo passado mais de três décadas do fim do referido regime, levando-se em consideração que este trabalho foi produzido entre 2023 e 2024. Essa condição identificada a partir de pesquisas de campo e bibliográfica indicaram a necessidade de esforços para se fazer o recorte sobre o período nesse referido território para entender melhor como se deu a violência estatal e ruptura de direitos civis com marcas profundas.

Em termos históricos, descreveu Reis (2014, p. 7), somente a partir da década de 1990 começaram a surgir documentos acadêmicos que buscavam não só denunciar, mas apresentar uma compreensão dos fatos sobre o que ocorreu no Brasil em termos políticos e sociais com a declaração de participantes do regime que foi de 1964 a 1985. Esse movimento deu-se com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc).

No campo da literatura, o relato de quem testemunhou esse período da política brasileira ocorreu em momento mais contemporâneo, enquanto o medo e a violência estatal estavam presentes em qualquer canto do país, com o regime ditatorial vigente. Dalcastagnè (1996, p. 15-17) indicou que entre os anos de 1960 e 1970 houve uma produção escrita sobre o que representava a ditadura, mas sem o contorno artístico. Esse tipo de obra passou a ser mais presente para o leitor a partir de 1979, por meio de romances que ainda dialogaram com o estilo jornalístico, outros tiveram uma vertente para a paródia e, conforme Dalcastagnè, ainda houve a narração com protagonismo para as mulheres.

Esses recortes de relatos em diferentes estilos, sem dúvida, precisaram ser moldados de acordo com o grau da censura que estava presente no dia a dia de quem escrevia e decidia denunciar³. Legalmente, havia garantias de poder exacerbado ao Estado, conforme estava explícito no Ato Institucional n. 2,

³ Leia documentos secretos e confidenciais que apontam medidas de censura relacionadas às atividades na fronteira do Brasil com a Bolívia na seção Anexos.

de 27 de outubro de 1965: “No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos (...)”, descreveu o artigo 15 do referido AI n.2.

Para fazer o relato-narração do que ocorria em um período que escrever sem códigos sobre política poderia representar riscos graves à integridade física, a blindagem oferecida era a cultura, que neste trabalho encontrou escopo de estudo com a literatura que promoveu a denúncia e a rememoração. Cristina Ferreira Pinto-Baley e Regina Zilberman apontaram que havia recursos para esse ato de relatar as supressões de direitos porque “a cultura revela-se lugar de resistência, com efeitos que extravasam para além do campo artístico e intelectual” (2020, p.416).

O momento vivido no país diante do cenário da ditadura militar encontrou um recorte particular e de importante interesse em termos de pesquisa quando este foi flexionado em um território transfronteiriço, como está presente na região de Corumbá-Ladário (Brasil) e Puerto Suárez-Puerto Quijarro (Bolívia). Walter D. Mignolo descreveu que “nuestro destino se juega en las fronteras” (2015, p.12) para situar como um território de fronteira apresenta realidades distintas, o que torna esse local com importância política, econômica e epistemológica para se pensar de forma distinta sobre fatos de uma nação.

A fronteira, pela sua característica de interações entre povos e reivindicações políticas, tem sua “lógica fronteiriça” (OLIVEIRA, 2016, p.15), ou seja, uma mescla cultural, com povos de nações distintas promovendo intercâmbio constante, vivenciando diferentes costumes, mantendo relações comerciais cotidianas e experimentando trocas culturais. Outra questão envolve a presença do imigrante, que pode personificar transformações tanto na nação que ele deixa, como no país que ele está. Ainda nessa esteira, na fronteira é que se apresenta um “palco de vivências, experiências, conflitos e trocas” (MACHADO, 1998). Um ambiente como esse encontra desafios para controles estatais, ainda mais em um período ditatorial, com legislações restritivas em diferentes setores e uma censura ativa.

Além das constatações de autores sobre as censuras relatadas acima, existem documentos oficiais identificados a partir dessa pesquisa que corroboraram para a atuação restritiva da ditadura militar brasileira agindo nesse território entre Brasil e Bolívia. Em documento do Serviço Nacional de Inteligência, 023873, de 7 de novembro de 1972, o governo brasileiro identificou uma publicação e

sugeriu que sua distribuição deveria monitorada por conta do conteúdo⁴. *Brasil en Bolívia, lecciones de un golpe militar*, de autoria de Ramiro Sanchez, editado no Chile pela Frente Brasileira de Informações, entrou nos arquivos do Serviço Nacional de Informação (SNI) como um documento classificado como secreto. O livro inteiro foi microfilmado para monitoramento dos militares.

Nessa produção historiográfica, o autor creditou ao governo militar brasileiro sua interferência na Bolívia para derrubar o governo de Juan José Torres ao dar apoio com treinamento e propaganda para grupos contrários que levaram ao comando do país coronel Banzer. Também citou a influência da cúpula ditatorial no Uruguai. Bem como, deu destaque a uma missão brasileira comercial em 15 de agosto de 1971 à região de Mutún, que fica próxima a Corumbá e possui uma importante reserva de minério de ferro. Em meio a essas discussões comerciais, a então União Soviética chegou a anunciar US\$ 200 milhões para ser construída uma planta siderúrgica justamente em Mutún. Essas tensões comerciais representaram, também, em sinais para intervenções militares no pretexto de se combater uma interferência comunista em território da América do Sul. O Brasil ainda atuou no envio de dois aviões da Força Aérea Brasileira para Santa Cruz de la Sierra em 17 de agosto de 1971, que conforme o livro sinalizava uma atuação militarizada para pressionar o governo boliviano. O então lema levantado naquela época por cruceños era “Dios, Patria y Honor” (SANCHEZ, 1971, p.13), algo semelhante que foi defendido pelos militares brasileiros e apoiadores do golpe de 1964.

Seja com documentos, literatura ou material historiográfico, a ditadura militar brasileira buscou criar limites para cerceamento e essas medidas ditatoriais tiveram alcance desde centros de distribuição do poder, como em territórios afastados.

1.2 LITERATURA DE DENÚNCIA: NARRAR PARA NÃO ESQUECER

A fronteira do Brasil com a Bolívia, entre Corumbá e Puerto Suarez, foi cenário para uma narrativa literária nascida no século XX que buscou dar contexto para acontecimentos de difícil compreensão por conta da barbárie e do trauma que o período da ditadura militar gerou.

Em *A ideia de cultura*, Eagleton posicionou que, seguindo uma ótica da crítica marxista (2005, p.15), uma obra literária pode ser analisada a partir da sua “concepção dessas formas, estilos e

⁴ INFORMAÇÃO, Serviço Nacional (SNI). *Bolívia. Livro editado no Chile*. BR AN, B5B IE.09.4, p.1;57. 1 nov. 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0009/br_dfanbsb_ie_0_0_0009_d0004de0005.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

sentidos como produtos de uma história determinada”. É com esse embasamento que este primeiro capítulo foi desenvolvido, recorrendo também a outros autores para se abordar um romance de denúncia que traz em sua narrativa o território fronteiriço e mostrou em sua narrativa a realidade histórico-social em processo de transformação por conta da transição de um regime ditatorial.

O espaço recortado no livro de Antonio Callado, *Sempre viva*, para essa fronteira caminha para uma discussão em torno do que o regime ditatorial causou de cicatrizes. O autor, jornalista, dramaturgo, ensaísta e ficcionista representou um dos nomes mais importantes da narrativa brasileira depois da década de 1960 ao ter sido contundente em suas críticas, ao mesmo tempo em que conseguiu alcançar patamares criativos que permitiam deslizar-se sobre as mãos da censura da época (PINTO-BAILEY e ZILBERMAN, 2020, p.414).

Na obra que balizou este trabalho, Callado descreveu sobre o patamar que os sentimentos e atitudes humanas atingiram em termos de crueldade e desrespeito com a vida do outro. Essas condições estiveram presentes na realidade fronteiriça. As marcas de um período de ausência de liberdade e repressão violenta estavam presentes em quem foi subjulgado, bem como em quem segurava o instrumento de tortura e estava amparado pelo sistema, mas que também deixou de receber o mesmo aparato depois que o apagar das luzes desse sistema ditatorial passou a receber uma nova configuração, a redemocratização (VERDADE, 2014).

Sobre a ditadura militar retratada como denúncia na obra em estudo, Reis (2014) observou que não foi um modelo político implantando de forma abrupta. Houve um processo histórico, com militares e setores da sociedade civil atuando em conjunto. Para deturpar o caminho do golpe, os militares denominaram que o movimento que instalou a ditadura tratava-se de uma “Revolução Vitoriosa” (BRASIL, 1964). Inseriram esse nome, inclusive, em documentos oficiais, como é o caso do Ato Institucional n. 1. Entre os discursos de legitimação presentes entre os militares estava o risco de soberania nacional caso o país tivesse uma influência de política comunista. E enquanto mordanças eram atadas pelo regime ditatorial, havia também uma disrupção da realidade. Os militares formaram submundos com espiões, codinomes e verdadeiras operações de guerra, operadas com uso da violência estatal para prender e interrogar pessoas (VERDADE, 2014).

A fronteira oferece um território fértil para “interações entre povos e de antigas reivindicações políticas que descem das mais altas esferas estatais até o cotidiano vivenciado pelas pessoas (...)”, conforme Oliveira (2016, p.13). Essas condições espaciais, históricas e políticas do território favoreceram para que, com recursos da literatura, houvesse o pano de fundo necessário para se retratar as mudanças profundas que o Brasil vivia após passar de 1964 a 1979 sob um regime de

excessão.

Callado, que viveu a ditadura militar brasileira, colocou em *Sempreviva* uma condição de fronteira. Isto posto, o livro mostrou uma condição de anistia que o governo militar estava vivendo, que teve início em 1979. Uma época de reordenação política, com transição de regimentos. Na literatura, a fronteira tem o poder de simbolizar “a promoção da diferença – do enxergar a alteridade – como forma de produção de ideias” (MOTA, 2015). Nessa narrativa, este trabalho também identificou algumas discussões de personagens em torno do que o regime ditatorial representou e quais rumos o país poderia seguir com a anistia. Esses debates ocorreram ao longo de diferentes páginas, entre diálogos de personagens, e questionaram crimes de agentes do Estado, expectativa de uma real democracia a frente, efetividade de movimentos de resistência. Com isso, o protagonista Quinho, a saber, em vários momentos é representando não como um herói, mas um personagem de fraquezas, instabilidade emocional e com uma cicatriz que constantemente o incomoda, talvez uma alegoria para também as cicatrizes que o regime podia causar em quem foi vítima das violências estatais.

Para exemplificar esses cenários, o autor usou construções como “... Brasil, mãe madrastra descomunal ...”, “... o expelira duas vezes, primeiro do ventre, para lhe dar terra, e depois dessa própria terra natal para torná-lo deserdado, errante”, “...Quinho, vivendo agora seu pesadelo com os olhos secos e abertos, foi sugado rumo à fronteira, tentando se agarrar (...), mas desgraçadamente leve demais...” (1981, p. 8), “Pior ainda do que seu pesadelo de inda há pouco, a árida terra do Brasil o recebia ao cabo de anos com um crepúsculo exagerado de tão sangrento (...) com o sangue a redimir de Lucinda.” (1981, p.11). Em tempo, “... por não ser herói de guerra e voluntário da pátria, um homem também não precisa exagerar, deixando-se conduzir (...), pelo estúpido e insensato alarma...” (1981, p.49).

Para acrescentar na discussão em torno do pensamento fronteiriço, em que se propõe seguir este estudo, Walter Mignolo ofereceu contribuição a partir de uma discussão com María Íñigo Clavo e Rafale Sánchez-Mateos Paniagua. “El pensamiento fronterizo es aquel que genera una doble crítica, se aleja de las contraposiciones dicotómicas...” (2015, p.369).

Sempreviva, lançado em 1981, quando ainda havia restrições de direitos civis, retratou como o passado de violência estatal mais latente, das décadas de 1960 e 1970, causava traumas. Em Mário Seligman-Silva (2002), o autor denotou que o século XX trouxe uma escalada belicosa, com uma realidade de morte gritante e “emudecida, silenciada, enterrada” (SELIGMAN-SILVA, 2002, p.145).

Como dar conta de um período tão ofuscado para que o apagamento da memória não fosse efetivado para que envolvidos pudessem passar despercebidos depois do trauma ter sido causado? Nas linhas a seguir essa discussão é apresentada ao leitor como forma de enriquecer o conteúdo voltado ao tema, bem como apresentar o protagonismo que a fronteira envolvendo Corumbá e Puerto Suárez teve nesse momento histórico.

1.3 A LITERATURA E SEU ARCABOUÇO HISTÓRICO

A literatura tem recursos ligados às formas, estilos e sentidos capazes de extrapolar o campo estético da arte e permear o cenário histórico de uma época. Nesse sentido, a crítica marxista possui fundamentos que contribuem para a compreensão desse fator histórico que a literatura tem capacidade de produzir. A abordagem aqui apresentada vai usar essa ótica da crítica marxista para compreender o fator revolucionário da própria história e como a literatura recebe influência desse contexto e de que forma ela vai ser expressa por meio dos autores.

Eagleton (2005) situou que Karl Marx e Frederick Engels, em *Ideologia Alemã* (1845-6), apontaram que a “produção de ideias, das representações e da consciência (...) é a linguagem da vida real” (Eagleton, p.16, 2005). A partir disso, as relações sociais entre as pessoas estão ligadas ao modo de produção que elas conduzem para ter a vida material. E essa base econômica vai formar o que Marx definiu como superestrutura, ou as formas jurídicas e políticas, neste caso o Estado, que tem a função de legitimar o poder da classe social detentora dos meios de produção.

Essas formas apontadas dentro do pensamento marxista e detalhadas por Eagleton (2005) têm a função de definir a consciência social em um determinado período, o que pode também ser definido como a ideologia da época. É importante posicionar que a definição do termo ideologia em questão vai ao encontro do modo como os homens vivem no curso de sua história dentro da sociedade, acrescentado a essa questão os valores, ideias e imagens que os conectam às funções sociais.

Ademais, “A função da ideologia é (...) legitimar o poder da classe dominante na sociedade (...). Para o marxismo, a arte faz, portanto, parte da ‘superestrutura’ da sociedade” (Eagleton, p.18, 2005). Mais adiante, a literatura pode ser inserida nesse campo da arte, que tem a função de legitimar o poder do Estado, porém existe uma compreensão que vai além desse entendimento retilíneo e, de certo modo, simplista. Engels, conforme detalhou Eagleton, acrescentou a necessidade de discutir que a arte “tem uma relação mais complexa com a ideologia do que o Direito e a teoria política”

(Eagleton, 2005, p. 30).

Enquanto o Direito e a teoria política perpassam de forma mais transparente os interesses de uma classe dominante, a arte literária estravassa o leito da ideologia de uma época. Ela possui a capacidade de desafiar e confrontar os valores, ideias e imagens de um período, cabendo aqui a definição de Eagleton (2005):

“A ideologia significa as formas imaginárias sob que os homens experimentam o mundo real, o que é, evidentemente, o tipo de experiência que a literatura em determinadas condições, e não uma análise conceptual dessas condições. No entanto, a arte não se limita a refletir passivamente essa experiência. Está contida na ideologia, mas consegue também distanciar-se dela a um ponto em que nos permite ‘sentir’ e ‘apreender’ a ideologia que nasceu.” (EAGLETON, p.31, 2005)

A literatura, nessa ótica, é o mecanismo que permite sentir a experiência de uma situação, de um momento histórico. Essa forma de abordagem abre caminho para o autor inserir um assunto dentro de limites ficcionais. Ainda em Eagleton, ele citou o pensador Pierre Macherey (2005, p. 32) para fazer o recorte de que quando a arte literária dá uma forma determinada para a ideologia, ela pode distanciar-se dos limites definidos por essa forma de legitimação do poder da classe dominante. Nesse caso, a literatura contribui para a libertação da ilusão ideológica. Esse conceito de ilusão ideológica é tratado por Pierre Macherey como a experiência ideológica comum dos homens.

Cabe também posicionar outra conceituação em torno da forma da arte literária que vai dar sustentação para uma crítica em torno de seu poderio de transformação em uma sociedade. Leon Trotsky salientou, conforme Eagleton (2005, p. 92), que a literatura tem a capacidade de romper limites impostos pela ideologia de sustentação do poder da classe dominante. Ele descreveu: “É ainda capaz de nos fornecer uma espécie de verdade – não, é claro, uma verdade científica ou teórica, mas a verdade sobre a forma como os homens sentem as suas condições de vida e como protestam contra elas”.

A arte tem no seu escopo – e a literatura encaixa-se nesse formato – a condição de poder residir na fronteira que separa o território da arte como produção (uma mercadoria, produto da divisão do trabalho, onde há o interesse do escritor e do editor ao lucro ou seja, que pode ser vendida para milhares de pessoas ou produzida na forma de mecenato) e a arte como ideologia (produto para alicerçar o modo de vida na sociedade em um determinado período).

Com base na teoria marxista para discorrer nesse campo, o que este estudo depreendeu foi a necessidade de o leitor estar preparado para fazer correlações e captar como a literatura está se manifestando. Seja a partir de uma mercadoria voltada apenas para entreter, sem entregar

diretamente uma mensagem política ou de denúncia, ou ainda no formato de uma mercadoria, mas que pelo direcionamento de um escritor, de um editor, resvala para uma mensagem que questiona ou reafirma a ideologia da época e suscita no leitor uma reflexão de fatos históricos, seja a favor ou contra. Portanto, para dar prosseguimento nesse entendimento, é necessário que o leitor seja capacitado para ter formação e capacidade de acompanhar um conteúdo literário com postura crítica, que também vai permitir a produção de sentidos e correlação de fatos do passado e presente, ficção e realidade.

Marx, em *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1844), assim tratou o tema com lupa para observar a postura e formação do leitor, conforme Eagleton:

“O poder da arte de realizar plenamente as capacidades humanas depende da libertação dessas capacidades pela transformação da própria sociedade. Só depois da superação da alienação social (...) é que a ‘riqueza da sensualidade humana subjectiva, um ouvido musical, olhos para a beleza da forma, em resumo, sentidos capazes de prazeres humanos... serão em parte desenvolvidos, em parte criados.’” (EAGLETON, p.92, 2005)

Outro autor que tratou da importância da literatura e outros estilos, mas direcionou sua produção científica com uma atenção maior para entender o leitor e o ato de ler, foi Alberto Manguel. Em *Uma história da leitura* (2004), ele fez recorte em específico que dialoga com essa dissertação no campo do estudo de uma obra e como ela influencia em certo grau um regime que rompe com a democracia e busca arregimentar o poder ditatorial. Nesta citação, é possível materializar como os livros são influenciadores, seja de legitimação ou contestação: “(...) os regimes totalitários exigem que não pensem, e portanto proíbem, ameaçam e censuram (...). Nessas circunstâncias, os leitores não podem deixar de ser subversivos.” (MANGUEL, 2004, p. 15-16).

Diante da leitura bibliográfica feita para a produção dessa dissertação, outra situação importante para ser destacada apareceu reforçada em Gagnebin. Em uma crítica literária feita sobre o papel do livro *Odisséia* para se compreender o mundo burguês, a autora reforçou que o leitor deve assumir o papel de “herdeiros dessa vontade de esclarecimento e de emancipação” (2006, p. 31). Até porque, um obra pode apresentar, além da compreensão contida explicitamente em suas linhas e linearidade da leitura, “outras potencialidades da razão e da fantasia humanas em seu trabalho de resistência contra a dominação e contra a ignorância.” (2006, p. 31)

Uma das maneiras de contribuir para criar um ambiente que vai promover leitores capazes de relacionar assuntos e ter condições de fazer uma leitura reflexiva da literatura é por meio da ciência e os estudos, tal como este trabalho se apresenta. Obras como *Sempre viva*, que está na espinha dorsal desta dissertação, somam-se nesse processo para contribuir para a formação de uma sociedade mais

esclarecida em torno de sua realidade e as condições sociais de cada cidadão. Bem como, atuam diretamente para refletir sobre o processo de memória para que o passado possa ser melhor compreendido no presente.

1.4 A LITERATURA DE CALLADO E A RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA

Lançando mão do conteúdo que a crítica literária marxista forneceu para este trabalho, cabe reflexão sobre a condição do autor da obra. Eagleton denotou que ao escrever duas cartas a romancistas que submeteram seus trabalhos para análise, Engels defendeu que a “tendência política deve surgir discretamente das situações dramatizadas; só desta forma indirecta é que a ficção revolucionária podia actuar com eficácia sobre a consciência burguesa dos seus leitores” (EAGLETON, 2005, p.62), em carta datada de 1885 e endereçada a Minna Kautsky.

Em *Sempreviva*, os atos de violência estatal praticados no período da ditadura militar no Brasil aparecem em pílulas, durante momentos diferentes do livro, com registros da época em menções, algumas vezes, diretas e outras indiretas. Inclusive com testemunho literário para retratar um momento específico da região entre Corumbá e Puerto Suárez. Esse estilo ainda pode ser compreensível para a referida obra, afinal sua publicação ocorreu no próprio momento da história em que a violência estatal ainda existia, apesar de configurar um período de transição de anos de chumbo para uma democracia. Um dos trechos que contribui para essa compreensão: “Só quem já escreveu carta em código, cifrada, (...) e que se destina a pôr um véu por cima de graves, talvez fatais declarações, sabe o quanto é humilhante este exercício de estilo” (CALLADO, 1981, p.24).

Além da violência estatal, o que o livro denunciou foi o crime contra o meio ambiente que ocorria no território do Pantanal a partir da caça de animais silvestres, em especial a onça. “(...) no Brasil ainda tem muito mais gente sangrando e gemendo do que onça” (CALLADO, 1981, p.29). Há também a menção sobre o tráfico de drogas vindo da Bolívia e passando pelo Brasil pela região de Corumbá.

A possibilidade de a produção literária ter sua autonomia para retratar uma questão histórica de excessos de violência estatal e movimentos anti-democráticos encontra caminho por meio da ficção, delineada por linhas de uma história contada dentro de um romance. Romance este que contém recortes e garante que fatos graves possam ser caracterizados mesmo diante da barbárie contemporânea que estas condições denunciadas apresentavam-se. O contexto da obra estudada é de repressão, com um “mosaico clandestino da vida brasileira em que pronunciamento efetivo dos

sujeitos históricos mais ativos politicamente se dá em circuitos fechados e autoritários” (ARAÚJO, 1998).

Adiciona-se à abordagem literária mencionada até aqui, o encontro do romance alvo desse estudo com o que podemos chamar de resgate de uma memória para auxiliar na compreensão do presente, que atende uma definição dada por Gagnebin de “estatuto da verdade do passado” (2006, p. 39). Trata-se, como a autora definiu, uma proposta de remeter a verdade do passado para se enxergar uma ética da ação presente. Com relação a um aprofundamento dessa questão, nas linhas abaixo está uma discussão mais aguda. Porém, antes de mergulhar no debate sobre a memória, um caminho importante para o leitor deste trabalho seguir é o de compreender um pouco mais sobre quem é o próprio Antonio Callado e as amarras legais que ele driblou a partir de sua escrita.

Sobre Callado, o escritor Luís Fernando Veríssimo escreveu em 31 de janeiro de 1997, três dias após sua morte: “Diziam que Callado era o único britânico nascido em Niterói. Britânico nas atitudes, nos seus gostos e na elegância de seu texto. Mas acho que ele era mesmo de uma raça especial de brasileiros, hoje tristemente em extinção. É outro que vai faltar na barricada.” (Costa, 1997, p.55).

A obra que é alvo desse estudo tem como autor alguém que vivenciou diretamente o período da ditadura militar e teve uma atuação que ficou reconhecida pelo Estado como combativa, e por isso mesmo acabou perseguido e preso várias vezes⁵. Durante os anos de restrições a direitos civis (1964-1979), os atos institucionais editados aumentaram o controle social dos militares detentores do poder, conforme pode ser observado com a leitura dos chamados Atos Institucionais (AI) (BRASIL, 1964, 1965, 1966a., 1966b., 1968).

Arturo Gouveia de Araújo, em *Literatura e violência pós-64* (1998), referendou a questão da fortuna crítica que Antonio Callado construiu com sua quadrilogia para o período de 1967 aos anos de 1990. Marta Moraes da Costa (1997) definiu o autor como um multifacetado ator da escrita para “(...) falar, sempre, do Brasil, um país dolorido, uma cicatriz de sonhos desfeitos, uma esperança recoberta pela ruína e pela degradação” (p.56, 1997).

Além de obras literárias que retrataram momentos da ditadura militar, Antônio Callado juntou-se a outros sete escritores e chegou a ser preso em 11 de novembro de 1965 ao participar de protesto na frente do Hotel Gloria, no Rio de Janeiro, onde ocorria conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) com a presença do general presidente Castelo Branco (MEMORIAL DA

⁵ SUZUKI JR, Matinas; STYCER, Maurício. “Antonio Callado chega aos 80 anos e revê obra”, 26 jan. 1997, Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/brasil/14.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DEMOCRACIA). Foram presos na época também Carlos Heitor Cony, Thiago de Mello, Jaime de Azevedo Rodrigues, Flavio Rangel, Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro. Esse episódio ficou conhecido como os “Oito do Glória”.

Quando houve esse protesto, dois Atos Institucionais já haviam sido editados. O AI 1 e o AI 2. O primeiro foi editado em 9 de abril de 1964. Conforme a legislação, o ato especificava: “Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas (*sic*) pelo Poder Constituinte da revolução Vitoriosa” (BRASIL, 1964). Este institucionalizou, de fato, a tomada de poder por parte dos militares, com apoio de setores da sociedade civil. O AI 2 promoveu alterações ligadas ao Poder Judiciário, entre elas o aumento do número de ministros no Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, bem como de juízes no Tribunal Federal de Recursos, saindo de 9 para 13. Ainda houve a inclusão de parágrafo no artigo 108 que permitiu a Justiça Militar julgar civis “em casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares” (BRASIL, 1965).

O autor foi o quarto ocupante da Cadeira 8 na Academia Brasileira de Letras, eleito em 17 de março de 1994. Antônio Carlos Callado atuou como jornalista, romancista, biógrafo e teatrólogo. Nasceu em Niterói (RJ), em 26 de janeiro de 1917 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 28 de janeiro de 1997. Cobriu a Segunda Guerra Mundial, em 1941, pela BBC de Londres e só retornou ao Brasil em 1954. Voltou ao exterior para cobrir a Guerra do Vietnã, pelo Jornal do Brasil, em 1968. Quando houve o golpe militar, ele atuava como redator no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro. No ano que houve o lançamento do livro *Sempreviva*, em 1981, ele mudou-se para Nova Iorque e lecionou como professor visitante na Universidade de Columbia.

Seu trabalho literário, conforme biografia disponível na Academia Brasileira de Letras, recebeu influências de escritores franceses, ingleses e irlandeses, em destaque Marcel Proust e James Joyce, além de brasileiros como Machado de Assis e José de Alencar.

Enquanto havia o período de incertezas em torno dos direitos civis criado pelo regime de excessão promovido pela ditadura militar, Callado usou a literatura como um espaço de contestação e denúncia sobre as infrações estatais. Essa escolha feita pelo escritor foi a partir de recurso literário que ele recorreu dentro do romance, com um enredo ficcional, dosado com postura política. Uma iniciativa para desafiar o sistema e gerar discussão, conforme Dalcastagne. “Se a troca de acusações, a desconfiança mútua, não fez a revolução sonhada, ao menos serviu para dar contorno à discussão sobre o papel intelectual na sociedade brasileira” (1996, p.27).

Em certo modo, ainda foi possível depreender, a partir de estudos com base em Dalcastagne, que

Callado, ao ter Machado de Assis como uma de suas influências, criou produções literárias que se alimentavam de assuntos que estavam recorrentes ao período de escrita. Machado de Assis defendeu que um escritor deve ser “homem do seu tempo e do seu país”, conforme segue:

“Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”⁶

O próprio Callado, em 1979, fez uma crítica velada sobre a situação do Brasil e, indiretamente, posicionou-se sobre a definição de um escritor fazer a própria leitura política do país e se manifestar na escrita. Tudo isso ocorreu quando Callado recebeu uma provocação para comentar o que Machado de Assis escreveria, caso estivesse vivo naquela época, em que o regime militar ainda se fazia presente, conforme essa citação:

“Se Machado de Assis fosse escrever, hoje, escreveria da mesma forma por dois motivos. O primeiro motivo é que ele apurou e simplificou, de forma tão artística e definitiva, o português urbano do Brasil, que sua língua continua válida e perfeita. O segundo motivo é que o Brasil mudou tão pouco, que ele, em grande parte, poderia escrever o que escreveu.”⁷

Ao pensar na quadrilogia que Callado escreveu retratando a ditadura militar brasileira (*Quarup* – 1967, *Bar Don Juan* – 1971, *Reflexos do Baile* – 1976, *Sempreviva* – 1981), a presença da crítica nas entrelinhas sobre o que se passa no país foi mandatória. Em 1997, o romancista voltou a falar de Machado de Assis como influência para suas produções, em especial para comentar sobre a produção de *Reflexos do Baile*.

“O livro que isoladamente mais me influenciou foi *Memorial de Aires* (1908), de Machado de Assis. Você tem a impressão que ele está falando de coisas sem a menor importância. É o fim da escravidão no Brasil, aquela coisa no meio da rua, aquela alegria, aquele negócio: ‘Ah, que bom! Acabou a escravidão!’ E, de repente, por baixo daquele aparente marasmo, você vê o contrário, você vê a fúria. O tal barão que Machado de Assis inventa é uma figura fascinante, mas é uma figura pequena no livro. Você vai lendo, vai lendo... De repente, ele começa a sair de dentro daquela coisa. Então, você entende que ele, que parece o homem mais cordato do Brasil inteiro para acabar com a escravidão, é um homem que só acredita em escravidão acabada com os escravos dele, se ele acabar com a escravidão.”⁸

O romance *Sempreviva* contém pontos que remetem à memória de um período trágico com a

⁶ Assis, “Notícias da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, *Obras completas*, v.3, p.815.

⁷ Folha de S.Paulo, “Se Machado vivesse hoje, o que ele escreveria?”, 21 jun. 1979. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/machado4.htm>. Acesso: 20 fev. 2024

⁸ SUZUKI, Matinas. STYCER, Maurício. “Antonio Callado chega aos 80 e revê obra”, 26 jan. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/26/brasil/14.html>. Acesso: 20 fev. 2024.

ruptura do respeito aos direitos políticos e civis no Brasil, o livro exerceu e ainda conta com contemporaneidade para exercer a função de perpetuar a lembrança do que marcou a sociedade brasileira. Gagnebin observou que a escrita pode codificar e fixar uma mensagem (2006, p. 6). Um esforço para cristalizar o que talvez a oralidade e o passado podem deixar escapar para as gerações futuras por conta da força do tempo e a possibilidade da morte de quem viveu fatos. A pesquisadora ainda acrescentou que a construção da memória encontra dois polos: a transmissão oral viva (frágil e efêmera) e a conservação pela escrita (perdura pelo tempo) (2006, p.6).

Dentro da obra, a realidade da anistia decretada no Brasil, em 1979, permitiu que os exilados voltassem para reviver seus fantasmas e encarar a realidade do país ainda com o regime ditatorial em andamento. Ao mesmo tempo, o processo em si da redemocratização não estava totalmente definido. E essa mesma anistia retratada em *Sempreviva* também tinha o reflexo sobre os agentes do Estado que atuaram em ações de perseguição e tortura. Dentro da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, essa condição estava contida logo no primeiro artigo, bem como no primeiro parágrafo da referida lei, embutida no termo “crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público (...), aos Militares (...)” (BRASIL, 1979).

A história contada na obra que se passou na fronteira do Brasil com a Bolívia em *Sempreviva* representou um local em que torturadores decidiram refugiar-se, usando-se de outros nomes e com profissões diferentes, mas que carregavam em si ainda uma rotina de violência, tanto no linguajar de personagens como nas ações que envolviam a caça e matança de animais silvestres. Seguiam também cometendo crimes, porém, desta vez com outro tipo de vida. Uma alegoria que Callado pode ter lançado mão para retratar toda a violência da tortura.

1.5 UMA REFLEXÃO SOBRE A MEMÓRIA, LITERATURA DE TESTEMUNHO E REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA

Este tópico foi criado para contextualizar o leitor em torno do caminho que a pesquisa seguiu ao buscar situar *Sempreviva* dentro de uma crítica literária para retratar a ditadura militar na fronteira do Brasil com a Bolívia, entre Corumbá e Puerto Suárez. Inicialmente, o recurso da literatura de testemunho serviu de ponto de partida para enquadrar este estudo e oferecer uma compreensão de como o livro abordado poderia encaixar-se em um período da história brasileira.

Em *Sempreviva*, não há o subgênero literário autobiografia presente. Este trabalho, bem como,

não conseguiu confirmar se o autor chegou a se fazer presente na fronteira Brasil-Bolívia, entre Corumbá e Puerto Suárez, para elaborar a história presente no livro. A viúva de Callado, Ana Arruda Callado, gentilmente atendeu o pesquisador deste trabalho por telefone em 2004 e reconheceu que não tinha registro da presença do escritor nesta região fronteiriça, que chegou a ser em Mato Grosso e a partir de 1977 integrou o Mato Grosso do Sul.

Essas constatações exigiram que o foco da literatura de testemunho como enquadramento de *Sempre viva* poderiam representar em uma posição equivocada. Jaime Ginzburg (2008) mencionou que a acepção “literatura de testemunho” apareceu em estudos relacionados a Primo Levi (químico e escritor italiano, 1919-1987) referentes à Segunda Guerra Mundial. O italiano foi um sobrevivente do campo de extermínio de Auschwitz, na Polônia. O termo passou a ser reforçado em estudos latino-americanos envolvendo autores como Rigoberta Menchú (Guatemala, 1959-), Luiz Alberto Mendes (São Paulo, 1952-2020) e André du Rap (São Paulo, 1972-). Ginzburg ainda complementou que o testemunho passou a se referir também a trabalhos com o tema de resistência à colonização na África e citou o autor angolano Pepetela.

Para situar as produções dos autores mencionados por Ginzburg, Rigoberta Menchú ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1992. A indígena pertence à etnia maia quiché. Depois de ser uma ativista no país de origem e ser perseguida, acabou indo para o exílio. Nesse período, contou sua história para a antropóloga venezuelana Elisabeth Burgos-Debray. Em 1983, foi publicado o livro *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*.

Luiz Alberto Mendes escreveu *Memórias de um sobrevivente* (2001) e narrou sua vida dentro do sistema prisional. Ele passou parte da adolescência apreendido e aos 19 anos foi preso por acusações de roubo e homicídio. Cumpriu pena de 31 anos e 10 meses em regime fechado e teve contato com a escrita em uma oficina realizada no extinto Complexo Penitenciário do Carandiru. André du Rap (José André de Araújo) publicou, em 2002, *Sobrevivente André du Rap*. Trata-se de um depoimento dado ao jornalista Bruno Zeni e que mostra o calvário entre a prisão em Suzano até a transferência para o Carandiru, que ocorreu três meses antes do massacre de outubro de 1992.

Essa forma de testemunho também ganhou expressividade na América com um retrato detalhado sobre os conflitos e as tensões na fronteira do México com os Estados Unidos nas mãos de Glória Anzaldúa. Em *Bordelands/La frontera: the new mestiza* (2007), Anzaldúa usou um gênero que ela denominou “autohistória” (Anzaldúa, 2007, p.6), com uma linguagem de testemunho, para retratar como as culturas mexicana e indígena do país latino-americano, com seus símbolos, tradições e rituais indígenas, passaram a ser moldados, algumas vezes apagados, por conta do “american

dream”.

Merece ser destacado aqui que o trabalho de Anzaldúa foi utilizado como suporte para esta pesquisa por justamente retratar um recorte da situação fronteiriça, que a própria autora define como um terceiro país entre México e Estados Unidos, e o uso por ela de ferramentas linguísticas para tentar traduzir ao leitor sentidos e sentimentos de vivenciar tensões nessa “La Frontera”. A pesquisadora escreveu o livro com um texto multilíngue, com trechos em inglês, espanhol, náuatle (asteca ou também chamado de mexicano) e outros idiomas que acabam sendo formados pela junção do inglês com o espanhol naquele território, além de realizar uma reconstrução de diferentes mitos. Tudo isso foi feito com o propósito de “(...) proyecto de recuperación que conduce a la conciencia política, social y feminista que Anzaldúa denomina Conciencia de la Nueva Mestiza (...)” (HULL, in. *Borderlands*, 2007, p. 14) para tentar traduzir a linguagem própria que se forma entre os moradores de um território fronteiriço e a partir de uma literatura de testemunho.

Antonio Callado, em *Sempreviva*, não ficou situado no testemunho, conforme depreendeu esta pesquisa, mas seu romance possibilitou uma reflexão de uma região fronteiriça tal qual Anzaldúa buscou em seu trabalho. Em ambas as obras, houve também o resgate da memória sobre uma condição de violência, instabilidade de cumprimento de direitos humanos para uma fronteira. No caso de *Sempreviva*, essa situação ainda foi retratada durante o regime ditatorial militar no Brasil.

Callado também incluiu recursos linguísticos, principalmente com figuras de linguagem, para tentar representar as cicatrizes que a ditadura deixava em quem viveu arrastado por ela. Para exemplificar situações mais emblemáticas há a condição da caça a animais selvagens, com o uso de cães e extrema violência que chega a representar uma tortura até a morte deles, as citações contínuas de locais com sangue por conta do processo de retirada da pele de onças, o detalhamento do curral na fazenda apelidada de “Onça Sem Roupa” e onde onças ficam presas para o simples ato de serem torturadas. Nestes casos, representações que podem depreender corredores da ditadura com relação a processos de tortura.

Em tempo, uma citação do livro:

“Caminho do curral das vivas era o curtume (...) e lembranças de passados interrogatórios da Rua da Relação e Barão de Mesquita entraram de tempero nos tanques catinguentos, cheios de peles fervidas, cozidas, salgadas, escarnadas na faca. Quinho ainda teve ânimo de executar o pequeno plano de pousar na beira daquela nauseabunda sauna de peles a Leica, de esquecê-la ali e continuar andando, ouvindo.” (CALLADO, 1981, p.24)

Após essas exposições, este trabalhou identificou diferentes pontos de intersecção com a obra de Anzaldúa, até mesmo com o limiar do regime ditatorial, no caso não militar, mas de imposição

cultural para serem aceitos, inclusive com sobreposição dos costumes originárias dos estrangeiros. Os Estados Unidos acabaram impondo aos estrangeiros que conseguiram entrar no país a sua linha de condução de vida, que difere de costumes latinos. Não se enquadrar significa possibilidade de exclusão de uma vida social. A intelectual e escritora norte-americana Gloria Anzaldúa usou o recurso do testemunho para trazer à tona a apropriação de território e apagamento cultural que a “supremacia branca”, como é especificado em *Borderlands/La Frontera: the new mestiza* (2007, p.45), impôs na região fronteira entre México e Estados Unidos.

Tanto para *Sempreviva*, que seguiu pelo caminho da obra de denúncia por meio da narrativa em romance para contribuir no resgate de memória e abordar eventos traumáticos, como para *Borderland/La Frontera*, que foi pelo testemunho para retratar as condições fronteiriças de uma região e também sua situação traumática para os habitantes, o que se pode depreender que os autores utilizaram-se da literatura para contribuir em uma problematização científica em torno de estudos sociais, literários e históricos. As narrações com a carga do testemunho ou do resgate da memória foram uma ferramenta para dar conta de se narrar atos bárbaros.

Gagnebin demonstrou que as constatações encontradas na Segunda Guerra Mundial criaram experiências de um horror extremo, que parece ter “provocado um abalo sem precedentes da confiança na ciência e na razão” (2006, p. 41) e impacto na escrita da história com reflexo no caráter literário e ficcional, bem como na construção da memória histórica.

Seguindo por essas constatações, a análise de parte da base bibliográfica que este estudo utilizou contribuiu para que essa pesquisa avançasse no campo da discussão em torno do resgate da memória para a fronteira do Brasil com a Bolívia durante o período da ditadura militar brasileira.

Entendeu-se também que é preciso acrescentar nesta etapa uma discussão, mesmo que não caberá aprofundamento diante dos objetivos dessa dissertação, em torno do contraponto que o relato da memória pode ocasionar. Em *Sempreviva*, a questão da anistia no regime militar fez-se presente e essa proposta de superação ou esquecimento esbarra sobre o negacionismo em torno de relatos do passado. Na narrativa do livro, um dos personagens centrais ligados a atos violentos fez declaração de negação sobre fatos, tais como:

“(...) Passe a vista e você vai entender de pronto por que é que o pobre, o mísero Palhano se despede e despede-se do próprio nome, triste e soturno, vestindo a pele Knut, já afastada de mim anos atrás, encarquilhada e friável, em parte para cumprir um dever, em parte para não magoar mais a sua vista, Jupira, com a minha imagem e presença. (...) Anistia Internacional deu Nini. O nome Knut, deste seu criado, deu Canuto, tradução perfeita, além de, acrescento, agradável, pois o nome é régio, escandinavo, um Canuto foi Grande, outro foi Santo, todos foram conterrâneos de Hamlet.” (CALLADO, 1981, p.135)

“(…) vamos esquecer as mágoas, pois caso contrário eu, que vi tantas fotos de onceiros do Onceiro, vou ficar com a impressão de que vocês não são gente não e sim outros tantos mastins que acabaram de mastigar o próprio dono.” (CALLADO, 1981, p.136)

Ao evocar trabalhos de Vidal-Naquet e Paul Ricoeur, Gagnebin demonstrou que a partir da década de 1980 – ou seja, no período que também compreende a anistia da ditadura militar brasileira e quando o livro base desse trabalho foi lançado – ganhou espaço no debate o tema chamado de revisionismo, ou também identificado como negacionismo. Os atos de violência estatal representavam tamanha projeção e descolamento de conceitos éticos que podiam passar por questionáveis do ponto de vista se realmente foram praticados nos moldes dos olhos e vozes das vítimas, que estavam relatando fatos por conta da redução da censura. Uma linha de compreensão que se pode dizer que encontra suporte entre militares, que buscaram com a Lei da Anistia refugiarem-se na fronteira da impunidade.

E a situação de negacionismo, apenas para contextualizar o leitor e situá-lo que no período que essa dissertação foi elaborada, ganhou contornos contemporâneos por conta da emergência de saúde global da pandemia da Covid-19 (2020-2023, conforme declaração da ONU⁹), que representou uma condição traumática de nível global, tanto por conta de mortes (mais de 7 milhões), bem como restrições que mudaram a rotina das pessoas. Acrescenta-se a isso que o Brasil, nesse período, foi governado por Jair Bolsonaro, político declarado de direita, capitão reformado do Exército, e que promoveu uma presença significativa de militares em postos do primeiro escalão (10 ministros militares entre 23 ministérios) e 2,9 mil militares colocados em postos civis em Brasília.¹⁰

O que Gagnebin contribuiu para essa discussão, em citação de Ricoeur, é que “a história é, sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem (...)) e o processo real (sequência de ações humanas em particular (...))” (2006, p. 43).

Outros autores também ponderaram a necessidade de compreender que a narrativa literária não exatamente cabe integralmente como uma efetivação de retrato material-histórico de um período. O fato de um autor vivenciar um momento histórico e retratá-lo com a literatura de testemunho ou no resgate da memória utilizando-se o estilo romance, carregado com fragmentos de denúncia, pode

⁹ ONU, “Chefe da Organização Mundial da Saúde declara o fim da Covid-19 como uma emergência de saúde global”, 05 mai. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAde>. Acesso em: 10 abr. 2024.

¹⁰ GIELOW, Igor. “Ditadura formou geração de militares que hoje povoam governo Bolsonaro”, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/ditadura-formou-geracao-de-militares-que-hoje-povoam-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

não significar que representa um retrato da história (Umbach, 2011, p.31). Existe crítica nesse sentido pelo fato da subjetividade que pode estar inserida na obra.

Ainda assim, a própria Umbach, utilizando-se também de Bella Jozef como embasamento, explicou que essas histórias contadas pelo testemunho, e aqui ainda se acrescenta a memória e no caso o romance de denúncia estudado nessa dissertação, estão ancoradas no mundo real e encontram a questão de serem passíveis de verificação (2011, p. 31).

Esta dissertação buscou o diálogo entre o romance de Antonio Callado, revisão bibliográfica e pesquisa de documentação para identificar pontos de comprovação, por assim dizer, de condições deixadas pelo regime militar nesse território fronteiriço. Ainda é preciso acrescentar, conforme já apresentado, que algumas narrativas foram para um mundo ficcional para buscar refúgio na narração de fatos passíveis de censura por conta do período em que foram publicados.

Cabe, desta compreensão, que o leitor tenha um olhar para a contextualização e correlação de fatos ficcionais com os registrados na vida real, conforme especificou a crítica marxista ao abordar o poder da arte. Márcio Seligmann-Silva (1998) foi outro autor que discutiu essa representação em torno da obra do escritor e seu valor para a relação histórica: “(o) testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido como uma descrição ‘realista’ do ocorrido” (1998, p. 10).

1.6 OS PERSONAGENS E RECORTE SOBRE A FRONTEIRA

Sempre viva inaugura suas linhas para o leitor e abre caminho para denunciar a situação de uma fronteira durante período de tensão política:

"Ainda em terra boliviana, rolando sem sono na cama da pensão de Puerto Suárez, Quinho viu e sentiu o Brasil ali pertinho, como de fato estava, na esquina, por assim dizer, calculou mesmo os míseros dois quilômetros, se tanto, que o separavam do portão da fronteira, que ia atravessar a pé, ou de automóvel, se preferisse." (CALLADO, 1980, p.8).

O termo fronteira deve ser identificado dentro de alguns campos de conceituação para permitir o avanço deste estudo. Há a compreensão geográfica citada acima, que na obra não detalhou tanto as questões envolvendo o rio Paraguai, o canal Tamengo como condições físicas de separação entre os limites legais entre os países.

Com o objetivo de apresentar um breve histórico sobre a definição desses limites territoriais, as fronteiras de Brasil com Bolívia foram desenhadas formalmente a partir de um tratado concluído em

1867 (QUEIRÓZ, 1996, ps. 64 a 65). Houve outro documento, de 1903 (Tratado de Petrópolis), que deu as linhas atuais para esta região fronteiriça em termos legais. O primeiro tratado entregou ao Brasil 150 mil km² e 60 léguas navegáveis do rio Madeira (ESCOBARI CUSICANQUI, in Queiróz, 1996, p.64) e abrangeu não só o território onde está Corumbá e Puerto Suárez, bem como toda a fronteira entre os dois países. Nesse ponto, este primeiro tratado tem importância para o território abordado nesta pesquisa porque o governo boliviano, que tinha a frente Mariano Melgarejo, entregou ao Brasil toda a margem direita do rio Paraguai acima da linha de 20°10' S. Nesse ponto, vale ressaltar que o tema gerou críticas que são aprofundadas por Valerie J. Fifer, em *Bolivia: land, location and politics since 1825*, obra citada por Paulo Roberto Cimó Queiroz (1996).

O Tratado de Petrópolis resultou na finalização de disputa entre Brasil e Bolívia pelo território do Acre. Também repercutiu na região de Corumbá, pois cedeu áreas que permitiram o país boliviano ter acesso ao rio Paraguai de forma legal. Essas referidas áreas estão localizadas no município de Corumbá, em faixas sobre as lagoas Cáceres, Mandioré e Gaíva. Conforme estudo de Queiroz (1996, p. 67), a Bolívia ainda recebeu uma área triangular localizada na margem do rio Paraguai, entre o Forte Coimbra e a Bahia Negra, num total de 867,5 km². Essas questões legais servem para posicionar como a região passou por disputas diplomáticas que tiveram certo predomínio brasileiro em termos de obter maior influência para o desenho de limites territoriais.

Em *Sempre viva*, o limite fronteiriço perpassou por essa predominância brasileira sobre a região. A Bolívia representou na história um local transitório para abrigar o personagem Quinho, ou Vasco Soares, que ao longo das páginas do livro permite-se depreender que havia fugido do Brasil e vivia na Inglaterra, em Londres, para escapar da perseguição do regime militar. Ficou hospedado em Puerto Suárez para driblar maior vigilância que não era exatamente do Estado, mas de ex-servidores que atuaram na ditadura militar e foram torturadores.

Seu retorno para o Brasil deu-se em um período em que há sinais de que ocorreu um afrouxamento do regime militar em termos de perseguição. Por isso mesmo, ele retornou para tentar encontrar duas argentinas guerrilheiras, Verônica e Corina, que foram mortas pelo regime da ditadura militar e seus corpos teriam sido escondidos em Corumbá. Também há o desejo de vingar a tortura e morte de sua amada, chamada Lucinda. Ela foi vitimada por um torturador que se mudou para a região de fronteira do Brasil com a Bolívia e assumiu uma nova identidade.

Já em Corumbá, outros personagens compuseram o romance. Parte deles estava, na verdade, escondida na região de fronteira por conta do envolvimento que eles haviam tido com a violência estatal praticada no período da ditadura militar. E mesmo distante dos crimes estatais cometidos

outrora, eles continuavam envolvidos com ilegalidades na fronteira sob essa nova identidade. Houve, ainda, outros personagens que eram moradores mais antigos dessa fronteira e não estavam ligados à tortura, mas tinham ciência dos fatos da ditadura e ajudaram Quinho em sua missão.

Apesar de não ser um personagem central na história, apareceu também no livro a figura do boliviano que é conhecedor dos dois lados da fronteira e faz o trabalho de transporte de pessoas na região. Na obra, ele é identificado como Pepe. Esse tipo de personagem, remontando para o ano de 2023, é real e comum entre Corumbá e Puerto Quijaro e Puerto Suárez. Essa constatação ocorreu a partir de um trabalho de campo desenvolvido em paralelo a esta pesquisa. Esses personagens da vida real são bolivianos e brasileiros que ficam próximos ao Posto Esdras, da Receita Federal, na rodovia Ramão Gomes (BR-262), último ponto do território brasileiro antes de adentrar na Bolívia. Eles também são encontrados, em alguns momentos do dia, na rua Dom Aquino, em Corumbá, em ponto de ônibus instalado na Praça da República.

Ressalta-se que o relato apresentado aqui tem o objetivo de situar o leitor destas páginas por conta da presença desse tipo de personagem na obra *Sempre viva*, mas não tem o caráter de aprofundar investigação em torno da rotina desses profissionais – o que necessitaria estudos específicos. O detalhamento a seguir foi feito após observação empírica, realização de entrevistas informais, bem como a utilização do serviço prestado por esses profissionais. Essas pessoas apresentam-se como conhecedores do território fronteiro, trabalham como motorista em ambos os lados, mas principalmente no Brasil. Eles fazem o transporte de menonitas, bem como de cidadãos bolivianos e outros estrangeiros em Corumbá, quando estes precisam de locomoção para ir ao médico, realizar compras no comércio corumbaense e outras atividades burocráticas, como pedidos de documentação em cartórios, Polícia Federal, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Mais a frente neste trabalho, há também relato sobre a presença desse personagem especificamente no período da ditadura militar e como era sua atuação.

Em continuidade à apresentação de personagens do livro, nessa esteira de ocultações que o livro apresenta em seu enredo, envolvendo uma fronteira do presente moldado para esconder um passado, estava o personagem Antero Varjão, que na verdade atuou, dentro do romance, como o ex-policial e torturador identificado no livro como Claudemiro Marques. Sobre esse personagem no livro, ele era proprietário da fazenda La Pantanera, também conhecida como “Onça Sem Roupa”, localizada dentro da ficção no município de Corumbá (Mato Grosso do Sul).

Não houve identificação por esta pesquisa de um personagem na vida real que poderia ser transportado para a representação de Antero Varjão. Ainda assim, houve a presença de ao menos

um militar com papel central em órgão de repressão e tortura que serviu na 2ª Brigada Mista de Corumbá – em 2024, a unidade é denominada 18ª Brigada de Infantaria do Pantanal. Este foi um coronel que atuou como chefe da equipe C da OBAN (Operação Bandeirante) entre setembro de 1969 a setembro de 1970. Em Corumbá, ele atuou na década de 1980 e antes de 1985 foi transferido para o Comando do 2º Exército, em São Paulo (veja mais sobre essas informações no Capítulo 3).¹¹ Com relação à OBAN, foi um equipamento estatal criado para ficar sob a direção do Centro de Informações do Exército (CIE) e resultou como um dos órgãos mais ativos na repressão, com prática de tortura e com atuação conjunta de forças de segurança militares e civil na cidade de São Paulo (SP). Foi um projeto do general Canavarro Pereira e financiado por empresas multinacionais e nacionais, com apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).¹²

Outro personagem que aparece em *Sempre Viva* e ligado aos corredores da ditadura era o médico legista Ari Knut. No romance, ele viveu em Corumbá sob a identidade de Juvenal Palhano. Não houve a identificação, no trabalho de pesquisa, da materialização para a vida real de um profissional desse meio refugiando-se na região.

Porém, foi possível depreender que houve a atuação de representantes da medicina e de outras áreas da saúde no processo de tortura, inclusive sob alvo de apuração dentro do Comitê pela Anistia, que teve como integrantes profissionais da categoria. Os médicos, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos tinham o papel de apoiar pesquisa sobre melhores métodos de tortura, pontos do organismo mais sensíveis para a aplicação da tortura, drogas como sendo “soros da verdade”, acompanhamento direto dos atos de tortura para dar atendimento às vítimas com o intuito de suportarem por mais tempo as violências, além da assinatura de falsos laudos para driblar a causa da morte.¹³

Para completar esta apresentação em torno de personagens fictícios da obra que não tiveram a identificação exata nesta pesquisa como podendo ser representados como pessoas na vida real há a citação de: Jupira, filha de um farmacêutico que tinha no histórico de geração familiar retirar veneno

¹¹ VERDADE. Tomada de depoimento (transcrição) Homero César Machado, 1 set. 2014, Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Homero_Cesar_Machado_-_01.09.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹² DEMOCRACIA. Nasce a OBAN, braço da tortura em SP – Repressão e violência tem dinheiro de empresários e cobertura do governo, Memorial da Democracia. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp>. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹³ PARRON, Milton. “Memória - #09 – Anistia – Capítulo 1”, 8 dez. 2020, Rádio Bandeirantes. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/programamemoria/episodes/09---Anistia---Captulo-1-enhd2h>. Acesso em: 22 mar. 2024.

de cobra e encaminhar para diferentes destinos do país. Cabe pontuar que esta dissertação buscou obter a representação da realidade em torno de farmacêuticos presentes em Corumbá no período entre 1964 e 1980, data escolhida por que representou antecedência à publicação de *Sempreviva*, em 1981. Houve relatos informais que existiam em torno de quatro farmacêuticos na cidade, que possuíam a licença governamental para manipular medicamentos. Não houve citação, nas buscas e relatos informais, de que algum desses profissionais da época faziam a manipulação de veneno de cobra para medicamento. Ainda circula na história a fictícia criança Herinha, filha de Jupira, que tinha como animal de estimação uma cobra chamada Joselina. Esse animal assumiu um protagonismo no final do romance por participar de uma das etapas de vingança de Quinho.

Na obra, cabe posicionar que a inserção da denúncia dos abusos estatais dialogou com o contexto de fronteira psicológica e histórica entre personagens e fatos. Além da compreensão geográfica, existe uma análise de Callado a partir da literatura de testemunho que busca discutir o que o combate à ditadura militar resultou passado os anos de chumbo. Nessa esteira, pode-se citar o personagem principal Quinho. Ele é uma representação do herói não idealizado. Um personagem que busca vingança, mas se encontra em uma zona de duelo consigo que o deixa fragilizado, em condição de transição sobre os objetivos traçados. Essa condição está ligada às atrocidades vividas por Quinho quando combatia a repressão no Brasil, antes de se exilar. O que ele viu e viveu representaram cicatrizes mal recuperadas.

Dessa forma, ele enfrenta diversos desafios para superar a linha limite entre passado e presente e se questiona em torno do resultado de anos de luta no passado e o que se alcançou nesse embate com a ditadura militar, bem como a que preço isso foi cobrado. Um trecho contribui para demonstrar esse cenário fronteiriço entre o justiceiro e fragilizado no mesmo personagem: “Penso, cabisbaixo, vencido, que, mesmo quando atende ao chamado, a coragem dos poltrões chega tarde e desleixada”, (CALLADO, 1980, p. 12).

Os fatos relatados por Quinho, personagem principal, envolveram uma metáfora para ir além da fronteira geográfica entre Puerto Suárez-Corumbá, ou Bolívia-Brasil (COSTA, 1997, p. 58). Trata-se de um reencontro com o território brasileiro após o exílio forçado. É uma fronteira do tempo a ser transitada, bem como uma incursão psíquica para se acessar memórias, algumas delas manchadas com um trauma. O livro tem em seu escopo uma “sinuosa parábola do tempo” (CALLADO, 1980, p.155).

Essa abordagem construída por Antonio Callado sobre conflitos emocionais de personagens, bem como a vivência da transição de uma época e os desafios que esses períodos podem gerar

encontraram no território fronteiriço apresentado em *Sempreviva* uma ambientação favorecida. A locação escolhida por Callado para situar seu romance ajudou a transbordar conflitos. O território fronteiriço, conforme Glória Anzaldúa, é um local propício para que haja a abordagem de conflitos emocionais e desafios apresentados em épocas de transição. “Un territorio fronterizo es un lugar vago e indefinido creado por el residuo emocional de una linde contra natura. Está en un estado constante de transición. Sus habitantes son los prohibidos y los baneados” (ANZALDÚA, 2007, p.36).

Ainda para buscar um posicionamento sobre como a obra em destaque nesse estudo tratou a fronteira bem além da questão geográfica, e a inseriu em um contexto de correlação de limiares psicológicos e históricos, Walter Mignolo ofereceu subsídio nessa discussão. Esse autor mencionou a existência de uma espistemologia fronteiriça (MIGNOLO, 2015, p.123), que permite dar conta da compreensão de um território que supera dados, contos do que se passou e do que se passa, pois “se trata, más bien, de entender la fuerza de las epistemologías fronterizas, de aquellas formas de conocimiento que operan entre los legados metropolitanos del colonialismo (diseños globales) y los legados de las zonas colonizadas (historias locales)”.

Em *Sempreviva*, os limites entre passado e presente, histórias locais e globais vão sendo apresentados e costurados entre os diferentes personagens. E, a partir desse ponto, este trabalho passa a abordar a complexidade que envolve a história apresentada nesse livro-denúncia.

1.7 COMPLEXIDADE HISTÓRICA E NARRATIVA EM CAMADAS

A compreensão mais aprimorada sobre o que ocorreu durante a ditadura militar no Brasil, indo a fundo sobre os atos políticos, os atos de violência estatal, a contextualização da política internacional, vem sendo construída ao longo das últimas décadas a partir de estudos científicos, entrevistas de atores participantes dessa época, reportagens. Em específico, a lei federal n. 12.528, de 2011, teve um papel de abordar a questão ao criar a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 16 de maio de 2012.

A CNV, como ficou conhecida, procurou apurar as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Seus levantamentos, com entrevistas de diferentes atores envolvidos nesse período, além de pesquisa em documentos estatais, realização de audiências públicas em diferentes estados, foram conduzidos até dezembro de 2014. Conseguir obter uma contextualização a fundo dos crimes estatais cometidos, as violações, os desaparecimentos de

pessoas e os arranjos políticos nacionais e internacionais envolveu uma análise de diferentes fatos a partir de camadas.

Foram necessários vários recortes para buscar compreender como se dava os atos da ditadura militar em Goiânia (GO), Belém (PA), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Brasília (DF), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Dourados (MS), Brotas de Macaúba (BA). A citação dessas localidades foi feita ao indicar onde ocorreram audiências públicas e diligências da CNV. Ainda houve análise de documentos vindos da Argentina, do Chile, do Uruguai, dos Estados Unidos, bem como depoimentos de vítimas civis, de vítimas militares, de agentes de estado, de familiares de vítimas, de testemunhas e de especialistas.

Os documentos públicos disponíveis na CNV serviram também para o corpus deste trabalho, a fim de buscar dentro de uma perspectiva de fronteira, com recorte para Corumbá e Puerto Suárez, o que foi abordado e quais menções foram feitas sobre esta região. Em páginas adiante, o resultado desta pesquisa feita dentro dos arquivos levantados pela Comissão Nacional da Verdade, que estão abertos, são apresentados em um contexto de análise diante de uma correlação feita com base em denúncias trazidas também em *Sempreviva*.

Porém, antes da abordagem sobre o que levantamentos da CNV corroboraram para mostrar a existência de marcas da ditadura militar nesse território fronteiriço, tal qual relatou Antonio Callado, é salutar debulhar como o livro procurou apresentar a complexidade de fatos que esse período político gerou. Tal qual a Comissão Nacional da Verdade buscou apresentar a engrenagem para o funcionamento e sustentação de abusos estatais no referido período e as ligações diversas entre atores protagonistas dessas ações, em *Sempreviva* ocorreu essa mesma vertente.

A obra, porém, trouxe todos esses fatos em um campo diferente dos dados jurídicos que se pode esperar de uma comissão investigadora, instituída pelo Estado e custeada com recursos públicos. Callado usou recortes, percepções e mergulhou no terreno da literatura para abordar temas complexos e que ainda estavam vertendo no cotidiano de pessoas perseguidas e nos corredores do poder. A representação de uma consciência da época foi feita a partir de uma linguagem da vida real, como citado anteriormente dentro da *Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Frederick Engels.

O momento histórico da obra também estava inserido em outro totalmente diferente do que se passou da Comissão Nacional da Verdade. O livro foi lançado em 1980, quando o Brasil ainda estava em processo de caminhar para uma etapa democrática. A perseguição política e a violência estatal ainda estavam na esquina e em recantos mais escondidos. A CNV conseguiu avançar em um terreno de quase 50 anos de história transcorrida desde o primeiro Ato Institucional, editado em 1964, e em

um momento onde a democracia estava vigente no país há 23 anos. As marcas dos crimes estatais estavam mais cauterizadas durante o processo da CNV do que no período em que *Sempre Viva* foi publicado.

Importante pontuar que as referências sobre essas datas seguem os conceitos trazidos por diferentes autores a partir de 1988, com a aprovação da constituição democrática. Esse marco na história brasileira representou o início de um novo período político no Brasil. Daniel Aarão Reis apontou que o período entre 1979-1988 representou a transição democrática no país. Em termos de classificação e compreensão sobre ruptura entre regimes de governo, Reis analisou que a ditadura militar, suas raízes e estrutura de poder não foram completamente cortadas com o processo democrático. Esse período de transição teve início com a revogação das leis dos Atos Institucionais, em 1979, e o término com a aprovação de uma nova Constituição (REIS, 2014, p.110).

Reis sustentou essa compreensão ao ponderar uma particularidade: “o restabelecimento do estado de direito não coincidiu com a instauração de uma Constituição democrática” (p. 110). Por conta disso, a ditadura estava para ser encerrada, mas o regime no país ainda não era uma democracia. Nesse processo, o pesquisador apontou que ocorreram diferentes situações, como o esforço institucional para ocorrer o esquecimento da participação de civis na ditadura.

"(...) embora os militares tenham sido protagonistas – inegáveis – de primeiro plano, tendo exercido sempre a Presidência da República (...) a ditadura nunca foi obra exclusivamente sua. Na sua gênese, houve as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. (...) estiveram presentes e atuantes civis que apoiavam o regime ou que a ele se subordinavam por motivação vária. (...) a construção de *bodes expiatórios*, um antigo recurso da espécie humana, eficaz para promover a coesão social e nacional, impróprio para a construção do conhecimento. (...) É sempre difícil encarar as razões e as desrazões da colaboração com regimes que se tornaram odiosos. É fácil e eficaz – e menos doloroso – quebrar o retrovisor e olhar para a frente. E silenciar.” (REIS, 2014, p.111-112).

Essa argumentação de que parte da sociedade civil apoiou o regime ditatorial e ainda enxerga o regime como um caminho de governo não ficou só no retrovisor quebrado, usando termo de Reis. Esse mesmo apoio voltou a encontrar eco diante de registros e movimentos ocorridos em 2022 e em janeiro de 2023. Alguns setores da sociedade civil permaneceram com raízes ainda nutridas dessa época política e se mostraram em situação favorável a uma intervenção militar. Um discurso que voltou a aparecer após a eleição presidencial de 2022. Não só houve discursos favoráveis, como atos

públicos em diferentes partes do país, incluindo em Corumbá e de moradores da cidade fronteira indo a Brasília com essa proposta. (Campo Grande News, 2023).

Essa contextualização foi feita com a proposta para indicar como a narrativa apresentada em *Sempreviva* não só desencadeou denúncia de uma época, como também contribuiu, por meio da literatura, para uma discussão do que a ditadura militar ocasionou na região de fronteira do Brasil com a Bolívia, entre Corumbá e Puerto Suárez. Assim Marta Morais da Costa (1997) descreveu as camadas que a obra de denúncia buscou representar:

“(...) trouxe enquanto literatura uma forma sublimada de julgamento dos anos da impiedosa guerra, então silenciada, ocorrida ao longo do período da ditadura. Nele se fundiram duas perspectivas diferentes de narração: a realista e a mítica. A narrativa se apresenta com a aparência de investigação e busca somada a uma história de vingança. É a perspectiva do discurso realista que retrata situações que poderiam ter sido reais e que guardam semelhanças com fatos da história político-social brasileira.” (Costa, 1997, p.56)

Os discursos feitos durante a ditadura militar, amordaças aplicadas em diferentes estratos da sociedade, condição de distanciamento político do cidadão comum para se evitar choque com o regime, receio da espionagem estatal justificada em uma argumentação para combater ameaças à soberania da pátria foram algumas medidas do regime ditatorial para controle social, político e econômico.

Callado, na obra em análise neste trabalho, escreveu *Sempreviva* com o recurso de camadas para tentar dar conta da complexidade criada pelo governo militar para manter a estrutura de poder. O escritor colocou estratos diferentes ao longo das páginas, com narrativas simbólicas para mexer no imaginário coletivo do leitor e apresentar uma estética que permitiu driblar censores. Ainda, Callado estruturou a obra em uma leitura que exige idas e vindas para compreender os comportamentos amorosos, os fatos subliminarmente ligados à ditadura militar, as denúncias de tortura e abuso do poder estatal, os excessos contra diretos civis e crimes ambientais e ligados ao tráfico de drogas e de animais.

Marta Morais da Costa pontuou que ocorreu na obra “superposição de camadas de sentidos” (Costa, 1997, p. 57). Essa intensidade de ações, algumas praticadas no passado, enquanto outras eram feitas no presente da narração e, também, em planos futuros desses mesmos personagens, vai moldando a narrativa e revelando o submundo, a vida dupla, os disfarces, tudo que resultou em cicatrizes na sociedade brasileira por conta da violência estatal.

Outro estudo que vem corroborar sobre a necessidade de abordagem em camadas, pois só assim se daria conta de denunciar o que se passava, foi apresentado por Agnese Soffritti (2018, p. 181). A

pesquisadora destacou: “a maneira como a ditadura se relacionava com a população civil foi um processo de ocultação, resultando no presentimento de uma realidade ambígua tornada opaca e de difícil apreensão”. Callado usou uma metáfora da história para compor essa narração fragmentada. Narração esta que vai se apresentando despedaçada e é possível acumular os fatos e formar a compreensão da memória do que se denuncia no acumulado de páginas.

Afinal, qual outra maneira de se fazer uma denúncia em um período de mordaza se não a de espalhar fragmentos de uma história e deixar as pistas para que o todo seja alcançado? Soffritti abordou esse foco ao apontar que o regime ditatorial pregava a negação sobre crimes estatais, excessos em abordagem, violação de direitos civis. “(...) negar a verdade, negar a informação, negar os corpos para negar a existência das violências.” (SOFFRITTI, 2018, p.185).

Essa necessidade de contextualizar e resgatar o passado e correlacionar com o presente foi alvo também de Seligmann-Silva, em citação feita por Soffritti. Para exemplificar a complexidade que o momento histórico envolvia, a lei de Anistia, ato presente em *Sempre viva*, permitia acabar com a perpetuação de uma violência estatal diante de um guarda-chuva de negação das responsabilidades do Estado diante dos atos cometidos na ditadura militar. Seligmann-Silva destacou o processo que a Anistia tratava-se de um “esquecimento institucionalizado” (Seligmann-Silva, 2009, p.546).

Esse cenário de condições dúbias sobre fatos gera, naturalmente, uma dúvida sobre o que é real, e o que está subliminar em algumas partes do livro. Essas questões são melhores compreendidas no avançar da leitura. Os personagens desse momento histórico convivem com essas incertezas e vão compreendendo os fatos por partes, no decorrer do tempo. Quinho está no centro da narrativa e os fatos que se sucedem acompanharam ações no tempo presente do personagem, lembranças vividas no Brasil e no exterior, bem como reflexões interiores dele e dos demais.

A narrativa dos fatos também é alternada entre personagens. Marta Moraes da Costa ressaltou que o presente dita o ritmo, enquanto que o passado serve para auxiliar na compreensão do perfil de cada personagem. Essa dinâmica literária representou também a formação, em camadas, da denúncia sobre os crimes estatais no período da ditadura. “É como se, sob o leito da história presente, corresse um rio subterrâneo, de águas profundas e em redemoinho que, com frequência, irrompe” (COSTA, 1997, p. 58).

A necessidade de apresentar diferentes níveis dentro de uma mesma história é também recurso que Callado utilizou para colocar em um romance o conteúdo de uma obra de denúncia. As camadas na obra de testemunho abrem caminho para novos significados. Neste contexto, Seligmann-Silva reforçou que o testemunho carrega “uma passagem constante, necessária e impossível entre o ‘real’

e o simbólico, entre o ‘passado’ e o ‘presente’” (2010, p.179).

1.7.1 O SIMBÓLICO E O REAL NA OBRA DE DENÚNCIA

Seligmann-Silva (2010) destacou que o testemunho pode permitir “uma passagem constante, necessária e impossível entre o ‘real’ e o simbólico, entre o ‘passado’ e o ‘presente’” (2010, p. 179). A partir dessa conceituação, pode depreender-se a necessidade de lançar mão da literatura de testemunho para narrar um período da história com tantos cortes em torno dos acontecimentos, tal qual ocorreu na ditadura militar. Nesse período, a censura era uma regra e o estado de sítio permitia um controle extremo que favorecia a distorção de fatos públicos.

A partir desse ponto, antes de mergulhar em um aprofundamento em torno dos caminhos percorridos pela literatura de testemunho em *Sempreviva* e recursos estilísticos usados para apresentar denúncias ligadas a situações ocorridas na fronteira entre Brasil e Bolívia, a partir da ótica geográfica com foco em Corumbá e Puerto Suárez, é importante pontuar brevemente ao leitor como o país encontrava-se quando a obra foi publicada em termos políticos.

As medidas estatais mais duras em direção à censura e também a deliberada perseguição a opositores da ditadura militar cristalizou-se em amplo sentido a partir do decreto do Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968 e assinado pelo então presidente militar da época, A. Costa e Silva. O mesmo ato teve como co-signatários 16 outras pessoas, então ministras daquele governo. Essa legislação continha 12 artigos e apesar de sucinta, seu conteúdo expressava deliberações extremas, como se depreende a seguir:

“(...) Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (...) Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.” (BRASIL, 1968)

Sempreviva foi publicado em 1980, um período em que o AI nº 5 ainda estava presente na memória. O enfraquecimento dessa legislação só ganhou o campo do Direito com a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979. Essa emenda atuou diretamente nas regras para declaração de estado de sítio após votação da Câmara e

do Senado, além de garantir foro para parlamentares, que antes podiam ser destituídos de forma praticamente à revelia, pelo “(...) interesse de preservar a Revolução”, conforme artigo 4º do AI 5. No caso de declaração de estado de sítio, o prazo estabelecido nessa emenda de 1979 especificava que o ato não podia exceder 60 dias.

Mas foi mesmo na Constituição de 1988, de 5 de outubro, quase 20 anos depois do AI 5, que houve uma total mudança legislativa. Uma das principais resoluções foi de que, no artigo 1, parágrafo único, o poder emana do povo.

Nesse período de quase duas décadas, o submundo fazia parte da estrutura estatal para investigar grupos apontados como subversivos. Essa espionagem ganhava amplitude além dos limites brasileiros com parcerias entre governos ditatoriais na Argentina, Chile e algumas parcerias que podiam abranger também a Bolívia por conta da Operação Condor.

Detalhes como os relatados acima constam em diferentes depoimentos prestados para a Comissão Nacional da Verdade e disponíveis para consulta de forma aberta na internet. Em específico, houve o relato de um coronel que tratou sobre um pouco da estrutura desse submundo de espionagem, prisões e torturas. Ele esteve entre 1969 a 1970 na OBAN (Operação Bandeirante), que antecedeu a instalação do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) e ainda serviu em destacamento do Exército em Corumbá, na época identificado como 2ª Brigada Mista, mas que a partir de 18 de dezembro de 1985 passou a ser a 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal:

“(Coronel) O funcionamento era no sistema de 24 por 48 horas, certo? Então, se os senhores pesquisarem a burocracia da OBAN que é burocracia militar, muito bem feita, os senhores vão ter equipes A, B e C, comprovando que era 24 por 48 horas. (...)”

(Interlocutor) Qual era a sua equipe?

(Coronel) – Era, se não me falho a memória, acho que era a C.

(...)

(Coronel) – Olha, tinha um... Codinome então (...). Era tudo nome fantasia. Porque eles eram preparados, não eram como nós militares que fomos lá assim de forma amadorística, sem preparação, sem nada. O pessoal da polícia...

(Coronel) (...) É a equipe de interrogatório eles usavam um nome fantasia viu.

(Interlocutor) O senhor, a minha pergunta é esta, o senhor presenciou ou tomou conhecimento de que havia tortura na OBAN?

(Coronel) Não.

(Interlocutor) Nem ouviu falar?

(Coronel) Não, ouvi falar eu ouvia, é claro. Agora, nunca fui participar, olhar

(Interlocutor) O senhor nunca presenciou?

(Coronel) Não, não fui lá

(Interlocutor) O senhor soube que existia?

(Coronel) Sim, falava, a imprensa, aliás falava.

(Interlocutor) Não, imprensa até que não falava muito na ocasião. Mas o senhor lá de dentro, o senhor tinha conhecimento?

(Coronel) Não, assim, torturou fulano, não.

(...)

(Coronel) Nada. Eu não me interessava também o que acontecia, se morreu na rua, se morreu fora. Eu achava que morreu na rua, viu. Porque se acontecesse lá dentro (OBAN – nota do autor) ninguém ia ficar contando um para o outro. Principalmente para quem não estava lá.

(Interlocutor) Não tinha nenhum interesse?

(Coronel) Não, não havia interesse. Nós, nesse ponto, nós usávamos assim uma descrição total.”¹⁴

Já grupos contrários ao regime viviam na ilegalidade, com nomes falsos e linguagem em códigos. Abordagem em torno desse aspecto vai ser mais detalhada no capítulo 3. Enquanto isso, ressalta-se que todo esse cenário de mundo paralelo representava terreno fértil para favorecer descontinuidade de fatos entre tantos outros recursos para permitir uma violência exacerbada e descumprimento de direitos civis em larga escala.

Toda essa arbitrariedade foi envolvida em um processo de ressignificação no período de transição do regime ditatorial para a democracia. A racionalidade militar foi arquitetada mediante omissões e processos de seleção de fatos atenuantes. “(...) uma predisposição a pensar que o passado configura-se como algo que não deve ser remexido.”, apontou D’Araujo, Soares e Castro (1994, p. 9). Os autores, que trazem em sua obra o relato de militares sobre o período da ditadura, reconheceram que “Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. (...) as Forças Armadas (...), detiveram, soberanas, o monopólio de coerção político-ideológica.” (1994, p.10).

O capítulo seguinte buscou discutir uma base para que se possa compreender como a ditadura conseguiu espaço para se fincar no poder e como a fronteira do Brasil com a Bolívia – e outras áreas de fronteira - esteve entrelaçada nesse processo, incluindo atores que passaram por esse território e tiveram protagonismo no regime, tanto no período pré-ditadura como nas etapas mais duras de perseguição e arbitrariedades, bem como na fase de transição para a democracia.

¹⁴ VERDADE, Comissão Nacional. Homero César Machado, 1 set. 2014. Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Homero_Cesar_Machado_-_01.09.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 20 set. 2023

CAPÍTULO 2 – A FRONTEIRA E SEUS PERSONAGENS REAIS NO PROCESSO HISTÓRICO DE PRÉ-GOLPE E NA DITADURA MILITAR

Os caminhos para uma instabilidade política que formaram a construção da tomada do poder e a instauração da ditadura civil-militar no Brasil contou com atores ligados, de alguma forma, com a fronteira do país com a Bolívia. O próprio território, com sua característica de ser porta de entrada e saída do Brasil, exerceu o protagonismo para favorecer tensões e disputas por conta do momento político tanto brasileiro, como boliviano.

Em termos de personagens reais desse momento da história brasileira no contexto tanto pré-golpe como depois de a ditadura já ter sido instalada, um deles que está presente neste capítulo é Jânio Quadros, presidente que tentou um autogolpe – que acabou frustrado – e contribuiu para fortalecer a posição de militares em assumir o governo a qualquer custo. Ele era natural de Campo Grande, então estado de Mato Grosso. Sua ligação envolveu Corumbá, local que acabou sendo enviado já com o regime ditatorial vigente por ato de confinamento, em 1968, durante 120 dias¹⁵. Essa penalização que ele sofreu resultou até em um famoso bilhete – tipo de comunicação que era um recurso comumente utilizado pelo ex-presidente – que foi escrito para desmentir sua possível morte.

Em grau de reconhecimento público menor, porém com nível de importância política elevado, existem outros personagens que fazem parte deste capítulo por terem exercido função de comando na unidade do Exército Brasileiro da 2ª Brigada Mista de Mato Grosso, em Corumbá, e desempenharam papel relevante tanto de forma nacional, como localmente para ocorrer a implantação da ditadura militar.

É o caso do marechal Ademar Queirós (1899-1984). Ele assumiu o comando da 2ª Brigada Mista em Corumbá (9 de março de 1957 a 19 de maio de 1959)¹⁶, depois foi transferido para o Rio de Janeiro e, conforme Viana Filho (1975, págs. 9, 13, 24), desempenhou uma função articuladora no movimento militar para tentar barrar a posse de João Goulart em 1961, bem como pertenceu ao grupo que atuou diretamente para depor Goulart, em 1964, e chegou a ser comandante do Exército Brasileiro (1 de julho 1966 – 15 março 1967) e presidente da Petrobrás.

Corumbá, por ser um território de fronteira com trânsito de pessoas de diferentes nacionalidades e

¹⁵ ESTADO, Correio. Ex-presidente Jânio Quadros ficou 120 dias confinado em Corumbá. Correio do Estado, Campo Grande, jul. 2008. Disponível em <https://correiodoestado.com.br/cidades/expresidente-janio-quadros-ficou-120-dias-confinado-em-corumba/32164/>. Acesso em: 30 agosto 2023.

¹⁶ PANTANAL, 18ª Brigada de Infantaria. Galeria dos Comandantes. Disponível em <https://18bdainfpan.eb.mil.br/index.php/galeria-de-comandantes>. Acesso em: 30 agosto 2023.

de presença constante de comércio exterior de produtos lícitos e ilícitos, representava no período pré-golpe e ainda representa nos anos atuais da produção desta dissertação um local estratégico para o monitoramento das Forças Armadas. A 2ª Brigada Mista de Mato Grosso, instalada no município fronteiriço, e tratada aqui neste trabalho agora em 2023 é denominada 18ª Brigada de Infantaria do Pantanal.

Para o território fronteiriço em destaque neste trabalho, uma análise das Forças Armadas feita sobre a região em termos de trânsito de pessoas, processo migratório e fluxo de produtos, além do enquadramento geoespacial com nomeações equivocadas e generalização com relação aos habitantes bolivianos contribuiu para indicar como a instituição que estava prestes a assumir o poder do governo federal fazia a leitura dessa área de fronteira. Esse relatório faz parte do documento n. 06/QG4, do Ministério da Aeronáutica, de 5 de março de 1964, portanto menos de um mês antes do golpe militar, e que foi considerado secreto, mas no período de levantamento desse estudo estava acessível em banco de dados do governo federal:

“Atualmente, não estaria existindo nenhuma fiscalização na fronteira do Brasil com a Bolívia, no que diz respeito à entrada em território nacional de bolivianos, argentinos, americanos, iuguslavos, tchecos, etc, assim como de viagens de brasileiros para aquele país amigo. (...) d) quando os estrangeiros que desembarcam no Brasil suspeitam de uma fiscalização por parte da polícia, apanham um ‘táxi’ em Corumbá e vão até a 1ª estação de parada da Noroeste do Brasil (Município de Urucum-MT) e de lá apanham tranquilamente o trem. 3. Consta que a maioria de bolivianos que desembarcam em Corumbá-MT são contrabandistas de ‘maconha’ e ‘cocaína’.”¹⁷

Ainda é preciso contextualizar que para se compreender o processo que levou o regime ditatorial fixar-se no Brasil, Reis (2014) detalhou que o golpe não se tratou apenas de um movimento militar. Partes da sociedade civil, alinhados à postura conservadora, apoiaram a deposição de João Goulart, então presidente e favorável a reformas que contrariavam os conservadores. Por isso se trata de uma ditadura civil-militar o que ocorreu no Brasil em termos de conceituação. O golpe foi alicerçado, inicialmente, na proposta de “salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã” (REIS, 2014, p.40). O mesmo autor indicou que as Forças Armadas buscavam “garantir a hierarquia e a disciplina, ameaçadas pelos protestos crescentes de graduados e de marinheiros” (2014, p.40).

¹⁷ Leia documentos que foram secretos e confidenciais que apontam análise das Forças Armadas sobre a fronteira do Brasil com a Bolívia na seção Anexos

2.1 FRONTEIRAS ENTRELAÇADAS PARA CONSTRUIR UMA DITADURA

Com o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, foi inaugurado de forma legal o período da ditadura civil-militar no Brasil. Essa legislação, inicialmente, manteve a constituição de 1946, as constituições estaduais e suas emendas, mas deu os primeiros passos para introduzir mudanças profundas no país que iriam evoluir para um controle extremo e violento do Estado em detrimento da perseguição de opositores ao regime.

Este capítulo buscou abordar momentos históricos da ditadura militar para situar o leitor na correlação entre fatos e as denúncias feitas na literatura de Antonio Callado, foco principal dessa dissertação. Tratou-se de um esforço, com auxílio bibliográfico de autores de produção com alcance mundial, nacional e regional, para se apresentar um recorte do que ocorreu para que o regime militar tivesse a sua configuração, além de detalhar características presentes no Brasil, na América Latina e em outras partes do mundo.

Aqui se deve mencionar, em certo momento desse período, o apoio dos Estados Unidos em face da política dualizada gerada pela Guerra Fria, após 1945. Do outro lado na queda de braço para se opor à força geopolítica do país estadunidense estava a então União Soviética, uma potência com base em um discurso de cunho socialista. Nesse campo, a rivalidade em termos de condução política monetária dos EUA era a bandeira do capitalismo – que prossegue sendo no período contemporâneo de produção dessa dissertação.

Para embasar esse contexto, Walter D. Mignolo posicionou a condição dos Estados Unidos, a partir de 1945, como um ator de influência mundial e, em especial na América Latina, responsável por conduzir uma política colonialista sem a atuação de tomada de território (2015, p. 72). Essa nova face do colonialismo dos EUA é marcada pelo autoritarismo (2015, p.72), que vai encontrar ideologia adequada entre os conservacionistas no Brasil, em especial militares e algumas classes da sociedade civil.

Em termos nacionais, antes de ocorrer o golpe de 1964, o país encontrava-se em momento de instabilidade e houve uma tentativa de tomada do poder que acabou frustrada. Contextualizar esses fatos históricos aqui é importante para subsidiar detalhes e aprofundar a compreensão sobre os desvarios vividos em tempos de ditadura civil-militar e descritos pela literatura de testemunho de forma contemporânea aos fatos. Reis (2014) apontou que havia uma crise econômica após o governo de Juscelino Kubitschek e o crescimento não seguia o mesmo ritmo do período de 1956-1960, sem contar a inflação que acabava com os rendimentos da classe trabalhadora.

O presente trabalho buscou essas tensões políticas nacionais e fazer um recorte localizado para a fronteira do Brasil com a Bolívia, com lupa para uma abordagem no território que se encontra Corumbá e Ladário, do lado brasileiro e que sofreu a transição de sair de Mato Grosso para Mato Grosso do Sul em 1977, bem como o que se passou em Puerto Quijarro e Puerto Suárez, que ficam na província de Santa Cruz de la Sierra. Para subsidiar essa situação, dentro deste capítulo é apresentado um documento que indica uma análise da inteligência do Ministério da Aeronáutica sobre a então Quarta Zona Aérea e como se dava o trânsito na fronteira Brasil-Bolívia. O Informe nº 06/64, de 5 de março de 1964, envolve duas páginas de observações detalhadas e que foram classificadas como documento secreto, mas atualmente estão disponíveis para consulta no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, bem como é um anexo dessa dissertação.

2.2 O PERÍODO PRÉ-GOLPE

Jânio Quadros foi o presidente eleito em 1960 que marcou um período de transição do nacional-estatismo popular, que teve seus expoentes como Getúlio Vargas em seu segundo mandato (1951-1954) e em parte no período que exerceu um governo ditatorial (1934-1945), além de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Ele entrou em uma disputa eleitoral quando no mundo havia ocorrido a Revolução Cubana (1959) e existia o enfrentamento dos Estados Unidos contra Cuba, um país alinhado com a União Soviética em um mundo composto por dois blocos geopolíticos (EUA e ex-URSS). Em termos de América Latina, as tensões políticas globais eram exacerbadas.

A bipolaridade mundial encontrou um ponto nelfrágico nas Américas quando o revolucionário cubano José Martí defendeu o movimento chamado *Nuestra América*, que pregava a união de países americanos que ficavam ao sul do rio Grande (fronteira do México com os EUA) e isolamento dos que eram chamados de “diabos loiros de olhos azuis” (REIS, 2014, pgs.17-19).

Essa condição geopolítica externa criava cenário para disputas entre forças políticas internas. Uma mais alinhada com a vertente nacionalista e conservadora, enquanto a outra era de esquerda, com cunho socialista. Essas posturas não eram apenas de visão política para uma governança, mas também um alinhamento macro, que no caso da América iria indicar estar do lado ou não do domínio que os Estados Unidos vinham exercendo no continente.

Dentro da geocultura do sistema mundo moderno/colonial, citada por Walter D. Mignolo, a grande influência dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos começou a vigorar e encontrou um

marco legal em dezembro de 1904, 60 anos antes do início da ditadura civil-militar no Brasil. Para conceituar geocultura, Wallerstein, citado por Mignolo (2015, p.69), identificou como o “imaginário hegemônico da segunda fase da modernidade, e é eurocêntrico no sentido restritivo do termo, centrado na França, Reino Unido e Alemanha”.

Foi nessa época, em 1904, que o governo de Washington, com o presidente Theodore Roosevelt, propôs que para resolver as interferências europeias nas Américas, incluindo um embargo feito à Venezuela por Alemanha e Reino Unido cobrando valores da dívida externa, haveria um entendimento que as diretrizes saíam a partir dos EUA (2015, p. 66-68). Em contraponto, o diplomático argentino Luis María Drago, então ministro de Assuntos Exteriores, sugeriu em dezembro de 1902 haver uma definição de política “Americana” a partir de uma assembleia entre todos os países do continente. A Doutrina Drago, como ficou conhecida, não vingou.

Para completar esse posicionamento de liderança geopolítica mundial dos Estados Unidos, citando o filósofo e historiador autor de estudos sobre o continente americano Arthur Preston Whitaker, Walter Mignolo esclareceu:

“Roosevelt propuso hacerlo unilateralmente, desde Estados Unidos, mientras que Drago proponía una acción multilateral, democrática e interamericana. Los resultados fueron muy diferentes a los que se podrían imaginar si la ‘Doctrina Drago’ hubiera sido implementado. En cambio, Roosevelt reclamó para Estados Unidos el monopolio de los derechos de administración de autonomía y democracia del Hemisferio Occidental. La doctrina Monroe rearticulada con la idea de ‘Hemisferio Occidental’ introdujo un cambio fundamental en la configuración del mundo moderno-colonial en el imaginario de la modernidad-colonialidad” (MIGNOLO, 2015, p. 67)

Esse alinhamento entre um país que tinha sido colônia e representava um território anglo-saxão nas Américas - em sua maioria com dominação anterior hispânica e portuguesa - com a Europa Ocidental desenhou o mapa geopolítico internacional que viria a causar interferências no Brasil, quando os movimentos socialistas passaram a se espalhar pelo mundo.

Cabe aqui ainda o posicionamento que essa mudança geopolítica mundial, com alterações de fronteiras não físicas, mas de poder na América, foi retratada e denunciada na literatura pelo poeta nicaraguense Rubén Darío (1867-1916), representante do modernismo.

O que o poema retratou no início do século XX foi a ânsia por poder e ascendência dos Estados Unidos diante do continente americano e em detrimento dos países que, como os EUA, vinham de uma situação de colônia e buscavam sua consolidação para ter autonomia de agir contra potências da época posicionadas na Europa. Os versos só anteciparam fatos de violência estatal que posteriormente foram registrados no Brasil e em outros países com a justificativa de “progresso”:

“Ode a Roosevelt

!Es con voz de la Biblia, o verso de Walt Whitman,
que habría que llegar hasta ti, Cazador!

primitivo y moderno, sencillo y complicado, con un algo de Wáshington y cuatro de Nemrod.

Eres los Estados Unidos,
eres el futuro invasor
de la América ingenua que tiene sangre indígena,
que aún reza a Jesucristo y aún habla en español.

Eres soberbio y fuerte ejemplar de tu raza
eres culto, eres hábil; te opones a Tolstoy.
Y domando caballos, o asesinando tigres,
eres un Alejandro-Nabucodonosor.
(Eres un profesor de Energía,
como dicen los locos de hoy.)

Crees que la vida es incendio,
que el progreso es erupción,
que en donde pones la bala
el porvenir pones.

No.

Los Estados Unidos son potentes y grandes.
Cuando ellos se estremecen hay un hondo de temblor
que pasa por las vértebras enormes de los Andes.
Si clamáis, se oye como el rugir del león.
Ya Hugo a Grant lo dijo: Las estrellas son vuestras.
(Apenas brilla, alzándose, el argentino sol
y la estrella chilena se levanta...) Sois ricos.
Juntáis al culto de Hércules el culto de Mammón;
y alumbrado el camino de la fácil conquista,
la Libertad levanta su antorcha em Nueva York.

Mas la América nuestra, que tenía poetas
desde los viejos tempos de Netzahualcoyotl
que ha guardado las huellas de los pies del gran Baco,
que el alfabeto pánico em un tiempo aprendió;
que consulto los astros, que conoció la Atlántida
cuyo nombre nos llega resonando en Platón que desde los remotos momentos de su
vida
vive de luz, de fuego, de perfume, de amor
la América del gran Moctezuma, del Inca,

la América católica, la América española,
 la América en que dijo el noble Guatemoc:
 “Yo no estoy en un lecho de rosas”, esa América
 que timebla de huracanes y que vive de amor,
 hombres de ojos sajones y alma bárbara, vive.
 Y sueña. Y ama, y vibra; y es la hija de Sol.
 Tened cuidado. ¡Vive la América española!
 Hay mil cachorros sueltos del León Español.
 Se necesitaría, Roosevelt, ser Dios mismo,
 El Riflero terrible y el flerte Cazador,
 para poder tenermos en vuestras férreas garras.

Y, pues contáis con todo, falta una cosa: ¡Dios!” (*DARÍO, 1905*)

2.3 O AUTOGOLPE DE JÂNIO QUADROS

É importante posicionar a eleição de Jânio Quadros, campo-grandense de nascimento (25 de janeiro de 1917), por algumas questões. Sua renúncia em 25 de agosto de 1961 intensificou o cenário de instabilidade política no Brasil e aumentou a temperatura em Brasília por um direcionamento político e de projeto para o país.

Dentro de uma análise da historiografia, o personagem Jânio Quadros foi eleito em um Brasil com 72 milhões de habitantes¹⁸ e em um contexto de uma democracia ainda recente. O Estado Novo, finalizado em 1945, ainda deixava na memória da população resquícios de um governo ditatorial. Até Jânio Quadros assumir, houve, por ordem cronológica, Eurico Gaspar Dutra vencedor da primeira eleição democrática em 2 de dezembro de 1945. Vargas voltou ao poder pelo voto em 1951, mas com um governo turbulento e que terminou com sua morte, em 1954. A sucessão de presidenciáveis, a partir disso, envolveu diferentes nomes, mas sem a eleição direta. Passaram na lista João Fernandes Campos Café Filho (1954-1955), Carlos Coimbra da Luz (1955), Nereu de Oliveira Ramos (1955-1956). A eleição que terminou com a vitória de Juscelino Kubitschek de Oliveira foi a que rompeu a instabilidade democrática pós-morte de Vargas. Ele assumiu em 31 de janeiro de 1956 e cumpriu os cinco anos de mandato.

Para contextualizar a eleição presidencial que Jânio venceu e o momento em Mato Grosso (Mato Grosso do Sul ainda não havia sido criado), ele recebeu apoio da UDN no estado, partido que também elegeu o governador da época, Fernando Corrêa da Costa. Em Corumbá, especificamente, a votação

¹⁸ Arquivo Nacional, Centro de Referência de Acervos Presidenciais: Jânio Quadros.

para vice-presidente (naquela disputa eleitoral havia votação separada para os cargos de presidente e vice-presidente) foi mais favorável para João Goulart (ARRUDA, 2019, p.132).

O vice de Jânio era Milton Campos, da UDN, mas que não recebeu votos suficientes. Quem foi mais votado para vice-presidente foi João Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas e que fazia chapa com o marechal Henrique Teixeira Lott (coligação PSD-PTB). Nessa época, os eleitores votavam em separado para presidente e vice-presidente.

O campo-grandense Jânio Quadros representava as aspirações na esfera política e popular para a continuidade de uma democracia que estava sendo implantada no Brasil. Porém, o político protagonizou um golpe que não deu certo. Marcos Napolitano apontou essas expectativas que existiram na época que antecedeu 1964. O historiador fez o recorte desse personagem político durante entrevista que concedeu ao site da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2022):

Sua carreira política teve uma ascensão meteórica a partir do final dos anos 1940, produto da inédita democracia eleitoral que se instalou no Brasil após o fim do Estado Novo. O eleitorado popular, apesar de todas as restrições ao sufrágio universal, se ampliou consideravelmente e abriu novas possibilidades para candidatos dotados de retórica e carisma pessoal. (...) concentrou-se no discurso anticorrupção e contou com o apoio da UDN, um grande partido antigetulista de direita que viu nele uma chance de chegar ao poder. Só que não...¹⁹

Seus equívocos enquanto governante foram sentidos na área econômica por não controlar a inflação e colocar em pauta o projeto Política Externa Independente (PEI), que se mostrou ineficiente e deixou insatisfeito o setor produtivo industrial conservador, além de afastar a UDN da base de apoio. Corsi (2014, p.136-137) exemplificou a situação no país ao pontuar sobre o curto prazo dos vencimentos da dívida externa e a renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa combinação de cenário levou o então presidente a determinar cortes no crédito, política que não estava alinhada aos anseios de setores produtivos, cortes nos gastos públicos, além de emissão de moeda. Decisões que frearam o crescimento e causaram danos ainda maiores para a economia com a desvalorização da moeda.

No campo governança, Jânio Quadros só aumentou suas excentricidades e seguiu em queda livre distante de receber apoio de outros políticos, além de não conseguir se fortalecer com seus ministros e auxiliares para continuar no cargo. Reis (2014, p.23) citou algumas ações de Jânio que cooperaram

¹⁹ FUINI, Pedro. Jânio Quadros renuncia à Presidência – renúncia de Jânio teria sido estratégia para voltar ao poder sob clamor do povo e das Forças Armadas. FFLCH, São Paulo, ago. 2022. Disponível em <https://www.fflch.usp.br/36202>. Acesso em: 30 julho 2023.

para sua curta jornada de presidente do Brasil. “Comunicava-se com os ministros e auxiliares através dos chamados ‘bilhetinhos’ (...). Em determinado momento, empenhou-se em proibir biquínis nas praias e brigas de galo, e, ao condecorar Che Guevara, chocou os ministros militares (...)”. O então presidente, conforme dados do Senado (Westin, 2021), ainda obrigou servidores federais a vestirem uniforme, houve a criminalização do lança-perfume e fim das corridas de cavalo aos finais de semana. Tais ações atendiam pequenos desejos de famílias conservadoras, mas que eram contrariados quando o mesmo presidente condecorava um homem considerado símbolo do comunismo, como Che Guevara.

A pressão que Jânio sofreu nos primeiros sete meses de seu mandato, suas ações de governança ineficientes e decisões um tanto insustentáveis resultaram no plano de autogolpe, conforme compreensão de fatos históricos. Seguindo sua prática de despacho com a equipe, decidiu também usar o bilhete escrito à mão para tentar aplicar uma cartada que não funcionou e que colocou em rota de colisão um processo de democracia no país. O bilhete de cinco linhas foi encaminhado ao Congresso Nacional. O plano compreendido pelos congressistas era de que Jânio pretendia ver rejeitado o seu pedido e, a partir da retórica e do carisma, ser conduzido ao poder com força e apoio amplo.

Sua renúncia ocorreu em 25 de agosto de 1961, a um dia de se completar 7 anos do suicídio de Getúlio Vargas, e o Congresso Nacional aceitou o pedido. Depois disso, foi inserido em um processo de apagamento político, principalmente pelo fato de ter sofrido suspensão de direitos políticos por força do art. 10 do AI n. 1, de 9 de abril de 1964. Em 1968, fez críticas ao governo de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) após entrevista à imprensa. Por conta disso, foi enviado a confinamento político para Corumbá, então Mato Grosso, pelo período de quatro meses. Ele viveu nesse período em hotel que fica na região central da cidade e era vigiado por militares.

A história envolvendo João Goulart seguiu tensa após definição que ele seria o presidente. Porém, ele só assumiu, de fato, em 7 de setembro de 1961. Nesse meio tempo, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli (PSD-SP) ficou no cargo tampão de presidente, enquanto que ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ressurgiram-se contra Jango, como era conhecido, por meio de uma Junta Militar que havia sido formada.

O período de instabilidade e tentativa de golpe foi contornado pela mobilização que o então governador do Rio Grande do Sul Leonel Itagiba de Moura Brizola, ou mais conhecido como Leonel Brizola, conseguiu produzir com apoio do general José Machado Lopes, comandante do então III Exército (RS), agora em 2023 chamado de Comando Militar do Sul. Uma rede de rádios foi formada

para transmitir informações sobre uma possível guerra civil que poderia ser instalada (REIS, 2014, p.24). O ato foi chamado de Campanha da Legalidade e protagonizada em 1961, entre 27 de agosto, dois dias depois da renúncia de Jânio Quadros, até 7 de setembro, data com apelo nacionalista por ser celebrada a independência do Brasil e quando houve a posse de Jango. A rádio Guaíba, de Porto Alegre, foi a primeira a transmitir os discursos, depois que foi instalado um estúdio na sede do governo do Rio Grande do Sul, no Palácio Piratini.

A tensão da época foi resolvida depois que o parlamentarismo híbrido estava consolidado e acordado entre os poderes e os militares, tirando de Jango uma autonomia no seu mandato, e os golpistas militares que tinham pretensões de barrar a posse estavam livres de qualquer punição, mesmo diante da tentativa de golpe que chegou a ser movimentada com a renúncia aceita de Jânio Quadros.

A lei que criou o sistema parlamentar no Brasil foi a Emenda Constitucional n. 4, de 2 de setembro de 1961. Nela, o cargo de vice-presidente foi extinto e concedeu a João Belchior Marques Goulart a presidência. O período definido nessa legislação foi até 31 de janeiro de 1966, mas como se sabe isso não chegou a ser cumprido legalmente.

2.4 REFORMAS QUE DEPUERAM UM PRESIDENTE

João Belchior Marques Goulart tinha sido vice-presidente na chapa com Juscelino Kubitschek (1956-1961) e era herdeiro político de Getúlio Vargas (REIS, 2014, p.22). Esse seu histórico político já criava arrepios em setores da classe mais alta do país. Com a renúncia de Jânio Quadros, em um autogolpe que não foi bem sucedido, Jango era a pessoa a ser empossada no cargo. Porém, seu nome sofria resistência dos militares e de setores conservadores. Esse descontentamento estava ligado ao histórico acima citado e a uma série de outros fatores que aqui são elencados como forma de tentar ampliar a compreensão dos fatos que levaram ao fim de seu governo.

Ainda antes de 1961, Jango já tinha protagonizado momentos de desacordo entre os direcionamentos que setores detentores da produção tinham em detrimento de políticas mais alinhadas com classes sociais trabalhadoras. Em 1952, houve uma reforma ministerial no governo de Getúlio Vargas (1951-1954). João Goulart foi nomeado para ser ministro do Trabalho na época. Entre suas propostas de atuação estava a de aumento de 100% no salário mínimo da época. Essa medida sindicalista foi um dos motivos que fizeram setores da burguesia a retirarem o apoio a Vargas (CORSI, 2014, p. 132).

O aumento salarial ocorreu em 1952 depois de ter ficado defasado em razão de uma inflação e

também porque naquele ano o movimento sindical passou a ficar cada vez mais encorpado, com mobilizações e greves de trabalhadores. Os sindicatos haviam se tornado entidade oficial, o que deu aparelhamento para as mobilizações. Além disso, essas entidades experimentavam um novo momento de embate político mais flexível com a posse de Vargas. O antecessor de Vargas, o general, nascido em Cuiabá (MT) e que comandou o 11º Regimento de Cavalaria Independente em Ponta Porã, Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946 – 31/01/1951), fez uma intervenção em 20% das organizações sindicais, o que significava medidas ministeriais de controle em 197 sindicatos e na Confederação dos Trabalhadores do Brasil, com o pretexto após uma mudança feita com o decreto-lei n. 9.070, de 15 de março de 1946, para impedir o direito de greve que constava na então Constituição de 1946 (PINTO, 2020, p.29)²⁰. Para complemento, Dutra tentou voltar à vida política nas eleições indiretas em 1965, mas retirou a candidatura por conta do apoio majoritário que o general Castelo Branco recebeu na época, com a ditadura já instaurada.

O Brasil vivia naquele período a partir de 1951 momentos de transição entre um governo autoritário e a expectativa de novos rumos, neste caso mais democrático, com a eleição de Vargas. Com esse contexto, Jango atuando naquele governo era um nome que remetia essa condição em termos políticos para haver medidas mais inclinadas para as classes trabalhadoras e por isso tinha sido alçado ao Ministério do Trabalho. Além de protagonizar o aumento de 100% em 1952, houve outro com porcentagens iguais em 1954. Na prática, essas majorações não causaram um impacto significativo no poder de compra do brasileiro. O aumento real foi estimado em cerca de 4% entre o salário médio da indústria em 1954 na relação com 1949 (CORSI, 2014, 133). Ainda assim, as ações conduzidas pelo então ministro Jango significaram afrontas duradouras frente às classes dominantes que contribuíram para gerar resistências mais a frente, quando era para ele assumir a presidência no lugar de Jânio Quadros.

Em um exercício de transposição do tempo para setembro de 1961, com João Goulart definido para assumir o cargo de presidente, a análise que se prossegue mostra os caminhos que foram tomados pelo Executivo da época para tentar frear os problemas econômicos e que geraram ainda mais descontentamento entre a classe militar e a detentora dos meios de produção. Jango já era visado por sua condução política no passado, quase sofreu um golpe quando estava como vice-presidente. Não tinha um espaço sem turbulência pela frente para conduzir os rumos da economia.

O sistema era parlamentarista nesse momento e a base política para alicerçar as medidas

²⁰ PINTO, Almir Pazzianotto. Cordis. Dossiê: História e Direito – Representações e Perspectivas, São Paulo, nº 24, v. 1, 2020.

econômicas e sociais estava fragilizada. Reflexo foi que em pouco mais de um ano de governo, três primeiros-ministros rodaram no cargo (Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima) e dois nem conseguiram assumir (Auro de Moura Andrade e Santiago Dantas) por recusa de Jango ou do Congresso (REIS, 2014, p.28). Quando houve o plebiscito para se decidir o sistema de governo, o presidencialismo venceu e João Goulart retomou poderes que não tinha, porém não conquistou o apoio popular, muito menos dos conservadores. “..., em fins do primeiro semestre de 1963, o governo Jango estava atolado, sem projeto, pilotando a olho nu a crise do país. Um impasse histórico” (REIS, 2014, p.29).

No país, havia um processo inflacionário, agravamento do desequilíbrio de contas externas e escassez de capital para investimento. Tudo isso estava posto diante de uma instabilidade política nacional, que não contribuiu para também atrair recursos internacionais ou locais (CORSI, 2014, p.137). Dados oficiais mostram redução de US\$ 108 milhões para US\$ 28 milhões o investimento externo entre 1961 e 1964, e as remessas de lucro passaram de US\$ 15 milhões para US\$ 192 milhões.²¹

O plano de João Goulart para contornar os solavancos econômicos, e envolvia também acenos sociais, era reformista. Tratava-se do Plano Trienal, que, conforme Corsi (2014, p. 139), previa medidas com retorno no longo prazo para garantir resultados estruturais e ajustes ortodoxos para os desequilíbrios de curto prazo. Criado pelo então ministro Ceso Furtado, o plano almejava um crescimento médio anual em torno de 7% ao ano e uma tentativa de redução da inflação dos 50% a.a em 1962 para o patamar de 25% em 1963 e atingir a meta de 10%, em 1965 (LOUREIRO, 2014, p. 148). Ele ainda dependia de apoio político, o que era escasso para seu governo. As classes dominantes da época estavam mais alinhadas ao projeto de desenvolvimento atrelado ao capital estrangeiro, com base liberal. Esse não era o caminho que Jango conduzia sua nau.

Reis (2014) elencou para esse período as propostas de reforma agrária para se “criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo”, a reforma urbana para “planejar o crescimento das cidades, combatendo-se a especulação imobiliária e protegendo-se os inquilinos” e a reforma bancária para se “criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para o financiamento das atividades que pudessem garantir a autonomia nacional”. Ainda havia a reforma eleitoral para incorporar o voto dos soldados e graduados das Forças Armadas e analfabetos, “que constituía quase metade da população adulta do país”. Outro ponto era a reforma do estatuto do capital estrangeiro, que previa disciplinar os

²¹ OLIVEIRA, 1984; SOUZA, 2007, p.52, in. CORSI, 2014, p. 138

investimentos do exterior com limite para remessa de lucros e estatização na indústria de base e transportes públicos. Comporia também esse quadro reformista a reforma universitária com foco na democratização e estudos voltados para atender necessidades sociais e nacionais (p. 26-27).

A diversidade de tópicos para serem enfrentados envolvia uma diluição do apoio, que foi impactado com eleições em 1962 que renovaram a Câmara Federal e parte do Senado, incluindo governos estaduais. Reis (2014) indicou que nessa adequação das cadeiras políticas a direita e a opinião conservadora conquistaram os espaços no Congresso para frear o intuito reformista de Jango.

Esse isolamento político, falta de efetividade em promover mudanças sociais, descontentamento em diferentes setores serviram para dar o caminho de mudanças para o governo cambaleante de João Goulart, em 1963. Em uma cadeia de eventos que foram sucedendo-se, um é destacado pela análise histórica como sendo preponderante para o início do golpe que levou à ditadura civil militar. Trata-se de uma reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil em que se discutiu melhoria das condições desse grupo. Reis (2014) pontuou que o Ministério da Marinha proibiu a reunião, mas não houve atendimento à determinação. A iniciativa remontou à Revolta da Chibata, realizada em 1910 para criticar e cobrar o fim de castigos que marinheiros sofriam em navios naquela época. Esse encontro chegou a desmobilizar fuzileiros que tinham sido enviados para encerrar a reunião, mesmo que à força, a mando do Ministério da Marinha.

A postura sindicalista entre os fardados impactou diretamente no modo de atuação do comando das Forças Armadas diante do cenário político brasileiro. João Goulart chegou a participar de uma reunião no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, e discursou para subalternos das Forças Armadas em tom que não agradou nenhuma das partes que estavam em choque naquele momento, os oficiais e as categorias mais baixas. Para indicar como essa situação degringolou a fragilidade do então presidente, Reis detalhou:

A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Não foi algo que aconteceu de modo espontâneo. Para que a mudança se verificasse, trabalharam com afinco as forças conservadoras, e aí o papel da mídia foi essencial. (...) quando o general Olympio Mourão Filho, considerado estouvado e não confiável, mas determinado, ordenou, na noite alta de 30 de março de 1964, a partida de seus soldados, sediados em Juiz de Fora (MG), em direção ao Rio de Janeiro. (REIS, 2014, p. 35)

Uma possível resistência do Executivo diante do avanço da tropa do general Olympio Mourão Filho não ocorreu naquele março de 1964. Também com João Goulart, na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, houve uma mobilização civil-militar no Rio Grande do Sul, capitaneada por Leonel Brizola, que seguiu o golpe naquele período. Cerca de três anos depois, o então presidente Jango evitou o confronto, saiu do Rio de Janeiro e seguiu para o Sul do Brasil, para posteriormente deixar o país pela

fronteira com o Uruguai e se manter asilado em Montevideu.

2.5 UM BREVE HISTÓRICO POLÍTICO REGIONAL NO PERÍODO DE JANGO

O cenário político com recorte regionalizado desse período, que a legislatura foi de 1963 a 1967, não inclui Mato Grosso do Sul, pois o estado ainda não tinha sido criado. Na Câmara dos Deputados, por Mato Grosso, foram eleitos os deputados pela Arena: Yttrio Corrêa da Costa, Saldanha Derzi; pelo PTB: Miguel Marcondes, Wilson Fadul; pelo MDB: Wilson Martins e Edison Garcia; pelo PSD: Philadelpho Garcia, Ponce de Arruda e Rachid Mamed. Desses, Saldanha Derzi era político ativo em Ponta Porã (prefeito entre 1942-1945, 1951; vereador 1947-1950). Em termos de integração com o governo Jango, cabe mencionar Wilson Fadul, que foi ministro da Saúde entre 1963 e 1964.²²

No Senado, os eleitos foram Vicente de Bezerra Neto (que fora promotor de Justiça em Corumbá), Fernando Corrêa da Costa, Filinto Muller (participou dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930, foi presidente da Arena – 1969-1972 e 1973 – e participou da fundação do PSD, em 1945), Gastão de Mattos Muller (atuou pelo PSD e Arena), Humberto Neder e Paulino Lopes da Costa (um dos fundadores da UDN em Corumbá – 1945).²³

Em termos de apoio político a Jango em recorte regionalizado, os deputados e senadores por Mato Grosso não representavam número suficiente para definir aprovação de propostas e era preciso compor com representantes de outros estados uma base de governo. Ademais, a análise política local dessa época cabe a uma discussão mais ampla e que não é o escopo específico deste trabalho. Para servir de análise geral em termos de conjuntura, cabe pontuar que o PTB, o PSD e a UDN configuraram, na época, como partidos de cunho reformista. Essa era uma demanda que o governo federal da época buscava. Mas em uma análise feita por Reis (2014, p.27-28), notou-se que os integrantes desses partidos estavam mais alinhados a uma ala conservadora do país.

Para exemplificar esse direcionamento conservador e contrário ao governo Jango, com base nos dados históricos dos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, três dos seis políticos do então MT uno no Senado mencionados acima ocuparam cargos de direção no partido Arena, criado em 1966 e legenda de apoio integralmente conservadora e alinhada à ditadura civil militar. Entre esses

²² CÂMARA, Quem são os deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 21 nov. 2023

²³ SENADO, Senadores da 42ª Legislatura (1963-1967). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores/-/a/42/por-uf>. Acesso em: 21 nov.2023

nomes estavam Filinto Muller, presidente da Arena entre 1969 a 1972 e em 1973; Gastão de Mattos Muller, primeiro vice-presidente do partido em MT (1966). Outro partido conservador era a UDN, que teve Lopes da Costa como vice-líder da sigla no Senado e presidente do diretório em Corumbá. Com relação aos eleitos para a Câmara na legislatura de 1963 a 1967, dos nove nomes, três estiveram ligados ao partido Arena (Corrêa da Costa, Rachid Jorge Mamed e Saldanha Derzi), outros dois estiveram vinculados à UDN (Wilson Martins e Edison Garcia).

Necessário acrescentar neste resumo em torno do ponto de reflexão sobre a política local no período que logo antecedeu a ditadura civil militar, neste caso com o foco em Corumbá, área fronteira analisada neste trabalho, é que a ideologia prevista em partidos não era exatamente o alicerce que norteava os políticos locais. As decisões partidárias estavam mais inclinadas para serem definidas por questões pessoais, por interesse econômico na dança de conveniências ligadas ao clientelismo em detrimento de escolhas mais ideológicas. (SABOYA FILHO, apud. GOMES, 2021).

Em tempo, tratando de literatura, um personagem desse cenário político envolveu Manoel Wenceslau Leite Barros, o poeta Manoel de Barros. Seu ativismo político envolveu filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), porém antes da ditadura civil militar. Essa posição foi indicada no período entre as décadas de 1930 e 1940, em que a ditadura era exercida por Getúlio Vargas. Em uma explanação indiciária, para citar conceito tratado por Ginzburg, Kelson Gérison Oliveira Chaves buscou em documentos, fragmentos e outros sinais deixados pelo poeta ao longo de sua história. Chaves elencou dois trechos escritos pelo poeta, mas com outro estilo, para exemplificar seu período de comunista:

Nos fins dos anos 1940, no Rio, pensei em salvar o mundo da miséria e da opressão. Todos os rapazes da minha faculdade estavam dispostos a dar a vida para salvar o mundo. Eu tinha lido em Fernando Pessoa: “Amanhã é dos loucos de hoje.” Era preciso ser amanhã. Entrei para a Juventude Comunista. Comecei a ter chefes e chefetes. Recebia ordens que ninguém sabia de onde vinham. Ordens de pichar estátuas, de soltar panfletos. Tarefas. Tarefas. Me mandaram ler Marx, Engels, Lenine. Não passava das 10 primeiras páginas. Descobri que meu forte era a palavra. Me ajeitei com Maiacóvski. Meu gosto era mais literário que revolucionário. Acho que iria fugir se me mandassem brigar. Eu seria se tanto uma barata: se me pisassem a carcaça eu sairia pelos cantos arrastando substâncias (BARROS, MULLER, apud, CHAVES, 2017, p. 19-20)

Neste, há a citação sobre a desilusão com a vertente comunista e seu “refúgio” para retornar para o então Mato Grosso, em Corumbá, distante do palco mais agitado da política que existia no Rio de Janeiro:

Quando escutei o discurso apoiando Getúlio – o mesmo Getúlio que havia entregue sua mulher, Olga Benário, aos nazistas – não aguentei. Sentei na calçada e chorei. Saí andando sem rumo, desconsolado. Rompi definitivamente com o Partido eu fui para o Pantanal. (BARROS, apud, CHAVES, 2017, p.19)

2.6 O PROCESSO DE ANISTIA E O PACTO DE ESQUECIMENTO

O caminho até a instauração da ditadura militar brasileira ocorreu após uma sucessão de fatos, que foram abordados de forma condensada acima para contextualização do leitor. Da mesma forma que essa sequência de fatos foi importante para auxiliar o desenvolvimento desta dissertação, outra etapa do regime ditatorial também merece abordagem mais estreita: trata-se do processo para efetivação da anistia, que passou a valer a partir da Lei nº 6.683, sancionada pelo então presidente João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979.

Em *Sempre viva*, Antônio Callado construiu sua narrativa usando a fronteira do Brasil com a Bolívia como local, a partir de uma ótica de anistia e suas consequências para quem estava exilado e poderia retornar ao Brasil. Inclusive, o autor trouxe a repercussão de um personagem que desejava retornar ao país e também desempenhar um ato de vingança contra torturadores.

Feita esta pequena apresentação, passo a partir daqui a abordar etapas que se acumularam para haver a lei da anistia. Com 10 anos que a ditadura militar estava implantada no país em abril de 1974, com roupagem de democracia devido às eleições diretas para deputados, senadores, vereadores e parte de prefeituras, mas ainda seguindo o comando presidencial sob a espada dos militares, um movimento acabou surgindo para dar sinais de processo de mudança. O partido Aliança Renovadora Nacional (Arena) dominou o Congresso nacional até haver as eleições em novembro de 1974.

Representantes da Arena tinham a maioria no Legislativo federal, com dois terços da Câmara; e 59 senadores, dos 66 que compunham o Senado. Isso mudou na eleição de 1974 e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido autorizado a fazer oposição, conseguiu eleger 16 senadores naquela época, e ainda 161 deputados federais das 364 cadeiras (44%). Historiadores classificaram o resultado dessa disputa eleitoral como sendo “um ponto de inflexão” para uma queda lenta dos militares.²⁴

A maior presença da oposição no Legislativo garantiu ao MDB o direito a requerer pautas que eram ofertadas para quem tinha mais de um terço da Câmara. Situação que gerou uma postura reativa do então presidente Ernesto Geisel, em 1974. Ele conseguiu mobilizar que a Lei nº 6.339, de 1 de julho de 1976, fosse aprovada. Apelidada de Lei Falcão, após ter sido elaborada pelo então ministro da

²⁴ FARIA, Adriano. FONTENELLE, André. “Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura”. 14 nov. 2014, Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em: 01 abr. 2024.

Justiça, Armando Falcão, determinou que a propaganda política para as eleições não deveria ter debates e apresentação de propostas. Os candidatos a prefeito e vereador só podiam ter o nome, o partido, número e currículo divulgados nas campanhas de rádio e para a TV havia o acréscimo de se mostrar a foto. A justificativa oficial era de reduzir a desigualdade entre cidades grandes e pequenas, em que a TV e o rádio não estavam presentes de forma relativamente igualitária. Na prática, estrangulava as discussões. A Lei Falcão só foi suspensa em 1985, com a regulamentação das eleições municipais, e conseguiu ser totalmente enterrada em 1997, com a aprovação da Lei Eleitoral.²⁵

Em acréscimo para abordar detalhes sobre esse contragolpe que a ditadura, com Geisel, aplicou para censurar as faíscas democráticas, vale destacar que recurso textual humorístico divulgado em 1976 contribuiu para gerar debate e demonstrar como o espaço para oposição gerava incômodo. Houve uma piada contada pelo deputado federal Getúlio Dias (MDB-RS) em propaganda eleitoral que desafiou o governo militar. O assunto ganhou página no *Correio Braziliense* de 12 de novembro de 1976 e foi revisitada em publicação da *Agência Senado*. A declaração foi: “Um homem pesca seis peixes para o almoço, mas tem que devolvê-los ao rio porque sua esposa não havia conseguido comprar óleo nem gás para cozinhar. Ao mergulhar de volta na água, um dos peixes celebra: ‘Viva a revolução de 1964!’”²⁶

Após essas movimentações políticas, e mesmo com os atos para sufocar manifestações, outros fatores foram acumulando-se para gerar fragilidades no governo dos militares. A morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, dentro do Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que foi atribuída como suicídio, mas com indícios de tortura, gerou uma outra manifestação para ajudar a ruir as bases da ditadura. A prisão dele foi atribuída a um aparente movimento intensificado do governo militar de Geisel após o levante do MDB. O pretexto de “rede subversiva” infiltrada gerou repressão aprofundada a opositores, como Herzog, que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).²⁷ O jornalista, cineasta e professor na Escola de Comunicações e Artes da USP já havia fugido de outra perseguição, a do nazismo, no então Reino da Iugoslávia. E sua morte causou manifestações públicas no Brasil e fora dele, em partes por conta da origem judaica de Herzog. O Museu do Povo Judeu, em Tel Aviv (Israel), por exemplo,

²⁵ OLIVEIRA, Guilherme. “Há 40 anos, a Lei Falcão reduzia campanha eleitoral na TV a ‘lista de chamada’”. 17 out. 2016, Arquivo S, Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-falcao-reduzia-campanha-eleitoral-na-tv-a-lista-de-chamada>. Acesso em: 1 abr. 2024.

²⁶ *Ibidem*

²⁷ SENO, Pedro. “Morte de Vladimir Herzog”. 25 out. 2023, Serviço de Comunicação USP. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/127836>. Acesso em: 1 abr. 2024.

reserva uma parte de seu acervo sobre esse caso.²⁸

A sucessão de revoltas, greves e outras manifestações de classe passaram a ter uma visibilidade no Brasil após 1975, intensificando-se no ano seguinte e continuaram em 1977. Reis acrescentou que além do cenário social contrário ao governo do General Ernesto Geisel estar aumentando gradativamente nesse período pós 1975, a economia brasileira passou a balançar, inflação subir e os números oficiais do governo que influenciavam o reajuste salarial destoarem de dados mundiais, claro, puxando para baixo as porcentagens (2016, p. 104).

Os impactos econômicos negativos na vida do brasileiro passaram a ficar cada vez mais latentes, e as contas públicas também sentiram os danos globais de aumento no preço do petróleo e outras conjunturas. Uma das estatísticas que marcou esse declínio foi o grande endividamento brasileiro que alimentou o período do “milagre econômico”. A dívida externa saiu de US\$ 20 bilhões em 1974, quando Geisel assumiu, para US\$ 52 bilhões em 1978. Um resultado que deixou o Brasil como país mais endividado do mundo para aquela época (REIS, 2016, p. 107).

Cenários social e econômico que geraram caminho para que Atos Institucionais fossem revogados por meio da Emenda constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, e que só entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979. Essa construção pavimentou o caminho para que a anistia viesse na sequência, porém, com um outro presidente. Neste caso, João Baptista de Figueiredo, que assumiu o posto de presidente na sucessão de Geisel, em março de 1979, foi o responsável por costurar uma proposta de anistia que atendesse interesses militares e dos apoiadores da ditadura, ainda que houvesse relaxamento para os opositores.

Nesse embate, havia a defesa da chamada “anistia ampla, geral e irrestrita” e a proposta do governo, que iria precisar dos chamados senadores biônicos – eleitos indiretamente em 1978 com 8 anos de mandato. Esses políticos entraram no poder com um pacote que Geisel conduziu em 1977 após fechar o Congresso para uma reforma política, que representou na eleição indireta para um terço do Senado e a garantia de parlamentares da Arena, que era da situação.

É fundamental registrar que essas mobilizações pela anistia estiveram fragmentadas, mas que canalizavam energia em torno do fim da ditadura militar. E mais, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que teve como liderança a advogada Therezinha Zerbini, desempenhou um papel considerado crucial para essa oposição ganhar corpo. O MFPA iniciou-se em 1975, em São Paulo, e

²⁸ ANU. One too many murders: the story of the jewish journalist who brought an end to the military dictatorship in Brazil. 9 mar. 2022, Museum of the Jewish People. Disponível em: <https://www.anumuseum.org.il/blog/vladimir-herzog/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ganhou fôlego pelos anos seguintes. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte, que entrevistou Therezinha em 31 de agosto de 2006, essa opositora à ditadura foi casada com um general que diferiu do caminho que levou ao golpe de 1964, chegou a ser presa pela OBAN junto com Dilma Rousseff e emprestou sítio para que ocorresse o congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968. Em tempo, em um dos trechos da entrevista, Therezinha descreveu como se deu a gênese: “(...) com oito mulheres, com muita fé, muita garra e foi tão simples o nosso manifesto que sempre é bom... Recordar é viver (...)”.²⁹

²⁹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. “O movimento feminino pela anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zarbini”. 2019, Revista Estudos Feministas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6GQG39TQJ9GphDCjpTs9Zjz/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CAPÍTULO 3 – OS RELATOS DOS PERSONAGENS REAIS DA FRONTEIRA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR

A ficção, em *Sempreviva*, apresentou uma série de condições extremas na infração de direitos humanos e traumas psicológicos gerados com a ditadura militar brasileira. A partir deste capítulo, a abordagem foi feita para dialogar o que a obra de Callado denunciou e o que fatos históricos presentes em documentos oficiais apresentaram para materializar os sinais que o governo ditatorial criou na fronteira do Brasil com a Bolívia. Algumas dessas situações ainda esbarraram em outra fronteira, a que existe com o Paraguai, mas envolvendo municípios que naquela época estavam dentro de Mato Grosso.

Independente de os fatos abordados a seguir não necessariamente terem subsidiado o autor da obra analisada neste trabalho, elas corroboram para indicar que a ditadura militar foi latente e atuou com medidas de repressão, planos estratégicos de sufocamento de opositores e aparelhamento estatal com objetivo de atacar o chamado “inimigo”.

Nesse campo estratégico militar, a fronteira do Brasil com a Bolívia encontrava-se no mapa do Plano Pantanal do governo da época para medidas repressivas. Em específico, Corumbá e Ladário estavam em ponto central de atuação dessa repressão por conta de dois planos dedicados para serem operados no território. Um era o Plano Gato, voltado para o Exército, e o outro tratava-se do Plano Marex.

Nas linhas a seguir, ainda foi descrito que a Marinha, em Ladário, era designada para manter o maior controle para ações consideradas subversivas para a época. Essas questões subversivas poderiam envolver reuniões do Partido Comunista Brasileiro, a prática de jogo que seria enquadrado como ameaçador para os “bons costumes e tradições” da alta sociedade ou uma cobrança de uniforme em escola de Corumbá que podia gerar incômodo para militares e pessoas da sociedade civil que estavam alinhadas com o sistema de poder.

A fronteira do Brasil com a Bolívia teve, sim, episódios com controles rígidos exercidos pelos militares. Situações que poderiam deixar pessoas intimadas para reuniões realizadas dentro Comando da Marinha e depois desse encontro o aparecimento de traumas, como problemas para dormir. Mesmo assim, em documentos oficiais, toda essa situação ficaria descrita “apenas para troca de ideias” e em um “ambiente de cordialidade”.

Ainda foi possível observar fatos históricos documentados em um período de construção para o caminho do AI-5. Um documento, em específico, fez o papel de classificar o matogrossense da época

e indicar como a ditadura militar poderia perdurar nesse território complexo, com fronteiras, diferentes acessos de estrangeiros e uma imensidão de áreas onde estão o Pantanal. Um local sem estradas e remoto, que poderia deixar escondido as marcas sofridas, mas que tal qual *Sempreviva* e essa dissertação buscaram perdurar, bem como fomentar a reflexão sobre a repressão.

Este trabalho buscou também entrevistar testemunhas reais do período da ditadura militar. Dentro de quatro conversas que ocorreram, nem todas as pessoas concordaram em gravar suas falas para esta investigação por ainda temer possíveis “problemas”, mesmo que iriam abordar temas que ocorreram há mais de 30 anos. Depreendeu-se, com essa situação, que o fantasma da ditadura ainda ronda pessoas que viveram uma época de repressão. Não é passado a ditadura, ela se faz presente diante do conservadorismo na sociedade.

As entrevistas informais foram feitas entre 2023 e 2024, período que ainda houve registro de manifestações privadas para apoiar o conservadorismo em Corumbá e Ladário. Por conta disso, foi definido que essas conversas informais não entrariam como base principal para este capítulo e se optou por valorizar documentos oficiais obtidos a partir de pesquisa bibliográfica no site Banco de Dados Memórias Reveladas. Palavras como “Corumbá”, “Ladário”, “Puerto Suárez”, “Puerto Quijarro”, “Bolívia” e “fronteira” nortearam as pesquisas dos documentos, em um processo de busca que durou cerca de 15 meses e a leitura de mais de 200 páginas.

3.1 OS PLANOS OFICIAIS DE REPRESSÃO, A ‘LOQUACIDADE’ E O PACIFISMO

Não só as fronteiras do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai, no então Mato Grosso, eram motivo de planejamento para repressão pelo governo da ditadura militar, mas também o fato de haver grandes distâncias que o Pantanal apresentava e ainda apresenta. Em Informe, que foi classificado como secreto, de n. 166³⁰, de 10 de abril de 1967, endereçado ao Estado-Maior da Aeronáutica e ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica, a Quarta Zona Aérea elaborou documento com 7 páginas, meticulosamente datilografado, e indicou os planos estratégicos de mobilização e repressão de manifestações.

Em uma estrutura macro, o documento oficial analisado mostrou que havia o chamado Plano Pantanal. Ele previa diferentes medidas para ocupar e vigiar locais classificados como “pontos sensíveis”, além do protocolo para manutenção de serviços públicos essenciais e controle de tumultos.

³⁰ Leia Anexo – Imagem 1

Fora desse eixo de atuação, Corumbá recebia uma atenção específica com dois planos de segurança: o Plano Gato, voltado para o Exército, e o Plano Marex, que seria coordenado pela Marinha e participação de outras forças.

Esse mesmo informe direcionado para um setor de alto escalão militar avaliou também comportamentos da população, criou rótulos e analisou níveis de política militar para funcionamento de suas unidades na fronteira. Os fiscalizadores escreveram que as unidades militares fronteiriças serviam para destinar militares que não mantinham boa disciplina em outros locais. Sugeriram também que o afastamento territorial das fronteiras com grandes centros favorecia o uso de “bebida e à indiferença”, que no relatório houve o uso da palavra “cafard”. De origem francesa, pode ser um termo que se relaciona à barata, ou com o significado pejorativo de falta de atitude.

Em termos estruturais, o mesmo documento mostrou o poderio para repressão ao mencionar que só o Forte Coimbra, estrutura militar ligada ao 2º Batalhão de Fronteira, não possuía fuzil FALN. Bem como, havia a disponibilidade de diferentes viaturas terrestres, aquáticas e aeronave.

Os militares responsáveis por gerar um cenário da fronteira e outras áreas da 2ª Brigada Mista da época também classificaram dois fatores comportamentais dos matogrossenses. Um deles foi chamado de “Loquacidade Matogrossense” e, conforme o órgão de repressão, gerava problema por que a estrutura militar não estaria dando conta das denúncias de atos de subversão e outras situações que eram recebidas. No documento, esta foi a análise:

“O conhecido prazer de narrar fatos e de passar adiante um informe que têm os Matogrossenses é fator favorável que não deve ser desprezado, pois torna mais difícil o que se pretenderia fazer clandestinamente. Lamentavelmente, não havendo na área órgãos de informação digno do nome, esta particularidade não é bem aproveitada. Os boatos, informes, notícias, denúncias chegam à 2ª Sec da Bda em número muito superior à sua capacidade de processá-los.”³¹

Também houve a classificação de que a população do estado de Mato Grosso, de forma majoritária, estava propensa a apoiar a ditadura militar e que era necessário haver vigilância e “enérgica liderança”. Desta forma foi descrito pela fiscalização:

“Os acontecimentos que precederam a Revolução Democrática de 31 de março de 64 vieram provar que o povo matogrossense tem que ser muito trabalhado para ser usado na subversão e, mesmo assim, os locais estão prontos a abandonar seus chefes eventuais se houver uma constante vigilância e, ao mesmo tempo, enérgica liderança. Movimentos subversivos dificilmente tomarão vulto, pois certamente não terão apoio popular nesta

³¹ Leia Anexos – Imagem 1 a 1-7

região.”³²

Pontos sensíveis desse trabalho de repressão também foram observados no mesmo relatório. O informe indicou que Cuiabá e Corumbá mantinham os maiores efetivos, porém havia incapacidade logística e operacional para superar distâncias apresentadas pelo Estado, falta de estradas no Pantanal e equipamentos militares que não atendiam diferentes operações, desde aviões a embarcações fluviais.

Outro ponto negativo destacado no informe estava na falta de unidades para análise de informações e espionagem. Mesmo em grandes centros não havia essa estruturação e para contextualizar essa condição, um mecanismo que surgiu para atuar de forma coordenada foi a Operação Bandeirantes, organização que só surgiu em 1969, em São Paulo. O documento ainda completou essa defasagem no regime repressivo ao citar falta de oficiais e sargentos para desempenho em programas de instrução, ao invés de concentrar esforços em serviços burocráticos.

A incapacidade de fiscalizar as inúmeras pistas de pouso não registradas também tiveram menção no documento, além de redes de radioamadores e rádios-telefones na época que se amontoavam, mas não seguiam registros, tampouco conseguiam ser fiscalizadas.

3.2 A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA NO PRÉ-GOLPE DE 64, SEGUNDO MILITARES

O Banco de Dados Memórias Reveladas corresponde a uma importante base de informações e contribuiu para nortear este trabalho na proposta de correlacionar a narrativa de denúncia presente em *Sempre viva* com fatos que estão fora da literatura e se passaram entre Corumbá e Puerto Suárez. Em um desses documentos identificados pela investigação dessa dissertação, o Informe nº 06³³, QG4, elaborado menos de um mês antes do golpe militar, em 5 de março de 1964, apresentou uma apuração para identificar, conforme a Quarta Zona Aérea, Ministério da Aeronáutica, o trânsito na fronteira Brasil-Bolívia.

Entre as constatações desse documento, então classificado como secreto, estava a menção de um personagem que Callado abordou na obra estudada e ajudava Quinho, um dos principais do romance, a cruzar a fronteira e conseguir chegar a Corumbá sem muitos transtornos. Além disso, houve a identificação por esta pesquisa do mesmo perfil de pessoa presente na região nos anos de 2023-2024 – período da avaliação in loco.

Essa pessoa é o motorista que acaba atuando além de sua função, pois conhece a fronteira e atua

³² *Ibidem*

³³ Leia Anexo – Imagem 2

do lado brasileiro para transportar estrangeiros e cidadãos que eventualmente não têm conhecimento da região e demandam por locomoção e acessos a serviços variados em Corumbá. No recorte desse documento, foi usado o recurso das aspas na palavra táxi para insinuar uma maior amplitude do seu significado, ou seja, que o serviço prestado poderia ser além do que somente o transporte regular. Assim ficou especificado: “d) quando os estrangeiros que desembarcam no BRASIL suspeitam de uma fiscalização por parte da polícia, apanham um ‘táxi’ em Corumbá e vão até a 1ª estação de parada da NOROESTE DO BRASIL (Município de Urucum-MT – sic -) e de lá apanham tranquilamente o trem.”³⁴

O mesmo material ainda apresentou uma compreensão generalista ao classificar bolivianos que cruzavam a fronteira naquela época. Houve a identificação que “a maioria de bolivianos que desembarcam em Corumbá-MT são contrabandistas de ‘MACONHA e COCAÍNA’”. Tal afirmação tinha como destino o Destacamento de Base Aérea de Campo Grande (DEBAER), mas sem nenhum tipo de amostragem e dados estatísticos para referenciar a classificação feita. Tipo de manifestação, que sem fundamentação e direcionamento de política pública, contribui para perdurar sentimento de preconceito. Ainda mais quando se parte de um agente estatal o comportamento preconceituoso, conforme mencionou Antonio Rosa da Conceição Junior, que fez uma análise das manifestações xenofóbicas na fronteira Brasil-Bolívia: “(...) oportuno que o Estado ordene a convivência coletiva e pacifique os litígios.” (2021, p. 55).

O informe ainda apresentou, nominalmente, que no território nacional, naquela época, havia o trânsito de cidadãos e cidadãs argentinos, estadunidenses, iugoslavos, tchecos. Ao mesmo tempo que havia esse fluxo, houve o apontamento que “não estaria existindo nenhuma fiscalização”. O motivo dessa falta de controle migratório foi atribuído pela inexistência de polícia marítima, aérea e de fronteira, com o Serviço de Imigração “quase que totalmente nulo”. Naquele período, a ferrovia mantinha transporte de passageiros e foi apontada como principal meio de locomoção para saída de Corumbá.

Logo depois que o regime militar foi implantado no país, em 1 de abril de 1964, apesar da pesquisa feita na biblioteca Banco de Dados Memórias Reveladas, nenhum documento relevante para esta investigação foi encontrado no período de levantamento feito entre 2023 e 2024 para se expor possíveis detalhes de como a ditadura implantou mudanças na cidade ainda no ano do golpe.

Todavia, houve o Informe nº 269³⁵, QG-4, de 18 de agosto de 1965, também elaborado pela Quarta

³⁴ Leia Anexos – Imagem 2

³⁵ Leia Anexos – Imagem 3

Zona Aérea da Aeronáutica, que expôs uma possível ligação do então general comandante da 2ª Brigada Mista, que tinha atuação na fronteira, com o contrabando, bem como uma possível posição política que não concedeu apoio irrestrito ao golpe militar, quando este foi aplicado. O mesmo informe ainda indicou um tenente-coronel chefe de setor na 2ª Brigada Mista que ficou contrário à implantação da ditadura.

Devido ao conteúdo desse documento, na época classificado como Secreto, abordar investigação sobre nomes com posição de comando do Exército, a destinação das abordagens foram endereçadas ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

O informe de apenas uma página continha denúncias objetivas e voltadas principalmente ao então general comandante da 2ª Brigada Mista. Nelas houve o apontamento de uma possível relação promíscua do militar com comerciantes, pilotos particulares, “pistoleiro” e fazendeiros com negócios em Corumbá e no Pantanal. Essa relação envolvia desde jantares, a voos ligados a ações relacionadas ao golpe de 1964 sem cobrança ao general, além de visitas ao presídio para conversas com um investigado por roubo de 900 cabeças de gado.

A postura do general em não manifestar posicionamento contundente à ditadura gerou questionamento direto nessa investigação. “Consta também que o general (...), por ocasião da Revolução (sic), demorou-se a tomar qualquer atitude, preferindo aguardar para que lado pendia a situação, só participando de uma maneira mais ativa depois de fortemente pressionado pelo então comandante do 6º Distrito Naval (...)”³⁶

Essas possíveis relações estreitas entre poder e ilegalidade abordadas em documento oficial contribuíram para dialogar com questões que *Sempre Viva* abordou, quando a narrativa apresentou personagens fictícios que eram ex-integrantes do aparato estatal da ditadura militar brasileira e além de estarem ligados a atos de tortura, no período da anistia estavam envolvidos com diferentes práticas de matança de animais selvagens e a possibilidade de algum envolvimento com o tráfico de drogas.

3.3 FISCALIZAÇÃO MILITAR CONTRA OPOSIÇÃO E APARATO DE REPRESSÃO

Com a ditadura militar implantada, novamente a Quarta Zona Aérea produziu fiscalização que gerou o Informe nº 166³⁷, QG4, de 10 de abril de 1967, e ficou disponível para consulta no Banco de Dados Memórias Reveladas. Tal documento, acessado por este trabalho, apresentou fiscalização e

³⁶ Leia Anexos – Imagem 3

³⁷ Leia Anexos – Imagem 4

meios para agir com repressão em torno da atuação de partidos que eram contrários à ditadura em região de fronteira. Também abrangeu não só o território corumbaense, mas de Porto Murtinho, que está ao lado do Paraguai, bem como Cáceres, que fica próximo à Bolívia.

Identificado como “Problemas de segurança interna na área da 2ª Brigada Mista, em Mato Grosso”, esse exame fiscalizatório, relatado em sete páginas e encaminhado para o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) e Gabinete do Comandante da Aeronáutica, foi detalhista por conta de uma visita que seria feita pelo Comandante da 9ª Região Militar à 2ª Brigada Mista.

Classificado como “inimigo provável”, o Partido Comunista possuía adeptos e ainda havia guerrilheiros que transitavam pendularmente na fronteira. Assim apontou o informe: “Podemos considerar o Partido Comunista, e seus aliados ocasionais, como o único grupo capaz de empreender ações subversivas na Z Aç (Zona de Ação – nota desta pesquisa) da Brigada. A infiltração de guerrilheiros através da fronteira, a experiência tem demonstrado, não constitui maior ameaça”.

Os militares que elaboraram o relatório ainda sugeriram que a interação de opositores e trabalho conjunto de brasileiros e bolivianos, por exemplo, enfrentavam barreiras como a língua diferente entre os países e “nacionalidade”, mas também apresentavam contradições no mesmo documento ao sinalizar que o território fronteiriço deveria ser visto lupa pela repressão. Os militares da Aeronáutica incumbidos do monitoramento ainda escreveram críticas às polícias Civil e Militar do então estado de Mato Grosso: “O governo do Estado, com sua débil Polícia civil e militar, não tem condições para qualquer ato de força”.

Um dado a se ressaltar desse documento analisado é que o território fronteiriço envolvendo Corumbá e Puerto Suárez, apesar da militarização que já existia, não era um local onde se produzia estatísticas e documentação oficial. Esse mesmo problema de marginalização do território em termos de aparato estatal foi observado em outro informe mencionado acima, que avaliou como ocorria o controle migratório e houve a indicação de deficiência no setor.

Para contextualização, o informe aqui analisado indicou que Cáceres e Cuiabá deveriam receber “maiores atenções”. Assim descreveram os militares: “(...) os vermelhos locais lograram lançar um pouco profundo, mas generalizado, descontentamento na classe mais pobre, mormente durante campanha eleitoral para 15 de nov 66.”

Esse tipo de monitoramento que era feito acompanhava o caminho de pessoas consideradas “inimigas”, mesmo que estivessem entre os próprios militares. O informe analisado apontou histórico de marinheiro que chegou a ser condenado por subversão e foi para a Bolívia para escapar da repressão. Quando voltou para Cáceres, foi preso. E essas fiscalizações buscavam identificar objetos

que estavam com as pessoas detidas para tentar localizar outros nomes e criar conexões entre os opositores.

Tal como Corumbá, Cáceres também faz fronteira com a Bolívia – porém, a distância da cidade boliviana mais próxima, San Matías, é de cerca de 100 km. Corumbá e a primeira cidade boliviana ficam distantes por cerca de 11 km. No entendimento dos militares, conforme o informe, o território fronteiriço era favorável para “atrair as atenções dos agentes da subversão”.

Já para Corumbá, as preocupações nessas ações de repressão estavam ligadas à conexão da cidade com o Rio de Janeiro. Os agentes da ditadura entendiam que núcleos industriais eram potenciais locais para reunir os opositores ao regime. O trecho do documento detalhou:

Em Corumbá, apesar de ser um núcleo industrial e centro de navegação, os comunistas, tudo indica, contam somente com uma cúpula sem capacidade de liderança sobre a massa. Tem havido, entretanto, com frequência, reuniões na cidade e nos seus arredores, do grupo dirigente que é reduzido mas ativo. Há indícios de que elementos suspeitos do Rio de Janeiro tem buscado contato com componentes do 6º DN (Distrito Naval – nota da pesquisa).”³⁸

O mesmo documento ainda sugeriu que em Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai, fábricas de tanino seriam os polos para possíveis manifestações, mas que foram minimizadas. Essa foi a indicação dos fiscalizadores: “(...) têm seu pessoal estruturado em sólida hierarquia funcional, que lhe disciplina e ampara socialmente.”

Tais abordagens apontadas em documentos oficiais indicaram claramente uma atuação de repressão por parte da ditadura militar em áreas de fronteira.

3.4 REPRESSÃO E VIGILÂNCIA NOS COSTUMES, TRADIÇÕES E COTIDIANO

As lembranças sobre torturas narradas em *Sempre viva* por personagens vítimas e torturadores estão dentro de algumas questões que a ditadura militar impôs. Outros atos repressivos foram disseminados e alcançaram desde jogos praticados pela sociedade da época, até discussões menores e que envolviam uniforme escolar. Essas situações estão descritas também em documentos oficiais acessados por esta pesquisa e que foram classificados como confidencial para a época.

Em Informação nº 116³⁹, de 28 de agosto de 1968, a Quarta Zona Aérea difundiu dados do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e que alcançaram o 6º Comando do Distrito Naval, em

³⁸ Leia Anexo – Imagem 1

³⁹ Leia Anexo – Imagem 4

Ladário, para abordar necessidade de vigilância para uma prática que era chamada “Jogo da Verdade”.

Nesse documento, que usava aspas para citar o jogo, havia a preocupação de que as pessoas que participavam dessa prática estavam “interessados em torpedear e aniquilar a moral da nossa burguesia”. Indo mais além, os militares sugeriram que “é óbvio que esse ‘jogo’ pode aos poucos ir transformando representantes de nossas elites sociais em frágeis instrumentos nas mãos dos agentes da espionagem estrangeira em nosso país”.

O detalhamento com relação ao jogo apontou que, em geral jovens, ficavam em no centro de uma sala e com cadeiras em volta. Um espaço que era chamado de “berlinda”. Depois de escolhido um dos participantes, este precisava tomar duas pílulas, ou mais, que eram entorpecentes. Depois disso, os participantes perguntavam detalhes íntimos e outros atos e a suposta droga favorecia que a pessoa na chamada “berlinda” contasse detalhes definidos pelos militares como “sórdidos e pevertidos” sem constrangimento. O fato do assunto ter sido mencionado em colunas sociais no Rio de Janeiro motivou os sistemas de repressão a disparar alertas para diferentes unidades pelo Brasil. O mesmo documento sugere que o “jogo da verdade” chegou a ser praticado em Volta Redonda (RJ), mas sem mencionar outros locais.

Outras intervenções militares ocorreram e um caso específico e há registro documental praticado contra funcionários de escola em Corumbá por oficiais da Marinha e com participação de um major do Exército. O envolvimento do Comando da Marinha ocorreu pelo fato de uma cobrança para aquisição de uniforme ter causado, na classificação militar presente na Informação n. 895⁴⁰, de 16 de dezembro de 1971, “sério problema social”.

Com a proposta de contextualizar o grau de controle da época, é importante pontuar como situações cotidianas no período da ditadura militar podiam alcançar burocracia que era levada a diferentes estruturas de controle. Essa Informação abordada aqui neste trabalho chegou a ser compartilhada, conforme registro documental, para órgãos como o SP-CIOP, Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (SP-DEOPS), Serviço Nacional de Inteligência (SNI).

O referido “sério problema social” teve início quando uma escola de Corumbá, em 1971, já com o AI-5 instituído, estava exigindo a compra de uniforme para o desfile no Dia da Pátria, com valor de CR\$ 212 para alunos do ginásio e CR\$ 178 para estudantes do primário.⁴¹ Quem não adquirisse, seria

⁴⁰ Leia Anexo – Imagem 5 a 5-1

⁴¹ NOTA DO AUTOR: a conversão para Real, moeda corrente no Brasil em 2024, não se aplica, pois o valor convertido está abaixo dos décimos de centavo. Fórmula de conversão: $x/1000_4 \times 2,75$.

suspenso. E o pagamento precisava ser feito à vista.

E assim o relatório detalhou a situação:

“Em virtude do caráter inusitado do fato e de estar o mesmo causando sério problema social, inclusive para militares e funcionários civis subordinados às diversas OMs da área, o Comando Naval solicitou, nos termos da correspondência em anexo, o comparecimento das autoridades responsáveis para uma necessária troca de ideias sobre o assunto. (...) compareceram ao CNLa as professoras X, delegada de Ensino Estadual em Corumbá e Y, diretora (...), acompanhadas de coordenadora do curso (...). O contato mantido decorreu em clima de completa cordialidade tendo a Delegada de Ensino (...) informando que seria feita uma redução na quantidade dos uniformes exigidos, baixando, portanto, notavelmente, a despesa correspondente.”⁴²

Como complemento ao que foi apresentado, o mesmo documento relatou que três professoras que precisaram atender à convocação da Marinha “ficaram sem dormir” ao receberem a intimação, que nesse mesmo relatório os militares identificaram como “convite”. A Informação oficial abordou também que um homem reclamou sobre a intimação das professoras e questionou se não seria o Exército a atuar neste caso, ao invés da Marinha. E por essa iniciativa, ele foi apontado, com grifos no documento, como “indivíduo perigoso que deve ser mantido sob observação.” Uma situação descrita em documento oficial que corrobora para demonstrar o nível de censura e tempos de excessão de direitos.

⁴² Leia Anexo – Imagem 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da elaboração deste trabalho foi possível refletir e discutir os efeitos causados pela ditadura militar brasileira e tentar entender um pouco mais a fundo as cicatrizes que esse regime ditatorial deixou para um território fronteiriço, que ainda pode ser compreendido como um microcosmo do que houve no Brasil como um todo e seus desdobramentos para países fronteiriços. Buscou-se destacar a importância da contextualização histórica, bem como a exigência de se conduzir uma linha de interdisciplinaridade para abordar temas tanto no Direito, como na literatura e na redação oficial de documentos.

A análise crítica da literatura contribuiu para evidenciar qual era o contexto político-social e serviu de uma ferramenta importante para auxiliar na compreensão de eventos históricos. O texto literário possibilitou a construção do sentido em termos de tentar compreender o que se passava em uma região, que estava localizada entre Corumbá e Puerto Suárez, mas que poderia ser transportada para outras áreas em que estava instalada a ditadura militar brasileira. Além disso, mostrou-se como um espaço capaz de abrigar a memória e apresentar traumas de um período conturbado socialmente e politicamente do Brasil.

Nesse contexto de discussão científica, o livro *Sempre viva* contribuiu para compreender melhor a importância da literatura e sua função como ferramenta de reconstrução da memória e dos fatos históricos. A partir de uma narrativa fragmentada, com apresentação de contextos históricos em camadas e abordagem de situações complexas e traumáticas por meio de personagens fictícios, que poderiam ser transportados para pessoas reais, o autor da obra trouxe neste romance uma série de denúncias e encontrou nesses recursos literários descritos acima a possibilidade de superar a censura, a complexidade de um momento político brasileiro conturbado e trazer para discussão verdades ocultas ocorridas no período da ditadura militar.

Outra questão abordada neste trabalho envolveu ampliar a reflexão sobre uma das principais leis no processo de democratização no Brasil: a Lei da Anistia. Sua aprovação no Congresso Nacional não representou exatamente anseios populares da época. Na queda de braço entre opositores e situação de quem mantinha a ditadura militar, essa legislação foi aprovada com o apoio do governo ditatorial. O próprio regime militar tratou de entregar uma pauta que abria brechas para favorecer quem lutava contra a ditadura, mas desde que quem havia cometido a opressão também

recebesse benefícios. Uma medida de oportunismo, sem criar rupturas extremas e favorecendo uma amnésia coletiva para atos de tortura e um enraizamento em torno da excessão direitos. Ainda gerou a condição para que o processo democrático fosse conduzido em doses homeopáticas.

O contexto da obra analisada, que teve sua narrativa contada no pós-Anistia, aprofundou essa temática e demonstrou que as muitas cicatrizes ignoradas causaram traumas, infrações do passado não resolvidas que geraram fantasmas no presente e ainda um fardo para ser carregar no futuro, nem que seja em um imaginário que ronda quem teve algum contato com a ditadura militar.

Para dar conta das doses homeopáticas que favoreceram uma amnésia dos traumas mal resolvidos e das infrações da ditadura militar, a literatura mostrou-se um caminho viável de contextualização histórica. Ao mesmo tempo, esse caminho pode exigir do leitor uma interdisciplinaridade para que ocorra melhor assimilação da abordagem dos temas. O que também depreendeu-se do romance de Antonio Callado estudado nesta dissertação e feita a correlação com pesquisadores que se aprofundam no tema fronteira é que o território fronteiriço possui com condição favorável para se discutir e compreender raízes mais profundas de problemas nacionais e internacionais. Foi por meio do romance que se retratou uma outra perspectiva dos atos históricos da ditadura militar a partir da construção de um espaço transcultural. O território fronteiriço possui uma miscelânea de oportunidades e interrelações culturais, sociais, econômicas que envolve países, autoridades, povos o tempo todo. Tornam-se microcosmos das repercussões de medidas tomadas nos grandes centros e laboratório para experimentações literárias.

Esta dissertação buscou também compreender e abordar a abertura de espaço que a literatura permitiu para dar voz a personagens e vivências reais que presenciaram o regime ditatorial. Esse enfoque é que traz consigo o sentido de obra de denúncia, que acaba representando uma forma de resistência e preservação da memória coletiva.

Pode ser no diferente, no contraponto, na história que incomoda que paira a oportunidade de reflexão, no fomento para tentar reconstruir a compreensão e oportunizar que o leitor ao menos imagine que existe uma realidade diferente das histórias oficiais, uma “outra história”. Em suma, desafiar as narrativas dominantes e buscar reconstruir a compreensão de eventos históricos a partir da perspectiva alternativa e transcultural.

Pode-se concluir, diante do que houve de discussão até aqui, que a literatura possui a capacidade de reconstrução, seja de fatos ou da memória.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Bordelands/La frontera: the new mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

ARF, Lucilene Machado Garcia. O texto literário como constructo de um espaço transcultural e transnacional. **Raído**, Dourados, v. 14, n. 34, p. 11-20, jul. 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/10543>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ARF, Lucilene Machado Garcia. Sempre viva e Mulas Como constructo de um espaço transcultural e transnacional. **Revista eletrônica Para Onde?!**, maio 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/101824>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vaccari. **Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964**. Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

BHABBA, Homi K. **El lugar de la cultura**. César Aira (trad.). Buenos Aires: Manantial, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Dispõe sobre manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 3193, 09 de abr. 1964. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11.017, 27 de out. 1965. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília: seção 1, DF, p. 1435, 7 de fev. 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, 12 de dezembro de 1966 a 24 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: parte 1, seção 1, Brasília, DF, p. 14.187, 7 de dez. 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadão pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10.801, 13 de dez. 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Bancos de Dados Memórias Reveladas**. Disponível em <<http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 4, de 2 de setembro de 1961**. Institui o sistema parlamentar de governo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8034, 2 de nov. 1961. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CALLADO, Antonio. **Sempre viva**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2014.

CALVINO, Ítalo. **Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade**. Trad. Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARBALLO, Francisco; ROBLES, Luis Alfonso Herrera. Prólogo. In: Walter Mignolo. In: **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2014)**. Barcelona: CIDOB, 2015.

CHAVES, Kelson Gérison Oliveira. Camarada Manoelóvsky? História, literatura e sociedade na obra poética de Manoel de Barros. **Revista Literatura e Sociedade**, n. 25, p. 10-24, jul/dez 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/146760/140273>. Acesso em: 20 nov. 2023

CORNELSEN, Elcio Loureiro. O testemunho na chave do trauma. In: CALEGARI, Lizandro Carlos; UMBACH, Rosani Ketzer (orgs). **Estética e política na produção cultural: as memórias da repressão**. Santa Maria: Ed. da UFSM. 2011.

CORSI, Francisco Luiz. A Ditadura Militar e a Economia Brasileira. In: VIEIRA, Rosângela de Lima. (org.) **Ecos da Ditadura**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014. p. 125-141.

COSTA, Edgar Aparecido da Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, v. 9, p. 65-86, 2013. Disponível em <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/304>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

COSTA, Gustavo Villela Lima. **Das fronteiras nacionais às fronteiras internas: segurança, ordem e tutela militar no Brasil**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2019. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/10954/8881/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

DALCASTAGNÈ, Regina. O espaço da dor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DA SILVA, Rosangela Villa e FERREIRA, Stael Moura da Paixão. A identidade fronteiriça Brasil-Bolívia: um estudo sobre linguagem na literatura de fronteira. **Revista Vozes dos Vales**, 10. 2013. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/A-Identidade-Fronteiri%C3%A7a-Brasil-Bol%C3%ADvia-um-estudo-sobre-Linguagem-na-Literatura-de-Fronteira-Brasil.pdf>> . Acesso em: 20 set. 2022.

DARÍO, Rubén. **Cantos de vida y esperanza**. 1905

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castelo Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Trad. Cecília Lopes. Radical Livros, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. **Revista Conexão Letras**, v.3, ed.3, 2008. Disponível em <<https://www.seer.ufrgs.br/conexaolettras/article/viewFile/55604/33808>>. Acesso em: 10 set. 2022.

GOLIN, Carlo Henrique; ASSUMPCAO, Luis Otavio Teles. Educação intercultural em escolas fronteiriças: diálogos sobre fricções culturais na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista GeoPantanal**, v. 12, p. 27-38, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/4215>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GOMES, Paulo Ricardo dos Santos. Processos eleitorais e a participação de estrangeiros na política de Corumbá: um olhar da colonização até a redemocratização pós-golpe de 1964. In: **Corumbá e Ladário [recurso eletrônico] : capítulos de história regional** / organizadores: Fabiano Quadros Rückert, Divino Marcos de Sena, Marco Aurélio Machado de Oliveira. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2021.p. 205-245

GORGA, Eduardo Freitas. **Os impactos socioespaciais da presença do 17º Batalhão de Fronteira para o município de Corumbá-MS/Brasil**. Nova Xavantina, Pantanal Editora, 2020.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: O Breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

JUNIOR, Antonio Rosa da Conceição. Uma análise das manifestações xenofóbicas na fronteira Brasil-Bolívia segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Sob orientação Gleicy Denise Vasques Moreira. UFMS, Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços, 2021.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Economia e Relações Internacionais no governo Goulart: o Caso do Plano Trienal (1963). In: VIEIRA, Rosângela de Lima. (org.) **Ecos da Ditadura**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014. p. 143-164.

MACHADO, Lia Osorio; NOVAES, A.R; MONTEIRO, L. C. R. . Building walls, breaking

barriers: Territory, integration and the rule of law in frontier zones. **Journal of Borderland Studies**, v. 24, p. 97-114, 2009. Disponível em <[Z](#)>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MACHADO, Lia Osorio. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira do Brasil. **Parcerias Estratégicas (Brasília)**, Brasília, D.F., v. 20, p. 709-728, 2005.

MACHADO, Lia Osorio. Limites e fronteiras da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECHKER, T.M. et al (orgs.). *Fronteiras e espaço global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p. 41-49.

MACHADO, Lia Osorio. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: Angel Nuñez; Maria Padoin; Tito Carlos M.de Oliveira. (Org.). **Dilemas e Diálogos Platinos: Fronteiras**. 1ed. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da Universidade Federal de Grande Dourados, 2010, v. 1, p. 59-72.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade, p. 1-18. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2014)** Barcelona: CIDOB, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOTA, Raquel Alves. A teoria da fronteira: reverberações e movimentos. In: **Revista Amerika, Migrations et productions artistiques dans les Amériques**, n. 13, p. 1 – 24, (2015). Disponível em: <<https://journals.openedition.org/amerika/6641>>

NACIONAL, Acervo. **Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985)**. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/copy_of_acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985> Acesso em: 21 out. 2022.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. O ambiente fronteiriço: traços intangíveis e realidades sinuosas. **Revista GeoPantanal**, v. 11, n. 21, p. 13-22, 2016. Disponível em <<https://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2486>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, T.C.M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

PERISSÉ, Gabriel. **Literatura e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira; ZILBERMAN, Regina. Ficção e política, da ditadura civil-militar à crise da democracia no século XXI. **Revista Iberoamericana**. 2020, v. LXXXVI, n. 271, p. 413-418.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil, do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Zahar, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Ed.3, São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio, entre raízes e radares**. São Paulo: Editora Record, 1999.

SANTIAGO, Silviano. 1989. Poder e alegria: A literatura brasileira pós-64 – *Reflexões*. In: _____. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Boaventura Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP: São Paulo, V. 5 (1-2). p. 31-52, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (org.). **História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003

SCHEIDT, Eduardo. **História social das fronteiras**. Paco Editorial, 2012.

STEIMAN, R. ; Machado, Lia Osorio. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. In: Héctor Hugo Trincherro; Tito Carlos M. Oliveira. (Org.). **Fronteiras platinas: território e sociedade**. 1ed. Dourados: UFGD, 2012, v. 1, p. 257-278.

TAQUES, Luiz. **Mulas**. Londrina: Editora Kan, 2019.

TRIDAPALLI, Cezar. Apresentação. In: CAMPOS MELLO, Patrícia. CÁRDENAS, Juan. CARVALHO, Bernardo. PADURA, Leonardo. El proyecto de intervención Literatura con perspectiva feminista como alternativa para el empoderamiento de la mujer consiste en el pilotaje del taller Mujeres en la historia de la literatura mexicana con perspectiva de género, que fue impartido a través de la Secretaría de Arte y Cultura de San Andrés Cholula. Estuvo conformado por dos grupos, el grupo 1, con sesiones los miércoles, inició el 10 de febrero y terminó el 24 de marzo. El grupo 2, con sesiones los lunes, inició el 15 de febrero y finalizó el 29 de marzo, ambos en el 2021. SCEGO, Igiaba. (org.). **Fronteiras:territórios da literatura e da geopolítica**. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. In: **Tempo Social**, jun. de 2008.

UNHCR. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e História: os discursos da memória. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 39, p.105-119, 2010.

VIEIRA, Rosângela de Lima. **Ecos da ditadura na sociedade brasileira**. Oficina Universitária, 2014.

WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros.

Senado Federal, Distrito Federal, ago. 2021. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso em: 30 julho 2023.

ANEXOS

Imagem 1

VAZ. 59A.154, p. 1/7

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
QUARTA ZONA AÉREA
QUARTEL GENERAL



2ª SEÇÃO

1. ASSUNTO: Exame da situação na área da 2ª Brigada Mista, em Mato Grosso.
2. ORIGEM: Q.G.4.
3. CLASSIFICAÇÃO: A-2.
4. DIFUSÃO: GABAER - EMAER.

INFORME Nº 166/CG4
(10 Abr 67)

Anexo cópia Thermo-Fax sobre " PROBLEMAS DE SEGURANÇA INTERNA NA ÁREA DA 2ª BRIGADA MISTA, EM MATO GROSSO ",¹ preparado para ser exposto, por ocasião da visita do Comandante da 9ª R.M. ao Q.G. da referida Brigada, em princípios de abril de 1967.

|||||

SECRETO

Imagem 1-2

VAZ. 59A.154, p. 2/7
9-PM

INFORME Nº 166/QG4 -
10 Abr 67 GABAER-EMAER

Apresentação dos problemas de Segurança Interna na área da 2ª Brigada Mista, feita em de Abril de 1967, por ocasião da visita do Exmº Sr General Comandante da 9ª Região Militar ao Q G da 2ª Brigada Mista.

1. INIMIGO PROVÁVEL

Podemos considerar o Partido Comunista, e seus aliados ocasionais, como o único grupo capaz de empreender ações subversivas na Z Aç / da Brigada. A infiltração de guerrilheiros através da fronteira, a experiência tem demonstrado, não constitui maior ameaça. O pequeno efetivo com que normalmente se apresentam, a diferença de língua e nacionalidade, condena-os à falta de assimilação e expansão. O Governo do Estado, com sua débil Polícia civil e militar, não // tem condições para qualquer ato de força. Não temos meios de fazer um levantamento sério e seguro das possibilidades deste inimigo // provável. Os indícios e as poucas informações que possuímos permitem, entretanto, afirmar que Cuiabá e Cáceres constituem os municípios onde os comunistas concentraram maiores atenções, embora não estejam, por enquanto, a exigir grandes preocupações. Em Cuiabá o maior contingente de funcionários públicos estaduais e federais, e a própria presença da sede do Governo Estadual, criam clima propício a reivindicações, à propagação de notícias falsas e ao aparecimento de frustrações de que tem se valido líderes subversivos da / capital, mas sem grandes resultados. Além do pichamento verificado no dia 20 Jan 67, que foi um episódio isolado, os vermelhos locais lograram lançar um pouco profundo, mas generalizado, descontentamento na classe mais pobre, mormente durante a campanha eleitoral para o 15 Nov 66. Em Cáceres existe um número desproporcional de / comunistas convictos, em relação à reduzida população do município. Há comunistas cacerenses em Moscou, o ex-marinheiro ROQUE DOS SANTOS asilado na Bolívia e condenado a meses por subversão, depois de reingressar clandestinamente no Brasil, foi preso em Cáceres; em seu poder havia um cheque assinado por outro elemento tido como comunista em nosso fichário e também residente em Cáceres. Têm sido vistos elementos de ligação com comunistas na cidade. A proximidade da fronteira boliviana, justamente no seu trecho mais permeável, as imigrações que se processam de várias partes do país para o município, a instabilidade e tensões nas glebas e, finalmente, a facilidade de interiorização no país, parecem atrair as atenções / dos agentes de subversão.

Em Corumbá, apesar de ser um núcleo industrial e centro de navegação, os comunistas, tudo indica, contam somente com uma cúpula sem capacidade de liderança sobre a massa. Tem havido, entretanto, com frequência, reuniões na cidade e nos seus arredores, do grupo diri

Imagem 1-3

VAX 59A.154, p.3/7

= Folhas 2 =

gente que é reduzido mas ativo. Há indícios de que elementos suspeitos do Rio de Janeiro tem buscado contato com componentes do 6º DN. Em Porto Murtinho, as únicas concentrações possíveis de se transformarem em focos de subversão, as duas fábricas de tanino, têm seu // pessoal estruturado em sólida hierarquia funcional, que lhe disciplina e ampara socialmente.

2. NOSSOS MEIOS - TROPA

Para enfrentar os problemas de segurança interna dispomos na área / dos seguintes meios:

MARINHA

6º Distrito Naval

Flotilha de Mato Grosso

Grupamento de Fuzileiros Navais

Os Oficiais do 6º DN, principalmente os fuzileiros, têm procurado adaptar-se as exigências da Segurança Interna, aproveitando-se da importância que tem sido dada ao tema pelo E M A e pelo Comando Geral dos Fz Navais, que previu para eles, no Plano de Adestramento para 1967, pela primeira vez, exercícios fora do município de Ladário. Entretanto, o material flutuante não se aligeirou suficientemente para fazer face às necessidades de transportar e apoiar, rápida e eficientemente, as tropas de marinha ou do Exército.

EXÉRCITO

A 2ª Brigada Mista, com seu Q G em Corumbá, enquadra atualmente 5 Unidades que tomam o seguinte dispositivo:

Fora da faixa de fronteira

- 16º B C em Cuiabá

Na linha de fronteira

- 2º B Fron, sediado em Cáceres responsável pelo Sub-Sector / cujos limites são:

- N Marco Rio Verde (inclusive)

- S Lagoa Gaíva (inclusive)

- 17º B C, com parada em Corumbá cujo Sub-Sector vai desde

- N Lagoa Gaíva (exclusive)

- S Porto Esperança (exclusive)

- 1ª/6ª G A Cos - Forte de Coimbra tem a seu cargo o Sub-Sector que vai de:

- N Porto Esperança (inclusive)

- S Baía Negra (inclusive)

- 2ª Cia Fron cuja responsabilidade de vigilância e defesa / vai de:

- N Baía Negra (exclusive)

- S Foz do Rio Perdido (exclusive), limitan

do-se com a 4ª D C.

Imagem 1-4

= Folhas 3 =

Anexo ao 16º B C já está funcionando o N P O R de Infantaria da 9ªRM.

POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO

Apesar de algumas medidas tendentes a melhorá-la, é ainda insuficiente para desempenho efetivo de suas missões normais de policiamento. Na nossa Z Aç, possui ela apenas um Btlem Cuiabá com quase todo o efetivo dissolvido em destacamentos. Nos demais municípios a corporação é suficiente somente para manter plantões nas delegacias e para guarda das cadeias públicas.

ÓRGÃO DE COMANDO E INFORMAÇÕES

Na área da Bda não há Agência do S N I, nem do D P F, antigo D F S P. A 2ª Sec do 6º D N que vinha funcionando precariamente, mercê do esforço pessoal do Oficial responsável, apesar de ter também outras // funções, está no momento, em hibernação por falta de oficiais no Comando do Distrito. Resta a 2ª Secção desta G U, cujo chefe, além de acumular com a 3ª Secção, recebe os reflexos do reduzido efetivo de oficiais do Q G e da falta de verbas para investigações. No setor // das informações, seguramente, está o mais fraco elo do sistema de / Segurança Pública.

3. PLANEJAMENTOS EXISTENTES

As medidas iniciais para as ações de Segurança Interna estão reguladas no Plano Pantanal. Em face da enorme extensão da área de nossa / responsabilidade, e levando em conta o reduzido efetivo militar, o / plano prevê um mínimo de desdobramento inicial de meios, para atender ao maior número de ocorrências inesperadas. O Plano estabelece / as Z Aç de cada Unidade, q ue são as representadas neste mapa, além da clássica previsão da reserva que, no caso, é de 1 Cia Fzo reforçada com uma Sec Mtr do 17º B C hipotecada à 9ª R M e 1 Pel Fzo do 17º B C e 1 Pel Fzo reforçado com uma Sec Mtr do 2º B Fron à disposição do Cmdo da Bda. Só é prevista a participação da Marinha de Guerra no município de Corumbá. Cada Unidade tem o planejamento para sua Z / Aç calcado no Plano Pantanal, que inclui em essência, os pontos sensíveis a serem ocupados ou vigiados, as prescrições para manutenção dos serviços públicos essenciais, e controle de tumultos. No caso especial de Corumbá, há dois planos de Segurança: um prevendo somente a participação do Exército (Plano Gato), e outro contando com a cooperação das forças de Marinha (Plano Marex). Na hipótese do emprêgo combinado das tropas, isto é, no Plano Marex, o 6º D N encarregar-se-ia principalmente da Zona portuária e dos serviços públicos, além de reforçar o Destacamento de Porto Esperança.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Com o que foi dito, e acrescentando um pouco mais, podemos fazer um

Imagem 1-5

= Folhas 4 =

VAZ. 59A.154, p. 5/7

balanço ligeiro das nossas atuais condições, em face das exigências para manutenção da Segurança Interna.

a - Fatores positivos

Os quadros - Se a fronteira tem sido o destino normal dos militares transferidos a bem da disciplina, e o seu ambiente e isolamento produzem o "cafard", propício a bebida e à indiferença, por outro lado tem atraído Oficiais e Sargentos de bom padrão / profissional que, amando a carreira, digo amando a sua carreira, desejam obter esta experiência por certo diferente e por muitos aspectos útil. A ação destes elementos se faz sentir na Unidade e de certo modo arrasta seus companheiros mais inertes.

Os meios - Pode-se dizer que, pela primeira vez, nossas Unidades estão bem dotadas de equipamento e armamento. Somente o Forte / de Coimbra não possui o fuzil FALN, que é o que há de mais moderno. O material de intendência vai sendo renovado e vão sendo completadas as dotações. Até em viaturas, problemas crônico no Exército, as Unidades, com exceção do 2º B Fron, tem suas necessidades quase satisfeitas. No setor de Comunicações, que justamente era grande a deficiência da Brigada, a recente distribuição de Material-Rádio veio aliviar esta grande lacuna. As distâncias quase continentais em que nossa tropa tem que operar, / exigem entretanto estações de maior alcance. Um tipo ideal seria a conhecida RAD - 300 nacional que, além de tudo, é simples e versátil. O próprio Q G da Bda com suas instalações modernas e funcionais, sua lancha e avião orgânico, é um exemplo do quanto progredimos no sentido do nosso reaparelhamento material.

Ordem de Batalha - A Ordem de Batalha da 2ª Bda Ms oferece ótimas condições para o cumprimento de missões de Segurança Interna. Apenas o 16º B C é sobrecarregado com a extensão da Z Aç e com a presença da sede do Estado em sua Guarnição. Esta Unidade seria muito aliviada se houvesse uma Cia Fzo em Rondonópolis e // uma representação do S N I ou do D P F em Cuiabá.

Locuacidade do Matogrossense - O conhecido prazer de narrar fatos e de passar adiante um informe que têm os Matogrossenses, é fator favorável que não deve ser desprezado, pois torna mais difícil o que se pretenderia fazer clandestinamente. Lamentavelmente, não havendo na área órgãos de informações digno do nome, esta peculiaridade não é bem aproveitada. Os boatos, informes, notícias, denúncias, chegam à 2ª Sec da Bda em número muito superior à sua capacidade de processá-los.

Índole pacífica da população - Os acontecimentos que precederam a Revolução Democrática de 31 Mar 64, vieram provar que o povo matogrossense tem que ser muito trabalhado para ser usado na / subversão e, mesmo assim, os locais estão prontos a abandonar

Imagem 1-6

VAZ. 59A. 154, p. 6/7

= Folhas 5 =

seus chefes eventuais se houver uma constante vigilância e, ao / mesmo tempo, enérgica liderança. Movimentos subversivos dificilmente tomarão vulto, pois certamente não terão apóio popular nesta região.

b- Fatores negativos

Transporte - Com exceção de uma pequena parte da 2ª Aq do 16º B C, e de outra muito menor do 2º B Fron, o transporte de contingentes militares nesta área será, compulsoriamente, fluvial ou aéreo. Estes dois setores apresentam algumas dificuldades. A Força Aérea / Brasileira não se estruturou para efetuar o transporte aéreo de / tropas com aviões apropriados à região. Podemos citar como exemplo, que um exercício de deslocamento aéreo de um Pelotão Fzo previsto para 1966, não se realizou por que a FAB, apesar de toda a sua patente boa vontade, só poderia colocar à nossa disposição, aviões do tipo C - 82 e C - 119 que só podem aterrizarem em Cuiabá e Corumbá, locais onde justamente estão nossos maiores efetivos. A Marinha não tem condições para nos proporcionar transporte fluvial rápido e seguro. O S N B P pode fazê-lo mas, em prazos demasiadamente longos para situações de emergência.

Falta de órgãos de informações - Sabemos como é importante para o Comando, saber quais os pontos de aplicação do seu poder bélico / o quadro de uma atuação de caráter militar. Já nos referimos anteriormente à relativa suficiência de meios (efetivo, armamento, etc...) de que dispomos, mas corremos o risco de, por falta informações ficarmos inativos, ou empregar a tropa em direção ou direções erradas. A 2ª Sec/Bda poderia em parte suprir esta deficiência, se não sofresse as injunções da falta de oficiais e da burocracia analisada no item seguinte.

Falta de oficiais - O reduzido número de oficiais e sargentos existentes nas OO MM da 2ª Bda Ms, em particular no 17º B C e Q G, tornam difícil obter resultados satisfatórios nos trabalhos de // que são encarregados. O 17º B C, sem falar nas demais OO MM, melhor aquinhoadas em quadros, luta seriamente para dar cumprimento ao seu programa de instrução e prosseguir nos trabalhos de recuperação do seu Quartel, muito antigo e necessitado de vultosos reparos. No Q G, com o efetivo de oficiais limitado amenos da metade do previsto, tornam-se mais pesados os encargos burocráticos, que amarram os mesmos às mesas de trabalho elaborando relatórios e mapas, impedindo a prática salutar da educação física em geral, e / diminuindo as oportunidades de contacto com as unidades subordinadas, como este que V Exa ora realiza, tão necessários a intensificação do conhecimento mutuo, confiança e solidariedade.

Imagem 1-7

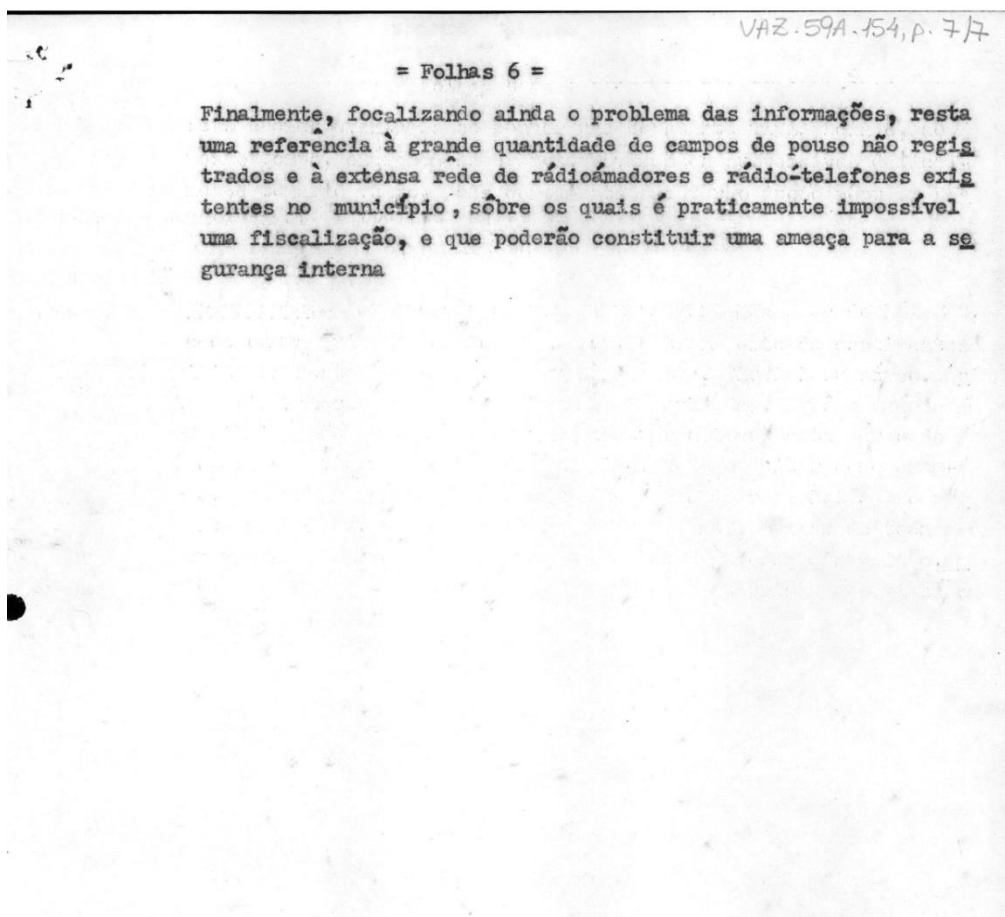


Imagem 3

VAZ 53B.100, p. 1/1

SECRETO

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
QUARTA ZONA AÉREA
QUARTEL GENERAL

2a. SEÇÃO

1. ASSUNTO: Atividades suspeitas.
2. ORIGEM: DEBAER SBGG.
3. CLASSIFICAÇÃO: B-2.
4. DIFUSÃO: ENAER SBRJ.

INFORME Nº 269/96-4
(18 Ago 65)

Este Serviço tomou conhecimento do seguinte Informe: -

- Consta que o General WALLENSTEIN, Comandante da 2a. Brigada Mista, com sede em SBGR, mantém estreita e constante ligação com elementos suspeitos ligados à atividade de contrabando. Tais elementos suspeitos são: a) JULIO ISMAEL, cidadão rico da cidade de Corumbá, proprietário de casa comercial; b) JOSÉ MARIO, que assina JOSÉ MARIO DA SILVA, mas teria outro sobrenome, é fazendeiro, proprietário de várias estâncias no pantanal, piloto civil, possuindo 3 (três) aviãos de taxi-aéreo, e que, segundo consta, passou muito contrabando para o Paraguai, com a ajuda de outro, ao qual teria indenizado pelo risco; c) ARRIM DE TAL, libanês, que explora o Bar do Aeroporto de SBGR, utilizando do mesmo, segundo consta, para ocultar material de contrabando; d) Indivíduo conhecido pela alcunha de "SEGUNDO", pistoleiro, ladrão de gado, envolvido há pouco em um roubo de 900 cabeças.
- As ligações do Gal. WALLENSTEIN com os elementos citados acima seriam: 1) O cidadão JOSÉ MARIO serviu de piloto ao Gal. WALLENSTEIN por diversas vezes, durante a revolução, sem nada cobrar; 2) Seria muito ligado, mantendo estreita ligação com estes quatro indivíduos, recebendo referências, jantares, e mesmo presentes, chegando mesmo a visitar o "SEGUNDO" enquanto este se encontrava preso em Corumbá como indiciado no roubo e contrabando de 900 cabeças de gado.
- Consta também que o General WALLENSTEIN, por ocasião da Revolução, demorou-se a tomar qualquer atitude, preferindo aguardar para que tudo pendia à situação, só participando de uma maneira mais ativa, depois de fortemente pressionado pelo então Comandante do 6º Distrito Naval, Almirante ACYR DE CARVALHO.
- Consta ainda que o Ten. Cel. DULCELINO, Chefe do EM da 2ª Brigada Mista, seria inteiramente contrário à Revolução de 31 de Março.

SECRETO

Imagem 4

VAZ, 05, 03, 101/02

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
QUARTA ZONA AÉREA
QUARTEL-GERAL
2ª. S E Ç Ã O



1. ASSUNTO: "JOGO DA VERDADE"
 2. ORÍGEN: CENIMAR
 3. CLASSIFICAÇÃO: - - -
 4. DIFUSÃO: P.A.S.P.
 5. CLASSIFICAÇÃO ANT.: - - -
 6. DIFUSÃO ANTERIOR: II EX - SNI/ASP - CNLa-CPP/SP-GptFN Santos-Gpt FN Ladário - GMM - GEMA-1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª DistNs - SGM-DPM-EGN-DHN-DPC-DAerM-COMEMCH - DAM-DETM-EN-FORTrM-AMRJ-CIAW - DSM -

INFORMAÇÃO Nº 116/QG-4
 (28 Agosto 68)

Este Serviço tomou conhecimento da seguinte Informação:

- "JOGO DA VERDADE"

Vem se tornando hábito, e de modo assustador, a infiltração no meio dito "society", de elementos interessados na degradação e corrupção de nossos costumes e tradições.

As colunas sociais dos jornais têm dado conta de uma nova modalidade de perversão largamente e criminosamente adotada nos meios sociais e nêles introduzida, segundo se acredita, por elementos interessados em torpedear e aniquilar a moral da nossa burguesia: trata-se do denominado "JOGO DA VERDADE".

Consiste esta modalidade de "jogo" em colocar-se uma moça, uma senhora, um jovem ou mesmo um adulto (e ainda meninas-moças) em uma sala que tem ao centro uma poltrona e em volta diversas cadeiras, local êsse denominado "berlinda". Escolhido o participante deve o mesmo ingerir uma ou duas pílulas (bolinhas) de entorpecente (psicotrópico) "afinando-lhe" assim a memória para o "teste" a que vai ser submetido.

O "teste" consiste em provocar no participante recordações de seus atos e praticas mais íntimas. Dêsse modo, à proporção que "o jogado" vai sendo intoxicado e entorpecido, pois ingerirá tantas "bolinhas" quantas forem necessárias, vai êle fazendo desfilar para os espectadores tôdas as suas lembranças de atos que não ousaria confessar em seu estado normal. Obtém, assim, os praticantes de tal "jogo" os mais sórdidos e perversos relatos de seus companheiros.

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO DESTE DOCUMENTO É O CENIMAR. MANUTENÇÃO DESTE DOCUMENTO É DE RESPONSABILIDADE DO CENIMAR. O CENIMAR É O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DESTE DOCUMENTO. O CENIMAR É O RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DESTE DOCUMENTO.

Imagem 4-1

VAZ, 05.03, P. 02/02

CONFIDENCIAL

- 2 -



(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 116/QG-4 de 28 de agosto de 1968).

.....

O assunto vem se tornando tão rotineiro entre os militantes do nosso "society" que chegam a noticiá-lo, como verificamos nas colunas sociais assinadas por GILKA SERZEDELO MACHADO e IBRAHIM SUEB.

Mas é óbvio que esse "jogo" pode aos poucos ir transformando representantes de nossas elites sociais em frágeis instrumentos nas mãos dos agentes da espionagem estrangeira em nosso país.

Como prova de infiltração de tais métodos nos agrupamentos industriais de nosso país, pode-se citar a cidade de Volta Redonda, ponto vital para a economia do Brasil, e onde, segundo informe, e prática do uso de entorpecentes pelos jovens e adultos do lugar vem atingindo elevado número de moças e rapazes de famílias respeitáveis e tradicionais, bem como de operários e técnicos da Cia. Siderúrgica Nacional.

////////////////////////////////////

////////////////////////////////////

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO DOCUMENTO
MENTO Art. 22 - Lei 10.267/62 - Regu-
lamento para a guarda de Assuntos
Sigilados).

CONFIDENCIAL

Imagem 5

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
QUARTA ZONA AÉREA
QUARTEL GENERAL
DIS 4

Em. 16 de dezembro de 1971



1. Assunto CENTRO EDUCACIONAL DE CORUMBÁ/MT

2. Origem CENIMAR

3. Difusão 11 EX-DPE/SP-CIOP/SSP/SP-DEOPS/SP-PNESP @

4. Difusão anterior SNI/AC - CIE **SASARK CG**

5. Referência INFORMAÇÃO Nº 184/CISA BR de 17.11.71

6. Anexo Cópia de carta do Comando Naval de Ladário, de 31/08/71.

NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO N.º <u>895</u> / DIS 4
M. Aer.	PNI	

Esta Divisão tomou conhecimento da seguinte INFORMAÇÃO:

1 - "Em final do mês de agosto p.p., o CNLA tomou conhecimento de que estava sendo exigida aos alunos do CENTRO EDUCACIONAL DE CORUMBÁ, sob pena de suspensão, a compra de uniformes destinados ao desfile a ser realizado no dia da Pátria e cujo valor alcançava a importância de CR\$ 212,00 por aluno do ginásio e CR\$ 178,00 por aluno do curso primário. Dita quantia, segundo a Direção do Centro, teria de ser paga de imediato, uma vez que os uniformes haviam sido trazidos de Campo Grande em uma Kombi que regressaria no dia seguinte.

2 - Em virtude do caráter inusitado do fato e de estar o mesmo causando sério problema social, inclusive para militares e funcionários civis subordinados às diversas OMs da área, o Comando Naval solicitou, nos termos da correspondência em anexo, o comparecimento das autoridades responsáveis para uma necessária troca de idéias sobre o assunto. Ainda no dia 2/9 compareceram ao CNLA as professoras EUBEA SENA ALMEIDA, Delegada de Ensino Estadual em Corumbá e EDI AMARAL, Diretora do Centro Educacional, acompanhadas de coordenadora do curso ginásial do referido Centro. O contato mantido decorreu em clima de completa cordialidade tendo a Delegacia de Ensino, professora EUBEA SENA DE ALMEIDA informado que seria feita uma redução na quantidade dos uniformes exigidos, baixando, portanto, notavelmente, a despesa correspondente.

CONFIDENCIAL

Imagem 5-1

VA2.124.153, p. 212

CONFIDENCIAL

- 2 -

(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 895/DIS-4 de 16 de dezembro de 1971)

Informou ainda que dita exigência era feita em cumprimento a ordem recebida da Secretaria de Educação do Estado, fato que quando da visita do titular da Secretaria a Corumbá, - no dia 6/9, foi verificado não ser verdadeiro. Como, entretanto, tal fato era ainda desconhecido, retiraram-se as professoras em atmosfera de perfeito entendimento, tendo-se julgado satisfatórias as informações por elas apresentadas.

3 - No dia 2/9/71, o Maj PRADO (2ª Seção do EM da 2ª Brigada Mista), compareceu ao Comando e, entre outros assuntos, deu notícia de audiência concedida pelo General ao Sr. MOISÉS AMARAL, da qual também participaram as professoras EUBEA, EDI e ANA. Nessa audiência o Sr. MOISÉS:

- afirmou que as professoras ficaram sem dormir, após terem sido convidadas (o que é mentira, pois o convite foi recebido às 11:20 hs. e as professoras compareceram às 13:30 hs. do dia 31 de agosto;
- insinuou que a iniciativa da Marinha não era razoável, pois o Encarregado da Segurança da área de Corumbá era o Exército.

Tal ação do Sr. MOISÉS deixa bem caracterizada sua tentativa de incompatibilizar a Marinha e o Exército na área, patenteando a atuação de indivíduo perigoso que deve ser mantido sob observação."

////////////////////////////////////

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SEU ÚNICO DOCU-
MENTO Art. 49 - Dec. nº 81.127/67 Regu-
lamento para Salvaguarda de Assuntos
Sigilosos.